



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS Dezembro de 2012

Índice Geral

	Pág.
Relatório dos Auditores Independentes	02
Demonstrações Contábeis	04
Notas Explicativas da Administração	09



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos Administradores e Acionista
Caixa Econômica Federal - CAIXA

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas da Caixa Econômica Federal - CAIXA ("CAIXA" ou "Instituição") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2012, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras consolidadas

A Administração da CAIXA é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Caixa Econômica Federal - CAIXA

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Caixa Econômica Federal - CAIXA em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Ênfase - créditos com FCVS

Chamamos a atenção para a Nota 1 às demonstrações financeiras consolidadas, que descreve que a condução da gestão econômico-financeira da CAIXA é considerada no conjunto das decisões do Governo Federal. Nesse contexto, conforme mencionado na Nota 5(c), em 31 de dezembro de 2012 a CAIXA possui créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais- FCVS no montante líquido de R\$ 18.712 milhões. Os financiamentos habitacionais encerrados com cobertura do FCVS, ainda não homologados, montam R\$ 8.237 milhões e a sua efetiva realização depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS. A CAIXA estabeleceu critérios para estimar as perdas decorrentes de operações que não venha a atender a essas normas, para as quais constituiu provisão no montante de R\$ 2.828 milhões. A realização dos créditos relacionados a financiamentos habitacionais já homologados pelo FCVS, no montante líquido de R\$ 13.303 milhões, em 31 de dezembro de 2012, segue um processo de securitização, conforme previsto na Lei 10.150 de 2000. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Ênfase - créditos tributários

Chamamos a atenção para a Nota 14 às demonstrações financeiras consolidadas, que descreve que, em 31 de dezembro de 2012, a CAIXA possui R\$ 15.979 milhões de créditos tributários de imposto de renda, contribuição social, PASEP e COFINS apurados sobre prejuízos fiscais, diferenças intertemporais e contribuição social a compensar, e provisão para realização desses créditos de R\$ 3.484 milhões. O valor líquido de R\$ 12.495 milhões, registrado no ativo, refere-se à estimativa da administração considerando a realização prevista para os próximos dez exercícios sociais. O montante a ser utilizado no futuro para fins de compensações fiscais está diretamente relacionado à geração de lucros tributáveis e pode variar da atual estimativa da administração. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Brasília, 26 de abril de 2013

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP00160/0-5 "F" DF

Geovani da Silveira Fagunde
Contador CRC 1MG051926/O-0"S" DF



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO EM IFRS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2012	31/12/2011	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	31/12/2012	31/12/2011
Disponibilidades e reservas no Banco Central	4	80.482.951	67.271.846	Depósitos		319.040.894	259.829.038
				Depósitos de instituições financeiras	17 (a)	10.327.892	5.131.646
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	8	78.931.818	59.689.970	Depósitos de clientes	17 (b)	308.713.002	254.697.392
Ativos financeiros mantidos para negociação		75.545.013	55.138.084				
Designados ao valor justo		3.304.677	4.551.886	Recursos para destinação específica	18	7.835.325	6.512.882
Derivativos		82.128	-	Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado		683	940
Ativos financeiros disponíveis para venda	9 (a)	17.302.753	6.126.356	Empréstimos de títulos e obrigações compromissadas	6	93.908.570	55.407.958
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	9 (b)	42.965.431	54.112.570	Instrumentos de dívida	19	77.456.187	34.962.003
Empréstimos e recebíveis		459.596.665	306.993.838	Obrigações por empréstimos e repasses	20	123.780.739	91.620.325
Com instituições financeiras	5 (a)	88.364.997	39.260.759	Provisões		15.047.978	14.634.022
Com clientes	5 (b)	352.454.775	249.399.163	Provisões para fundos de pensão e obrigações similares	21	8.602.999	7.928.506
Outros empréstimos e recebíveis	5 (c)	18.776.893	18.333.916	Provisões para causas judiciais	22	6.444.979	6.705.516
Ativos não correntes mantidos para venda	10	670.866	580.356	Passivo fiscal diferido	23	895.193	631.016
Investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto	11	3.138.897	1.990.050	Dívidas subordinadas elegíveis a capital	19	12.190.735	8.550.802
Ativo imobilizado	12	2.167.198	1.979.939	Outras obrigações	24	27.701.469	16.884.593
Ativo intangível	13	2.122.933	2.078.502	Total do passivo		677.857.773	489.033.579
Ativo fiscal diferido	14	12.494.906	9.930.770	Patrimônio líquido			
Despesas antecipadas e adiantamentos concedidos	15	6.573.662	3.487.647	Capital social	25 (a)	22.054.802	15.154.802
Outros ativos	16	3.140.921	2.252.179	Reservas	25 (c)	2.693.064	4.079.781
				Dividendos adicionais propostos	25 (d)	-	1.635.433
				Ajustes de avaliação patrimonial	25 (e)	(112.491)	(136.146)
				Lucros acumulados	25 (f)	7.095.853	6.726.574
				Total do patrimônio líquido		31.731.228	27.460.444
Total do ativo		709.589.001	516.494.023	Total do passivo e do patrimônio líquido		709.589.001	516.494.023

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO EM IFRS
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Receitas com juros e similares	26	55.238.351	48.644.098
Despesas com juros e similares	27	<u>(35.530.549)</u>	<u>(33.521.533)</u>
Receita líquida com juros		19.707.802	15.122.565
Receita líquida com taxas e comissões	28	12.670.748	11.172.581
Ganhos/perdas com negociação de ativos e passivos financeiros (líquidos)	29(a)	254.631	(129.125)
Ganhos/perdas com valor justo de ativos e passivos financeiros (líquidos)	29(b)	(921.890)	16.456
Ganhos/perdas com operações de câmbio (líquidos)	30	26.327	6.701
Rendas de créditos vinculados ao Banco Central	4(d)	4.389.516	4.844.898
Resultado de equivalência patrimonial	11	187.022	358.894
Receita de Dividendos	31	73.207	142.287
Outras receitas operacionais	31	<u>8.004.271</u>	<u>7.315.844</u>
Total de Receitas		44.391.634	38.851.101
Despesas administrativas		(22.082.846)	(18.900.483)
Despesas com pessoal	32	(13.519.853)	(11.642.233)
Depreciação ativo imobilizado		(472.014)	(425.092)
Amortização ativo intangível		(472.329)	(297.374)
Outras despesas administrativas	33	(7.618.650)	(6.535.784)
Despesas com provisões para causas judiciais (líquidas)		(423.703)	(185.363)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	34	(7.246.644)	(4.431.704)
Empréstimos e recebíveis		(7.170.639)	(4.297.930)
Outros ativos financeiros não remunerados ao custo amortizado		(76.005)	(133.774)
Perdas com outros ativos (líquidas)		(68.337)	(17.863)
Despesas tributárias	36(c)	(2.044.413)	(1.808.494)
Resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda		104.438	62.187
Participação dos empregados no lucro		(950.000)	(790.966)
Outras despesas operacionais	35	<u>(7.045.827)</u>	<u>(6.038.093)</u>
Lucro operacional antes da tributação		4.634.302	6.740.322
Tributos correntes	36	(652.923)	(697.898)
Tributos diferidos	36	<u>2.495.384</u>	<u>1.242.034</u>
Lucro líquido do exercício		6.476.763	7.284.458

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO ABRANGENTE EM IFRS
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Lucro líquido do exercício	6.476.763	7.284.458
Outras receitas (despesas) do resultado abrangente		
Ganhos (perdas) realizados no resultado	33.570	19.877
Efeitos tributários	<u>(13.428)</u>	<u>(7.951)</u>
Ganhos (perdas) realizados no resultado - líquido de efeitos tributários	20.142	11.926
Ganhos (perdas) não realizados de aplicações financeiras disponíveis para venda	(181.997)	(384.982)
Efeitos tributários	<u>72.799</u>	<u>153.993</u>
Ganhos (perdas) não realizados de aplicações financeiras disponíveis para venda - líquido de efeitos tributários	(109.198)	(230.989)
Participação no resultado abrangente de empresas coligadas	<u>112.711</u>	<u>179.170</u>
Componentes do resultado abrangente	23.655	(39.893)
Total do resultado abrangente do exercício	6.500.418	7.244.565

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM IFRS
(Em Milhares de Reais)

Eventos	Capital	Reservas	Dividendos adicionais propostos	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros ou prejuízos	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	12.473.724	2.652.206	887.427	(96.253)	4.664.459	20.581.563
Lucro líquido do exercício					7.284.458	7.284.458
Resultado abrangente do exercício				(39.893)		(39.893)
Total do resultado abrangente do exercício				(39.893)	7.284.458	7.244.565
DIVIDENDOS DISTRIBUIDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES			(887.427)		(1.002.482)	(1.889.909)
AUMENTO DE CAPITAL	2.681.078					2.681.078
REVERSÃO CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS					(23.797)	(23.797)
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:						
Reserva Legal		259.125			(259.125)	
Reserva de loterias		407.196			(407.196)	
Reserva de margem operacional		761.254			(761.254)	
Dividendos mínimos obrigatórios					(1.133.056)	(1.133.056)
Dividendos adicionais propostos			1.635.433		(1.635.433)	
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas	2.681.078	1.427.575	748.006		(5.222.343)	(365.684)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	15.154.802	4.079.781	1.635.433	(136.146)	6.726.574	27.460.444
Lucro líquido do exercício					6.476.763	6.476.763
Resultado abrangente do exercício				23.655		23.655
Total do resultado abrangente do exercício					6.476.763	6.500.418
DIVIDENDOS DISTRIBUIDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES			(1.635.433)			(1.635.433)
AUMENTO DE CAPITAL	6.900.000					6.900.000
REVERSÃO CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS					1.033	1.033
DIVIDENDOS COMPLEMENTARES		(2.306.561)				(2.306.561)
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:						
Reserva Legal		303.303			(303.303)	
Reserva de loterias		521.104			(521.104)	
Reserva de margem operacional		95.437			(95.437)	
Dividendos mínimos obrigatórios					(1.321.028)	(1.321.028)
Dividendos adicionais propostos					(3.867.645)	(3.867.645)
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas	6.900.000	(1.386.717)	(1.635.433)		(6.107.484)	(2.229.634)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	22.054.802	2.693.064		(112.491)	7.095.853	31.731.228

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA EM IFRS

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em Milhares de Reais)

	2012	2011
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido no exercício	6.476.763	7.284.458
Ajustes ao lucro líquido:		
Ganhos e perdas com valor justo de ativos e passivos financeiros	921.890	(16.456)
Perdas com empréstimos e recebíveis (Nota 34)	7.005.606	3.934.212
Perdas (ganhos) com outros instrumentos financeiros	(247.824)	52.508
Depreciação e amortização	944.343	722.466
Despesas com provisões para causas judiciais	423.703	185.363
Provisões benefícios a empregados	441.980	488.316
Outras provisões de ativos	475.699	858.629
Tributos diferidos	(2.495.384)	(1.242.034)
Ganhos e perdas de equivalência patrimonial	(187.022)	(358.894)
Despesas com Dívidas Subordinadas e Instrumentos Híbridos	2.409.919	1.259.240
Lucro líquido ajustado	16.169.673	13.167.808
Variação patrimonial		
(Aumento)/Redução nas reservas no Banco Central	(10.027.481)	(9.696.968)
(Aumento)/Redução em ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(19.241.848)	(16.671.091)
(Aumento)/Redução em ativos financeiros disponíveis para venda	(4.276.397)	(4.094.142)
(Aumento)/Redução em ativos financeiros mantidos até o vencimento	3.387.301	9.685.689
(Aumento)/Redução em empréstimos e recebíveis	(111.929.713)	(75.836.552)
(Aumento)/Redução em despesas antecipadas e adiantamentos concedidos	(90.510)	(1.444.728)
(Aumento)/Redução em ativos não correntes mantidos para venda	(665.830)	111.769
(Aumento)/Redução em outros ativos	(888.742)	1.169.774
Aumento/(Redução) em depósitos	59.211.856	44.646.742
Aumento/(Redução) em recursos para destinação específica	1.322.443	4.587.414
Aumento/(Redução) em passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(257)	(820)
Aumento/(Redução) em instrumentos de dívida	40.724.198	9.832.694
Aumento/(Redução) em empréstimos de títulos e obrigações compromissadas	38.500.612	10.197.073
Aumento/(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	35.160.414	30.519.972
Aumento/(Redução) em outras obrigações	1.511.940	3.582.631
CAIXA LÍQUIDO OBTIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	48.867.659	19.757.265
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de investimentos	(979.768)	(18.278)
Alienação de ativos imobilizados	164.245	99.578
Aquisição de ativos imobilizados	(823.518)	(506.153)
Aquisição de ativos intangíveis	(656.568)	(1.090.535)
CAIXA LÍQUIDO OBTIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(2.295.609)	(1.515.388)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamento de dividendos	-	(1.002.482)
Dividendos antecipados	-	(110.231)
CAIXA LÍQUIDO OBTIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	(1.112.713)
AUMENTO LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	46.572.050	17.129.164
MODIFICAÇÕES EM CAIXA E EQUIVALENTES, LÍQUIDA		
Caixa e equivalentes no início do exercício	32.625.712	15.496.548
Caixa e equivalentes no fim do exercício	79.197.762	32.625.712
Aumento (Redução) líquidos de caixa e equivalentes de caixa	46.572.050	17.129.164
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES		
Impostos correntes pagos	652.923	697.898
Juros pagos	36.694.640	34.523.078
Juros recebidos	55.939.608	48.356.986
Dividendos recebidos	73.207	142.287

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.



Índice das Notas Explicativas	Página
Nota 1 – Contexto Operacional.....	11
Nota 2 – Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.....	12
Nota 3 – Principais práticas contábeis.....	12
Nota 4 – Disponibilidades e reservas no Banco Central.....	31
Nota 5 – Empréstimos e recebíveis.....	32
Nota 6 – Garantias dadas e recebidas em operações compromissadas.....	34
Nota 7 – Investimentos financeiros derivativos.....	34
Nota 8 – Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.....	37
Nota 9 – Investimentos financeiros – Títulos e Valores Mobiliários.....	38
Nota 10 – Ativos não correntes mantidos para venda.....	39
Nota 11 – Investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto.....	39
Nota 12 – Imobilizado.....	44
Nota 13 – Intangível.....	45
Nota 14 – Ativo fiscal diferido.....	46
Nota 15 – Despesas antecipadas e adiantamentos concedidos.....	47
Nota 16 – Outros ativos.....	48
Nota 17 – Depósitos.....	48
Nota 18 – Recursos para destinação específica.....	49
Nota 19 – Instrumentos de dívida e dívidas subordinadas.....	49
Nota 20 – Obrigações por empréstimos e repasses.....	51
Nota 21 – Benefícios a empregados.....	52
Nota 22 – Provisões para causas judiciais.....	63
Nota 23 – Passivo fiscal diferido.....	66
Nota 24 – Outras obrigações.....	66
Nota 25 – Patrimônio líquido.....	67
Nota 26 – Receitas com juros e similares.....	69
Nota 27 – Despesas com juros e similares.....	70
Nota 28 – Receita líquida com taxas e comissões.....	70
Nota 29 – Ganhos e perdas com a negociação e valor justo de ativos e passivos financeiros.....	71
Nota 30 – Ganhos e perdas com operações de câmbio.....	72
Nota 31 – Outras receitas operacionais.....	72
Nota 32 – Despesas com pessoal.....	72



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 33 – Outras despesas administrativas.....	73
Nota 34 – Perdas com ativos financeiros.....	73
Nota 35 – Outras despesas operacionais.....	75
Nota 36 – Impostos.....	76
Nota 37 – Gestão de Riscos.....	77
Nota 38 – Análise de vencimento de ativos e passivos.....	100
Nota 39 – Partes relacionadas.....	111
Nota 40 – Outras informações.....	113



Nota 1 – Contexto Operacional

A Caixa Econômica Federal - CAIXA (“CAIXA” ou “Instituição”) é uma instituição financeira constituída pelo Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969, sob a forma de empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Fazenda e sujeita às normas gerais, às decisões e à disciplina normativa emanadas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN).

Com sede e foro no Brasil, está domiciliada em Brasília - Distrito Federal e atua em todo o território nacional e no exterior, com escritórios de representação no Japão, Estados Unidos e Venezuela.

O capital da CAIXA pertence integralmente à União e, no contexto macroeconômico, a gestão econômico-financeira da CAIXA se insere no conjunto das decisões do Governo Federal.

Áreas de atuação

A CAIXA atua em atividades relativas a crédito imobiliário, crédito rural, saneamento básico, infraestrutura urbana, bancos comerciais, cartão de crédito, além da prestação de serviços de natureza social, delegada pelo Governo Federal.

No exercício dessas atividades, a CAIXA executa a captação de recursos em cadernetas de poupança, letras hipotecárias, letras de crédito imobiliário, letras financeiras, depósitos judiciais, depósitos à vista e a prazo, além de executar a aplicação em empréstimos vinculados, substancialmente, à habitação, saneamento e infraestrutura, incluindo operações de repasses do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

A CAIXA exerce a administração de loterias, de fundos de investimentos, de fundos e de programas sociais, entre os quais se destacam o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), o Programa de Integração Social (PIS), o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), o Fundo Garantidor de Habitação Popular (FGHAB) e o Fundo de Garantia para a Construção Naval (FGCN). Os fundos e os programas administrados são entidades jurídicas independentes geridas por regulamentação específica, que possuem contabilidade própria. (Nota 40)

A CAIXA está autorizada a constituir empresas subsidiárias, integrais ou controladas, para cumprir o seu objeto social, e a adquirir participações acionárias em outras instituições, públicas ou privadas, do setor financeiro ou do ramo de atividades a ele vinculados, conforme artigo 1º da Lei nº 11.908, de 3 de março de 2009.

Em 31 de março de 2009, a CAIXA constituiu a CAIXA PARTICIPAÇÕES S.A. (CAIXAPAR), sociedade comercial sob a forma de sociedade anônima (Nota 11).

Nota 2 – Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas

O Conselho de Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras consolidadas em IFRS, do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, por meio da deliberação emitida em 25 de abril de 2013.

As notas explicativas trazem informações complementares às seguintes demonstrações financeiras consolidadas: balanços patrimoniais; demonstrações do resultado; demonstrações de outros resultados abrangentes; demonstrações das mutações do patrimônio líquido; e demonstrações dos fluxos de caixa.

As notas explicativas fornecem, de forma clara, relevante, confiável e comparável, descrições narrativas e detalhes da composição dessas demonstrações financeiras consolidadas.

Nota 3 – Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas estão descritas a seguir:

3.1 Base de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas são de responsabilidade da Administração da CAIXA e foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), emitidas pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB), e interpretações do Comitê de Interpretações das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRIC), ambas traduzidas para a língua portuguesa pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON).

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Os ativos da CAIXA são contabilizados com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mantidos para negociação, designados ao valor justo, disponíveis para venda e derivativos e outros ativos mantidos para negociação, os quais são mensurados ao valor justo.

3.2 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2012 e 2011 incluem a CAIXA e sua subsidiária, CAIXAPAR, com a respectiva eliminação de todos os saldos e transações entre estas empresas quando da consolidação.

As demonstrações financeiras da CAIXAPAR e da CAIXA são preparadas para o mesmo exercício social utilizando-se práticas contábeis consistentes.

O resultado da subsidiária adquirida ou alienada durante o exercício é incluído nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da aquisição ou até a data da alienação.

O custo de aquisição de uma controlada é mensurado pelo valor justo dos ativos ofertados, dos instrumentos patrimoniais emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos na data da aquisição.

Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independente da proporção de qualquer participação minoritária.



O valor excedente do custo de aquisição dos ativos líquidos identificáveis em relação ao valor justo de participação é registrado como ágio.

Quando o custo de aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a CAIXA reconhece a diferença diretamente no resultado.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as participações em entidades sob controle conjunto e os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial. No caso de operações com uma coligada e entidades sob controle conjunto, os resultados relacionados são eliminados de acordo com o investimento da CAIXA nestas investidas.

3.3 Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em reais, por ser o real a moeda funcional e de apresentação da CAIXA.

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada entidade do grupo são mensurados usando a mesma moeda funcional definida.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos por taxa de câmbio da moeda funcional no final do período.

Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio histórica na data de cada transação e o resultado é convertido pela média da taxa de câmbio do período.

3.4 Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

a) Data de reconhecimento

Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, na data em que a CAIXA se torna parte interessada na relação contratual do instrumento, incluindo compras ou vendas de ativos financeiros que requerem sua entrega em tempo determinado, estabelecido por regulamento ou padrão do mercado.

b) Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros

A Administração classifica inicialmente os instrumentos financeiros de acordo com o propósito e finalidade da sua aquisição e conforme suas características.

Todos os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido do custo da transação, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são reconhecidos ao valor justo por meio do resultado, nos quais o custo da transação é reconhecido no resultado do período.

c) Derivativos

Os derivativos são registrados ao valor justo e mantidos como ativos, quando positivos, e como passivos, quando negativos. A CAIXA usa derivativos como swaps, futuros de taxa de juros e futuros de câmbio em moeda estrangeira. As variações do valor justo dos derivativos são incluídas em “ganhos/perdas com negociação de ativos e passivos financeiros (líquidos)”.

O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge nos casos de adoção de hedge contábil. Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por hedge. A CAIXA adota hedge contábil e designa certos derivativos como:

- I hedge do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (hedge de valor justo);
- II hedge de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável (hedge de fluxo de caixa); ou
- III hedge de um investimento líquido em uma operação no exterior (hedge de investimento líquido).

A CAIXA documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de hedge e os itens protegidos por hedge, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de várias operações de hedge.

A CAIXA também documenta sua avaliação, tanto no início do hedge como de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de hedge são altamente eficazes na compensação de variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos por hedge.

Hedge de valor justo - as variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por hedge que são atribuíveis ao risco protegido. O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva de swaps de taxa de juros é reconhecido na demonstração do resultado como " Ganhos/perdas com valor justo de ativos e passivos financeiros".

Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilização do hedge, o ajuste no valor contábil de um item protegido por hedge, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento.

Hedge de fluxo de caixa - parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

Os valores acumulados no patrimônio são realizados na demonstração do resultado nos períodos em que o item protegido por hedge afetar o resultado (por exemplo, quando ocorrer a venda prevista que é protegida por hedge).

Quando um instrumento de hedge vence ou é vendido, ou quando um hedge não atende mais aos critérios da contabilidade de hedge, todo ganho ou perda acumulado existente no patrimônio naquele momento permanece no patrimônio e é reconhecido no resultado quando a operação for reconhecida na demonstração do resultado. Quando não se espera mais que uma operação ocorra, o ganho ou a perda acumulado que havia sido apresentado no patrimônio é imediatamente transferido para a demonstração do resultado.

Hedge de investimento líquido - as operações de hedge de investimentos líquidos em operações no exterior são contabilizadas de modo semelhante às de hedge de fluxo de caixa.

Qualquer ganho ou perda do instrumento de hedge relacionado com a parcela efetiva do hedge é reconhecido no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

Os ganhos e as perdas acumulados no patrimônio são incluídos na demonstração do resultado quando a operação no exterior for parcial ou integralmente alienada ou vendida.

d) Ativos e passivos financeiros mantidos para negociação

Ativos ou passivos financeiros mantidos para negociação são registrados ao valor justo.

As variações no valor justo são reconhecidas em "ganhos/perdas com valor justo de ativos e passivos financeiros (líquidos)" e as receitas ou despesas de juros e dividendos são reconhecidas em "receitas e despesas com juros e similares".

A CAIXA inclui nessa classificação: instrumentos de dívida, ações, posições vendidas e empréstimos a clientes adquiridos especialmente com a finalidade de venda ou recompra no curto prazo.

e) Ativos e passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado

Ativos e passivos financeiros são designados nessa categoria somente no seu reconhecimento inicial seja para eliminação ou redução de inconsistências contábeis ocasionadas pela mensuração de ativos e passivos e/ou reconhecimento de seus ganhos e perdas em bases divergentes, seja porque tais instrumentos são gerenciados e avaliados pelo seu valor justo.

A CAIXA pode designar seus instrumentos a valor justo mediante atendimento dos requisitos citados anteriormente.

f) Ativos financeiros – disponíveis para venda

São instrumentos de dívida a serem mantidos por um prazo indefinido e que podem ser vendidos em resposta à necessidade de liquidez ou mudanças na condição do mercado.

Os ativos disponíveis para venda incluem ações não classificadas como mantidas para negociação ou designadas ao valor justo por meio do resultado e instrumentos de dívida. Após o reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao valor justo e os ganhos e perdas não realizados são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido em ajuste de avaliação patrimonial, líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

Na liquidação do investimento, os ganhos ou perdas acumulados, previamente contabilizados no patrimônio líquido, são reconhecidos em "ganhos/perdas com negociação de ativos e passivos financeiros - líquidos" e os juros auferidos, enquanto mantidos como investimento financeiro disponível para venda, são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado como "receita com juros e similares" usando a taxa de juros efetiva (TJE).

Os dividendos auferidos, enquanto mantidos como investimento financeiro disponível para venda, são reconhecidos na demonstração do resultado como "outras receitas operacionais" quando o direito ao recebimento for estabelecido.

As perdas com redução ao valor recuperável desses instrumentos financeiros são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado em "perdas com ativos financeiros (líquidas) – outros ativos financeiros não remunerados ao custo amortizado" e baixadas da rubrica "ajustes de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido.



g) Ativos financeiros – mantidos até o vencimento

São ativos financeiros não derivativos que possuem pagamentos fixos ou determináveis e vencimento fixo para os quais a CAIXA tem a intenção e a capacidade de manter até o vencimento.

Esses ativos são reconhecidos inicialmente a valor justo, acrescido dos custos de transação e posteriormente são mensurados ao custo amortizado utilizando-se a TJE, líquido das perdas com redução ao valor recuperável.

O custo amortizado é calculado considerando-se qualquer desconto ou prêmio na aquisição e as tarifas que integram a TJE.

A amortização é incluída em “receita com juros e similares” na demonstração consolidada do resultado.

As perdas decorrentes de redução ao valor recuperável de tais investimentos são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado em “perdas com ativos financeiros (líquidas)”.

h) Empréstimos e recebíveis de clientes e de instituições financeiras

Valores a receber de instituições financeiras e empréstimos e adiantamentos a clientes incluem ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo, exceto aqueles que a CAIXA:

- I pretende vender imediatamente ou no curto prazo e os designados na mensuração inicial como “ao valor justo por meio do resultado”;
- II designou, na mensuração inicial, como disponíveis para venda; ou
- III provavelmente não irá recuperar substancialmente o valor total do seu investimento, exceto por motivo de deterioração de crédito.

Os montantes em empréstimos e recebíveis são avaliados inicialmente ao valor justo e, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado, líquido da provisão para perdas com redução ao valor recuperável, utilizando-se a TJE.

O custo amortizado é calculado considerando quaisquer descontos ou prêmio na aquisição e outras taxas, bem como os custos integrantes da TJE.

A amortização é incluída em “receita com juros e similares” na demonstração consolidada do resultado.

As perdas com redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado em “perdas com ativos financeiros (líquidas) – empréstimos e recebíveis”.

i) Dívidas emitidas e outros fundos tomados

Instrumentos financeiros ou seus componentes emitidos pela CAIXA, não designados ao valor justo por meio do resultado, são classificados no passivo em “instrumentos de dívida” e estão divulgados na Nota 19.

Isso ocorre quando a CAIXA assume no acordo contratual, substancialmente, a obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro ao detentor ou de satisfazer uma obrigação que não a troca de um valor fixo de caixa ou outro ativo financeiro por uma quantidade fixa de ações patrimoniais.

Após a mensuração inicial, a dívida emitida e outros fundos tomados são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando-se a TJE. O custo amortizado é calculado considerando-se qualquer desconto ou prêmio na emissão e custos que integram a TJE.

Um instrumento financeiro híbrido que contém componentes de dívida e patrimônio é separado na data de emissão. Uma porção da renda líquida do instrumento é alocada para o componente de dívida, na data de emissão, baseada no seu valor justo (que geralmente é determinado com base no preço de mercado de dívidas semelhantes). O componente patrimonial é designado ao valor residual após deduzir do valor justo do instrumento o valor separado e determinado para o componente de dívida.

j) Reclassificação de ativos financeiros

Em certas circunstâncias, a CAIXA pode reclassificar ativos financeiros não derivativos da categoria “mantidos para negociação” para as categorias “disponíveis para venda”, “empréstimos e recebíveis”, ou “mantidos até o vencimento” e também pode reclassificar, em certas circunstâncias, instrumentos financeiros da categoria “disponível para venda” para “empréstimos e recebíveis”.

As referidas reclassificações são registradas ao valor justo na data da reclassificação, tornando-se o novo custo amortizado.

A CAIXA pode reclassificar um ativo de negociação não derivativo da categoria “mantido para negociação” para a categoria “empréstimos e recebíveis” se ele atender a definição de empréstimo e recebível e a CAIXA tiver a intenção e habilidade de manter o ativo financeiro por um prazo futuro ou até seu vencimento.

Se um ativo financeiro é reclassificado e a CAIXA aumenta, subsequentemente, sua estimativa de recebimento de fluxo de caixa futuro, bem como o respectivo valor recuperável desses recebíveis, o efeito do aumento é reconhecido como um ajuste à TJE a partir da data da alteração da estimativa.

Para um ativo financeiro reclassificado da categoria “disponível para venda”, qualquer ganho ou perda previamente reconhecido no patrimônio líquido é amortizado para o resultado, ao longo da vida útil remanescente do investimento, usando a TJE.

Qualquer diferença entre o novo custo amortizado e o fluxo de caixa esperado também é amortizada ao longo da vida útil remanescente do ativo usando a TJE.

Se o ativo subsequentemente é determinado como abaixo do valor recuperável, o montante registrado no patrimônio é reclassificado para a demonstração do resultado.

A reclassificação é opção da Administração e é determinada caso a caso.

3.5 Baixa de ativos financeiros e passivos financeiros

a) Ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou parte aplicável de um ativo financeiro ou um grupo de ativos semelhantes) é baixado quando:

- I o direito de receber o fluxo de caixa do ativo estiver vencido; ou
- II a CAIXA transferir o direito de receber o fluxo de caixa do ativo ou assumir um contrato de repasse e transferir substancialmente todos os riscos e benefícios deste ativo; ou

III a CAIXA não transferir ou reter substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

Quando a CAIXA transfere o direito de receber fluxo de caixa de um ativo ou assume um contrato de repasse e não transfere ou retém substancialmente todos os riscos e benefícios, mas retém o controle do ativo, continua a reconhecê-lo na medida do seu envolvimento contínuo com o ativo transferido, reconhecendo um passivo relacionado. O ativo transferido e o passivo relacionado são mensurados com base a refletir os direitos e obrigações retidas pela CAIXA.

O contínuo envolvimento que toma a forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado ao menor valor entre o valor original contabilizado e o valor máximo de compensação que a CAIXA possa ser requerida a pagar.

b) Passivos financeiros

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, a troca ou modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença no valor contábil é reconhecida no resultado.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação correspondente é eliminada, cancelada ou vencida.

3.6 Operações compromissadas

Os títulos vendidos com contrato de recompra em uma data futura específica não são baixados do balanço patrimonial nos casos em que a CAIXA retém substancialmente todos os riscos e benefícios. O correspondente caixa recebido é reconhecido no balanço patrimonial como um ativo com a obrigação de retorno, incluindo os juros apropriados como um passivo em “garantia em caixa de títulos emprestados e operações compromissadas”, refletindo a substância econômica da transação como uma dívida da CAIXA.

A diferença entre o preço de venda e de recompra é tratada como despesa de juros e é apropriada sobre a duração do contrato utilizando a TJE.

Inversamente, títulos adquiridos com acordo de revenda em uma data futura específica não são reconhecidos no balanço patrimonial. O montante pago, incluindo juros apropriados, é registrado no balanço patrimonial em “garantia em caixa de títulos emprestados e operações compromissadas”, refletindo a substância econômica da transação como um empréstimo da CAIXA.

A diferença entre o preço de compra e revenda é registrada em “receita com juros e similares” e é apropriada durante o prazo do contrato utilizando a TJE.

3.7 Determinação do valor justo

O valor justo de instrumentos financeiros negociados em mercados ativos na data-base do balanço é baseado no preço de mercado sem nenhuma dedução de custo de transação.

Para todos os outros instrumentos financeiros não negociados no mercado ativo, o valor justo é determinado utilizando método de valorização apropriado.

O método de valorização consiste na construção dos fluxos de caixa a partir de dados observáveis como preços e taxas de outros instrumentos financeiros disponíveis no mercado, tais como contratos futuros, títulos públicos e operações de swap.

3.8 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A CAIXA avalia, na data do balanço, se há alguma evidência de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está acima do valor recuperável.

Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado acima do valor recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de redução ao valor recuperável como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (um evento de perda incorrido).

Evidência de redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante.

a) Ativos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Para ativos financeiros contabilizados ao custo amortizado (valores a receber de bancos, empréstimos e investimentos mantidos até o vencimento), a CAIXA avalia se existe evidência objetiva de redução ao valor recuperável individualmente para ativos financeiros significativos, ou coletivamente, para os demais ativos financeiros.

Se a CAIXA determinar que essa evidência não existe para um ativo financeiro individualmente avaliado, este é incluído em um grupo de ativos financeiros com característica de risco de crédito semelhantes e, coletivamente, a entidade avalia o grupo por redução ao valor recuperável.

Os ativos avaliados individualmente, para os quais há reconhecimento de perda com redução ao valor recuperável, não são incluídos em uma avaliação coletiva de redução ao valor recuperável.

Para selecionar os ativos analisados individualmente, a CAIXA considera a segmentação inicial prevista para Basileia II, a particularidade de cada tomador, a relevância dos valores e as premissas utilizadas nas avaliações de risco de crédito.

Na análise individual, os ativos serão avaliados para verificar se há perda por redução ao valor recuperável quando:

- I piorar o *rating* do tomador e/ou operação em função de reavaliação mais recente, comparando-se com o *rating* do tomador ou operação no momento da contratação;
- II houver sinalização de piora na situação do tomador, verificada pela área de risco;
- III estiverem em situação de atraso igual ou superior a 90 dias, conforme correlação com *rating*.

Os empréstimos avaliados pela análise coletiva têm a provisão estabelecida a partir da utilização da metodologia de perda média histórica da carteira de crédito, baseada na premissa de apuração de um ponto de corte que indica baixa probabilidade de diminuição do atraso ou de retorno à adimplência.

O valor contabilizado do ativo é reduzido por meio do uso de uma conta de provisão e o montante de perda é reconhecido no resultado.

Empréstimos e as correspondentes provisões são baixados quando não há probabilidade de recuperação.

Se, em um período subsequente, o montante estimado de perda com redução ao valor recuperável aumenta ou diminui devido a um evento posterior ao seu reconhecimento, o montante previamente reconhecido é aumentado ou diminuído pelo ajuste na conta de provisão.

Se uma baixa é posteriormente recuperada, o montante é creditado a “perdas com ativos financeiros (líquidas)”.

b) Ativos financeiros disponíveis para venda

Para ativos financeiros disponíveis para venda, a CAIXA avalia se, em cada data do balanço, há evidência objetiva de que o investimento está abaixo do valor recuperável.

No caso de instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda, a CAIXA avalia individualmente se há evidência objetiva de redução ao valor recuperável baseada no mesmo critério dos ativos financeiros contabilizados ao custo amortizado. Porém, o montante registrado como redução ao valor recuperável é a perda acumulada mensurada como diferença entre o custo amortizado e o valor justo atual, menos qualquer perda com redução ao valor recuperável naquele investimento previamente reconhecida no resultado.

Receita futura de juros é baseada no valor contabilizado reduzido e é apropriada utilizando-se a taxa de juros usada para descontar o fluxo de caixa futuro que serviu de base para mensurar a perda com redução ao valor recuperável. Os rendimentos com os juros desses investimentos são registrados como parte de “receita com juros e similares”.

Se, em um período subsequente, o valor justo de um instrumento de dívida que teve perda com redução ao valor recuperável reconhecida no resultado aumentar e este aumento puder ser objetivamente relacionado com um evento de crédito ocorrido depois desse reconhecimento, esta perda é revertida através do próprio resultado.

No caso de investimentos classificados como disponíveis para venda, a evidência objetiva também inclui uma “significativa” ou “prolongada” baixa no valor justo do investimento abaixo do seu custo.

Quando há evidência de redução ao valor recuperável, a perda acumulada (mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda com redução ao valor recuperável do investimento previamente reconhecida no resultado) é revertida do patrimônio líquido e reconhecida no resultado.

As perdas com redução ao valor recuperável em investimentos patrimoniais não são revertidas por meio do resultado e os aumentos no valor justo, após redução ao valor recuperável, são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

c) Empréstimos renegociados

Quando possível, a CAIXA procura reestruturar dívidas em vez de tomar posse da garantia. Isso pode envolver a extensão do prazo de pagamento e o acordo de novas condições ao empréstimo. Quando os prazos dos empréstimos são renegociados qualquer redução ao valor recuperável é mensurada utilizando a taxa efetiva original antes da modificação desses prazos.

A CAIXA revisa continuamente os empréstimos renegociados para garantir o cumprimento dos critérios e realização dos respectivos pagamentos.

Os empréstimos continuam sujeitos à avaliação individual ou coletiva de redução ao valor recuperável, considerando-se o novo valor calculado, com base na taxa efetiva original do empréstimo.

3.9 Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço patrimonial consolidado pelo valor líquido se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e existir a intenção de compensar ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.10 Reconhecimento de receita e despesa

A CAIXA elabora suas demonstrações financeiras consolidadas segundo o regime de competência, com exceção das informações dos fluxos de caixa. Os critérios de reconhecimento específicos, a seguir, devem ser cumpridos antes que a receita ou a despesa sejam reconhecidas:

a) Receita e despesa de juros

As receitas ou despesas de juros são registradas pelo uso da TJE para todos os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos financeiros que arrecadam juros classificados como disponíveis para venda e instrumentos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado.

A TJE é a taxa que desconta exatamente os recebimentos ou pagamentos futuros estimados, pela vida estimada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, em um período mais curto, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. O cálculo da TJE considera todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo, a opção de pré-pagamento) e inclui quaisquer taxas ou custos incrementais diretamente atribuíveis ao instrumento e que integram a taxa efetiva, exceto as perdas esperadas de crédito.

O valor contábil dos ativos ou passivos financeiros é ajustado sempre que a CAIXA revisa suas estimativas de pagamento e recebimento e é calculado com base na taxa de juros original do contrato e o respectivo ajuste é registrado como “receitas com juros e similares”. No entanto, para um ativo financeiro reclassificado para o qual a CAIXA, subsequentemente, aumenta a sua estimativa de recebimento de caixa futuro, como resultado do aumento da probabilidade de recuperação do crédito, o efeito deste aumento é reconhecido como um ajuste na taxa efetiva desde a data da alteração da estimativa.

Quando houver redução no valor recuperável de um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros similares, a receita de juros passa a ser reconhecida utilizando-se a mesma taxa de juros usada para descontar os fluxos de caixa futuros relacionados com a mensuração da referida perda.

b) Receita de taxas e comissões

A CAIXA auferе receitas de taxas e comissões por meio de diversos tipos de serviços que fornece aos seus clientes, segregando-as nas seguintes categorias:

(i) Receita com taxas auferidas de serviços prestados em um determinado período

Apropriadas ao longo do mesmo período, essas taxas incluem receita de comissão e gerenciamento de ativos, custódia e outras taxas de gerenciamento e assessoria.

Receitas com taxas de compromissos de empréstimos em que o crédito provavelmente será usado e outras taxas relacionadas ao crédito, bem como qualquer custo incremental, são diferidas e reconhecidas como ajustes à taxa efetiva do empréstimo.

Quando o uso do crédito de um compromisso de empréstimo não é provável, a receita com taxas de compromissos de empréstimos é reconhecida ao longo do prazo do compromisso pelo método linear.

(ii) Receita com taxas de serviços de transação prestados

Taxas decorrentes de negociações ou da participação em negociações com terceiros como, por exemplo, contrato de aquisição de ações ou outros títulos, ou a aquisição ou venda de um negócio, são reconhecidas ao término das transações que geraram as taxas. Taxas ou componentes de taxas que são provavelmente relacionadas com performance específica são reconhecidas depois de se cumprir o critério específico.

c) Receita de dividendos

Os recebimentos de dividendos relativos a participações em empresas coligadas e em empreendimentos com controle compartilhado são reconhecidos como receita quando aprovados nas respectivas assembleias de sócios e acionistas.

d) Receita líquida de negociação

Resultados que surgem de atividade de negociação incluem todos os ganhos e perdas das variações no valor justo e a receita ou despesa de juros e dividendos de ativos e passivos financeiros “mantidos para negociação”.

e) Programas de fidelidade

Créditos de prêmios relacionados ao programa de fidelidade são contabilizados como um componente separado e identificável da transação em que o crédito foi cedido.

O valor justo da taxa ou anuidade recebida pela venda inicial é alocado entre os créditos do prêmio e os outros componentes da venda.

A receita gerada pelos programas de fidelidade é reconhecida em “outras receitas operacionais”.

3.11 Caixa e equivalentes de caixa (disponibilidades)

Os valores reconhecidos como caixa e equivalentes de caixa incluem valores em espécie, saldos disponíveis em contas correntes e aplicações financeiras de alta liquidez.

Os valores em espécie estão apresentados em moeda corrente nacional, pelo seu valor de face, e em moedas estrangeiras, os quais são convertidos pela taxa cambial divulgada pelo BACEN na data de fechamento das demonstrações financeiras consolidadas.

As aplicações financeiras de alta liquidez consideradas como equivalentes de caixa são de baixa variação em seu valor justo e com vencimento em três meses ou menos.

3.12 Ativos não correntes mantidos para venda

São reconhecidos pelo menor dos valores entre o valor contábil e o valor líquido de venda mensurado na data em que forem classificados nessa categoria.

Esses ativos não são depreciados enquanto permanecerem classificados nesta categoria, sendo o valor líquido de venda mensurado pelo valor justo menos o custo estimado para vendê-los.

Quando houver perda no valor recuperável de um ativo ou grupo de alienação como resultado de uma redução em seu valor contábil para ajustar ao seu valor justo (menos os custos de venda), esta é reconhecida em provisão para desvalorização de outros ativos.

3.13 Imobilizado

Este grupo inclui os valores dos prédios, terrenos, móveis, equipamentos, hardware de computador e outros utensílios de propriedade da CAIXA destinados à manutenção de suas atividades operacionais.

É contabilizado ao custo menos depreciação e perdas no valor recuperável dos ativos.

A depreciação é calculada pelo método linear, com base no custo de aquisição dos ativos menos o seu valor residual.



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os terrenos nos quais se encontram os prédios e outras estruturas possuem vida útil indefinida e, portanto, não são depreciados.

A despesa de depreciação do ativo imobilizado é reconhecida na demonstração consolidada do resultado e calculada basicamente utilizando-se as seguintes vidas úteis econômicas:

Classes do Imobilizado	Prazos de Depreciação
Edificações	50 anos
Sistema de Comunicação	10 anos
Móveis e Equipamentos	10 anos
Sistema de Segurança	5 anos
Sistema de processamento de dados	5 anos

A CAIXA não tem financiamento de ativos imobilizados nem custos de empréstimos relacionados com estes ativos.

A CAIXA avalia, na data-base das demonstrações financeiras consolidadas, se há qualquer indicação de perda no valor recuperável de um ativo imobilizado (ou seja, seu valor contábil excede seu valor recuperável).

Se esse for o caso, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável e as despesas de depreciação futuras são ajustadas proporcionalmente ao valor contábil revisado e à nova vida útil econômica remanescente (se esta for estimada novamente).

Similarmente, se houver indicação de recuperação do valor de um ativo imobilizado, a CAIXA efetua a reversão de perdas no valor recuperável registradas em períodos anteriores e ajusta, respectivamente, as despesas de depreciação futuras.

Em nenhuma circunstância a reversão de uma perda no valor recuperável de um ativo poderá aumentar seu valor contábil acima do valor que teria se nenhuma perda tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

As vidas úteis estimadas de bens do imobilizado de uso próprio são revisadas, no mínimo, ao final do período apresentado, com vistas a detectar variações significativas.

Se forem detectadas variações, as vidas úteis dos ativos são ajustadas corrigindo-se a despesa de depreciação a ser reconhecida na demonstração consolidada do resultado em exercícios futuros com base nas novas vidas úteis.

Custos subsequentes são reconhecidos no imobilizado, desde que atendam aos critérios para reconhecimento como ativo imobilizado.

Os custos de serviços de manutenção em itens do imobilizado, tais como mão-de-obra, material de consumo e reposição de peças de pequeno valor, são reconhecidos como despesas do período em que foram incorridas.

3.14 Intangível

São ativos não monetários identificáveis (separáveis de outros ativos), sem substância física, que resultam de uma operação legal ou que sejam desenvolvidos internamente pelas entidades consolidadas. Somente são reconhecidos ativos cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais a CAIXA considere provável que benefícios econômicos futuros sejam gerados.

São reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção e, subsequentemente, mensurados ao custo de aquisição menos qualquer amortização acumulada e quaisquer perdas não recuperáveis acumuladas.

Podem ter uma vida útil indefinida quando o período ao longo do qual se espera que o ativo tenha capacidade de gerar entradas de caixa para as entidades consolidadas, com base em uma análise de todos os fatores relevantes, for imprevisível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém, as vidas úteis remanescentes desses ativos são revisadas ao final de cada período contábil a fim de determinar se continuam indefinidas e, se esse não for o caso, tomar as medidas adequadas. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo dessa vida útil utilizando-se o método linear.

A despesa de amortização do ativo intangível é reconhecida na demonstração consolidada do resultado e calculada basicamente utilizando-se as seguintes taxas de amortização:

Classes do Intangível	Prazos de Amortização
Projetos logiciais – <i>software</i>	5 anos
Aquisição de Folha de Pagamento ¹	Até 5 anos

(1) Referem-se a valores pagos para assegurar serviços bancários de processamento de crédito de folha de pagamento e crédito consignado, manutenção de carteira de cobrança, serviços de pagamento a fornecedores e outros serviços bancários mediante contratos de parceria comercial com setores públicos e privados.

O intangível “Aquisição de Folha de Pagamento” da CAIXA é amortizado durante a vigência dos respectivos contratos, sendo no máximo de 5 anos. A despesa de amortização de ativos intangíveis é reconhecida na demonstração consolidada do resultado sob a rubrica “amortização ativo intangível”.

Em ambos os casos, as entidades consolidadas reconhecem qualquer perda no valor recuperável sobre o valor contábil desses ativos, a débito da rubrica “perdas com outros ativos (líquidas)”, na demonstração consolidada do resultado.

Os critérios utilizados para reconhecer essas perdas e, conforme o caso, a reversão de perdas reconhecidas em exercícios anteriores, são similares aos utilizados para os bens do ativo imobilizado.

Softwares desenvolvidos internamente são reconhecidos como um ativo intangível somente se a CAIXA puder identificar a capacidade de usá-los ou vendê-los e se a geração de benefícios econômicos futuros puder ser demonstrada com confiança.

3.15 Benefícios pós-emprego

A CAIXA opera plano de aposentadoria do tipo Benefício Definido (BD), no qual são feitas contribuições a um fundo administrado de forma independente.

O valor presente das obrigações deste benefício bem como o custo do serviço corrente e, quando aplicável, o custo do serviço passado é determinado utilizando-se o Método de Crédito Unitário Projetado, atribuindo-se benefício aos períodos em que surge a obrigação de proporcionar benefícios pós-emprego.

Caso o serviço do empregado em anos posteriores conduzir a um nível materialmente mais elevado de benefício do que o verificado anteriormente, atribui-se o benefício de maneira linear até a data em que o serviço adicional do empregado conduza a uma quantia imaterial de benefícios adicionais.

No reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais contabilizados nas demonstrações financeiras a CAIXA adota a seguinte política para os planos previdenciários e benefícios pós-emprego estruturados na modalidade BD:

a) A parcela dos ganhos ou perdas a ser reconhecida como receita ou despesa corresponde ao valor dos ganhos e perdas acumulados não reconhecidos que exceder, em cada exercício, ao maior dos seguintes limites:

- I 10% do valor presente da obrigação atuarial total do benefício definido; e,
- II 10% do valor justo dos ativos do plano.

b) Desta forma, a parcela dos ganhos ou perdas atuariais a ser reconhecida em cada exercício será o valor resultante da divisão do montante dos ganhos e perdas atuariais acumulados, conforme item (a), pelo tempo médio remanescente de serviço estimado para os empregados participantes do plano.

A CAIXA também opera planos previdenciários que possuem benefícios estruturados na modalidade de Contribuição Definida e não geram ganhos ou perdas atuariais.

Outros benefícios concedidos são o auxílio pecúlio, estruturado na modalidade BD e o programa de assistência à saúde – Saúde CAIXA, destinado aos titulares (empregados CAIXA e aposentados) e respectivos dependentes.

Na apuração dos passivos e custos deste plano de saúde foram adotadas hipóteses e premissas atuariais homologadas pela CAIXA, bem como o método atuarial Crédito Unitário Projetado, estabelecido pela IAS 19.

A CAIXA fornece aos empregados e dirigentes o auxílio-alimentação e cesta-alimentação na forma da legislação vigente e do Acordo Coletivo de Trabalho, com caráter indenizatório, não sendo considerados como verba salarial e nem incidindo encargos para a CAIXA ou seus empregados e dirigentes.

3.16 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a CAIXA tem uma obrigação corrente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado e exista probabilidade de que um desembolso de recursos que incorpora benefícios econômicos seja requerido para liquidar a obrigação, desde que haja uma estimativa confiável do montante desta obrigação.

A despesa relacionada a qualquer provisão é apresentada na demonstração consolidada do resultado, líquida de qualquer reembolso.

3.17 Tributos

a) Tributos correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último período e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou pagos para o ente tributante.

As alíquotas de tributos e as leis tributárias usadas para calcular o montante dos tributos devidos são aquelas em vigor, ou substancialmente em vigor, na data do balanço.

b) Imposto diferido

É gerado por diferenças temporárias, na data do balanço, entre a base tributária de ativos e passivos e seus valores contábeis para fins de divulgação financeira. Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na medida em que seja provável a geração de lucro tributável suficiente para realização das diferenças temporárias dedutíveis e utilização dos créditos e perdas tributários. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado a cada elaboração do balanço e baixado na medida em que não seja mais provável a geração de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização total ou parcial do ativo tributário diferido.

Ativos tributários diferidos baixados são reavaliados a cada elaboração do balanço e são reconhecidos na medida em que se torna provável que haja lucros tributáveis futuros que permitam a recuperação dos ativos tributários diferidos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são determinados usando-se alíquotas do tributo (e leis tributárias) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo ativo fiscal diferido for realizado ou quando o passivo fiscal diferido for liquidado. São apresentados líquidos se existir um direito legal ou contratual para compensar o ativo tributário corrente contra o passivo tributário corrente e os tributos diferidos forem relacionados à mesma entidade tributada e cobrados pela mesma autoridade tributária.

3.18 Dividendos do controlador

Os dividendos mínimos obrigatórios são reconhecidos como passivo e deduzidos do patrimônio líquido.

Em caso de proposta de pagamento de dividendos que exceda o mínimo obrigatório, a parcela excedente será mantida no patrimônio líquido, na subconta “dividendos adicionais propostos”, até a aprovação pelo Ministro de Estado da Fazenda.

Dividendos em datas interinas são deduzidos do patrimônio líquido quando declarados e não sujeitos à decisão futura da CAIXA.

Dividendos do ano, aprovados depois da data de fechamento do balanço, são divulgados como um evento subsequente à data do balanço.

3.19 Julgamentos e estimativas contábeis significativas

No processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas da CAIXA, a Administração exerceu julgamento e utilizou estimativas para calcular valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo os mais relevantes:

a) Valor justo dos instrumentos financeiros

É o valor pelo qual os instrumentos financeiros podem ser comprados ou vendidos em uma operação corrente entre partes, cientes e dispostas a negociar, conduzida em bases estritamente comerciais.

Caso um preço cotado em um mercado ativo esteja disponível para um instrumento financeiro, a CAIXA calcula seu valor justo com base neste preço, utilizando a metodologia detalhada na Nota 37.

Quando não houver preço de mercado disponível para um ativo ou passivo financeiros, a CAIXA estima seu valor justo com base no preço estipulado em operações recentes envolvendo o mesmo instrumento ou instrumentos similares e, na ausência destes, com base em técnicas de avaliação normalmente usadas pelo mercado financeiro, como o método do valor presente de avaliação de instrumentos financeiros.

Neste método, os fluxos de caixa futuros esperados são descontados ao valor presente usando-se as curvas de taxas de juros das moedas aplicáveis em mercado observáveis.

b) Perdas com redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos

A CAIXA revisa seus empréstimos e adiantamentos a cada data de encerramento de exercício social para avaliar se perdas com redução ao valor recuperável devem ser reconhecidas no resultado, por meio de análises individuais e coletivas, conforme detalhado no item 3.8.

Os empréstimos e adiantamentos individualmente relevantes são avaliados por meio de análise individual e as demais concessões de crédito são avaliadas coletivamente. A avaliação coletiva é usada para determinar se uma provisão deve ser constituída para eventos já ocorridos, cujos efeitos ainda não são conhecidos, referentes a empréstimos e adiantamentos que, individualmente, não foram considerados significativos. Os empréstimos e adiantamentos submetidos à análise coletiva são agrupados por características de riscos semelhantes, com base nos dados cotados da carteira de crédito como a qualidade do crédito, níveis de inadimplência e comportamento histórico da carteira.

A apuração das perdas com a redução ao valor recuperável de empréstimos e recebíveis é divulgada com mais detalhes na Nota 34.

c) Tributos diferidos

A CAIXA reconhece passivos fiscais diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e ativos fiscais diferidos somente em relação a diferenças temporárias na medida em que se considera provável a geração de lucro tributável futuro relacionado com esses ativos fiscais diferidos.

Outros ativos fiscais diferidos, decorrentes de créditos e prejuízos fiscais a compensar, fundamentados na legislação tributária vigente, são reconhecidos apenas se for provável que a CAIXA terá lucro tributável futuro suficiente para sua utilização.

Estimativas e avaliações passíveis de julgamento são requeridas para determinar o montante de ativo fiscal diferido que deve ser reconhecido com base no fluxo provável de lucro tributável futuro, tudo isso de forma coordenada com a gestão tributária empresarial.

Atualmente, a expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos fundamenta-se em estudos técnicos e projeções de resultados futuros.

d) Obrigações com planos de aposentadoria

O custo de planos de aposentadoria do tipo benefício definido é determinado por meio de um método de valorização atuarial que usa pressupostos sobre as taxas de desconto, taxas esperadas de retorno dos ativos, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e futuros aumentos de pensão, conforme detalhado na Nota 21.

Devido à natureza de longo prazo desses planos, tais estimativas estão sujeitas a incertezas significativas.

e) Vida útil de imobilizado e intangível

Em dezembro de 2008, a CAIXA passou a depreciar seu ativo imobilizado observando a alteração realizada na vida útil econômica de imóveis de uso de 25 anos para 50 anos e sistema de segurança de 10 anos para 5 anos. A vida útil estimada para os sistemas de comunicação, sistemas de processamento de dados e móveis e equipamentos é de 10, 5 e 10 anos, respectivamente. No mesmo ano, passou-se a realizar testes para determinar o valor recuperável destes ativos.

Os intangíveis com vida útil finita são amortizados durante o referido período, enquanto os de vida útil indefinida não são amortizados, porém são submetidos a reavaliações anuais (testes de redução ao valor recuperável) ou sempre que houver qualquer indicativo de deterioração de seu valor.

f) Provisão para causas judiciais

A provisão para causas judiciais é contabilizada somente para aqueles processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, cuja avaliação realizada pelos assessores jurídicos considera como prováveis que eventuais decisões judiciais sejam desfavoráveis à CAIXA.

g) Perdas com redução ao valor recuperável de ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável por meio de projeção dos fluxos de caixa futuros descontados durante a vida estimada de cada ativo, mensurado ao valor presente, com base na taxa Selic projetada para o período e a taxa de retorno esperada.

3.20 Novas normas, interpretações e alterações de normas existentes

Houve melhorias ao IFRS cujas alterações resultam em mudanças contábeis para fins de apresentação, reconhecimento ou mensuração. Essas alterações não afetaram significativamente as demonstrações financeiras consolidadas da CAIXA deste exercício.

a) Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012

Alteração do IFRS 7 – “Instrumentos Financeiros: Divulgações” – em Outubro de 2010 foi emitida uma alteração nesse pronunciamento requerendo divulgações adicionais sobre transferências de ativos financeiros com riscos remanescentes.

Alteração do IAS 12 – “Income taxes” - em Dezembro de 2010 foi emitida uma alteração nesse pronunciamento inserindo uma exceção na mensuração dos ativos e passivos de impostos diferidos, referente a investimentos em propriedades mensuradas pelo valor justo.

b) Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2012.

A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Financeiras" - principal alteração é a separação dos outros componentes do resultado abrangente em dois grupos: os que serão realizados contra o resultado e os que permanecerão no patrimônio líquido.

A alteração da norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto previsto na sua adoção é somente de divulgação.

IAS 19 - "Benefícios a Empregados", alterada em junho de 2011 - essa alteração não permite mais o uso do método do corredor” e todas as movimentações deverão ser lançadas nos Outros Resultados Abrangentes Acumulados.

É efetivo para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2013. Estão sendo analisados os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração.

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil.

A CAIXA está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas" - incluída como alteração ao texto do CPC 36(R3) - "Demonstrações Consolidadas". Apoiar-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como fator preponderante para determinar se uma entidade deve ou não ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da Controladora. A norma fornece orientações adicionais para a determinação do controle.

A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. Estão sendo analisados os possíveis impactos decorrentes da adoção do pronunciamento.

IFRS 11 - "Acordos em Conjunto" - emitida em maio de 2011, e incluída como alteração ao texto do CPC 19(R2) - "Negócios em Conjunto". A norma provê uma abordagem mais realista para acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo em vez de sua forma jurídica. Há dois tipos de acordos em conjunto:

- (i) operações em conjunto - que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e
- (ii) controle compartilhado - ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não será mais permitido com controle em conjunto.

A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. Estão sendo analisados os possíveis impactos decorrentes da adoção do pronunciamento.

IFRS 12 - "Divulgação sobre Participações em Outras Entidades" - considerada em um novo pronunciamento CPC 45 - "Divulgação de Participações em Outras Entidades". Trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente.

A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto dessa norma será basicamente um incremento na divulgação.

IFRS 13 - "Mensuração de Valor Justo", emitida em maio de 2011, e divulgada em um novo pronunciamento CPC 46 - "Mensuração do Valor Justo". O objetivo da norma IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP.

A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto dessa norma será basicamente um incremento na divulgação.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a CAIXA.



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 4 – Disponibilidades e reservas no Banco Central

(a) Disponibilidades e reservas no Banco Central

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Caixa	6.534.096	4.885.929
Disponibilidade em moeda estrangeira	1.501.871	56.406
Direitos junto a participantes do sistema de liquidação	247.478	157.485
Depósitos junto ao Banco Central (1)	72.199.506	62.172.026
Total	80.482.951	67.271.846

(1) Representam o saldo dos depósitos compulsórios mantidos no Banco Central. São calculados com base em percentual de depósitos recebidos de terceiros e considerados como recurso de uso restrito. Rendem atualização monetária com base em índices oficiais de juros, exceto aqueles decorrentes de depósitos à vista.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Caixa	6.534.096	4.885.929
Disponibilidade em moeda estrangeira	1.501.871	56.406
Aplicações em operações compromissadas (1)	71.161.795	27.683.377
Total de caixa e equivalentes de caixa	79.197.762	32.625.712

(1) Operações com vencimento na data efetiva de aplicação igual ou inferior a 90 dias.

(c) Elaboração da demonstração dos fluxos de caixa

Ajustes de transações relevantes em ativos e passivos que não impactaram o caixa

Item da DFC	Evento	Ajuste no saldo	
		Ativo	Passivo
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	Aumento de capital com ações	(6.900.000)	-
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	Pagamento de dividendos complementares de exercícios anteriores com TVM	2.571.165	-
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	Antecipação de dividendos do exercício 2012 com TVM	5.188.673	-
Despesas antecipadas e adiantamentos concedidos	Antecipação de dividendos do exercício 2012 com TVM	(5.188.673)	-
Instrumentos de dívida	Juros e atualização monetária incorporados ao saldo devedor	-	(2.409.919)
Obrigações por empréstimos e repasses	Formalização de dívida subordinada com repasses FGTS	-	3.000.000
Dívidas subordinadas elegíveis a capital	Formalização de dívida subordinada com repasses FGTS	-	(3.000.000)
Outras Obrigações	Dividendos propostos do exercício de 2012	-	(5.188.673)
Outras Obrigações	Atualizações diversas de outras obrigações	-	(4.116.263)



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Rendas de créditos vinculados ao BACEN

Descrição	2012	2011
Compulsório s/ caderneta de poupança	1.984.244	2.006.906
Compulsório s/ exigibilidade adicional	1.933.161	2.289.226
Compulsório s/ outros depósitos	472.111	548.766
Total	4.389.516	4.844.898

Nota 5 – Empréstimos e recebíveis

(a) Com instituições financeiras

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Depósitos interfinanceiros	3.078.676	2.063.590
Operações compromissadas	72.104.596	27.683.377
Direitos a receber de operação de cessão de crédito	2.838.928	5.076
Devedores por depósitos em garantia	10.342.797	9.508.716
Total	88.364.997	39.260.759

(b) Com clientes

Descrição	31/12/2012			31/12/2011
	Recebível	Provisão	Recebível Líquido de Provisão	Recebível Líquido de Provisão
Empréstimos e títulos descontados	106.624.475	(5.348.951)	101.275.524	62.746.235
Financiamentos	20.383.353	(2.066.750)	18.316.603	16.566.948
Financiamentos rurais e agroindustriais	157.520	(2.878)	154.642	-
Financiamentos imobiliários	206.160.450	(2.403.965)	203.756.485	151.234.937
Financiamentos de infraestrutura	23.536.769	(142)	23.536.627	16.925.109
Operações de cessão de créditos	2.425.267	-	2.425.267	-
Outros ativos	3.485.921	(496.294)	2.989.627	1.925.934
Total	362.773.755	(10.318.980)	352.454.775	249.399.163



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Outros

Inclui valores a ressarcir junto ao FGTS e os valores residuais de contratos encerrados a serem ressarcidos pelo FCVS que estão em processo de novação com aquele Fundo.

Descrição	31/12/2012			31/12/2011		
	Recebível	Provisão	Recebível Líquido de Provisão	Recebível	Provisão	Recebível Líquido de Provisão
FGTS a ressarcir	64.996	-	64.996	110.717	-	110.717
FCVS a receber	21.727.118	(3.015.221)	18.711.897	21.179.699	(2.956.500)	18.223.199
Não habilitados (1)	1.702.295	(327.318)	1.374.977	2.115.215	(406.454)	1.708.761
Habilitados não homologados (2)	6.534.937	(2.501.429)	4.033.508	6.047.503	(2.256.113)	3.791.390
Habilitados e homologados (3)	13.489.886	(186.474)	13.303.412	13.016.981	(293.933)	12.723.048
Total	21.792.114	(3.015.221)	18.776.893	21.290.416	(2.956.500)	18.333.916

(1) Representam contratos ainda não submetidos à homologação junto ao FCVS porque estão em processo de habilitação na CAIXA.

(2) Representam contratos já habilitados pela CAIXA em fase de análise por parte do FCVS para homologação final.

(3) Os créditos habilitados e homologados representam contratos já avaliados e aceitos pelo FCVS e dependem de processo de securitização, conforme previsto na Lei nº 10.150/2000, para a sua realização.

Os contratos a serem ressarcidos pelo FCVS rendem juros de até 6,17% ao ano e são atualizados monetariamente de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR). A efetiva realização desses créditos depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS.

A Administração da CAIXA implementou processo de análise e conferência das condições e dos dados desses contratos para enquadramento a tais normas e procedimentos, o que fundamentou o estabelecimento de critérios para estimar as provisões para prováveis perdas decorrentes de contratos que não venham a atender às normas e aos procedimentos definidos pelo FCVS. A provisão para créditos do FCVS é efetuada com base em estudos estatísticos semestrais, levando-se em conta o histórico de perda por negativa de cobertura atribuída pelo referido Fundo.

A CAIXA possui um estoque de 7.975 contratos de financiamentos assinados até 05/12/90 com cláusula de cobertura do FCVS que se encontra com negativa de cobertura pelo Fundo, em razão da multiplicidade de financiamento apresentada no CADMUT – Cadastro Nacional de Mutuários, que totalizam R\$ 920.005.

Para estes casos, o posicionamento estabelecido pelo CCFCVS – Conselho Curador do FCVS é no sentido de que os mutuários descumpriram a legislação do SFH/FCVS, em especial na disposição contida inicialmente no § 1º do artigo 9º da Lei 4.380/64, vigente no momento da celebração dos financiamentos pelos Agentes Financeiros. Entretanto, o Superior Tribunal de Justiça - STJ, por meio do julgamento de Recurso Repetitivo (RESP 1.133.769/RN), cuja matéria apreciada envolve multiplicidade de financiamentos firmados no SFH, reconheceu a regularidade dos contratos habitacionais assinados até 05/12/90 para efeitos de cobertura do FCVS definindo, em sentença, a responsabilidade do Fundo sobre o saldo devedor remanescente.

Considerando que ficou assegurada judicialmente a quitação da dívida pelo FCVS, a CAIXA aguarda as providências necessárias pelo Fundo de forma a reconhecer a aplicação automática da jurisprudência para os contratos que se encontram com negativa de cobertura por multiplicidade de financiamentos assinados até 05/12/90.



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 6 – Garantias dadas e recebidas em operações compromissadas

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Ativos	72.104.596	27.683.377
Operações ativas com instituições financeiras	72.104.596	27.683.377
Passivos	93.908.570	55.407.958
Carteira própria	47.402.335	35.942.540
Carteira de terceiros	46.506.235	19.215.316
Carteira de livre movimentação	-	250.102

Garantias dadas

A contraparte terá a propriedade dos títulos dados em garantia caso a CAIXA não efetue a recompra na data contratada.

Garantias recebidas

A CAIXA terá a propriedade dos títulos dados em garantia, caso a contraparte não efetue a recompra na data contratada.

Nota 7 – Investimentos financeiros derivativos

A tabela abaixo demonstra o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos junto com seus respectivos valores nominais.

O valor nominal é o valor de referência do ativo que representa o derivativo, taxa de referência ou índice e é a base pelas quais as variações do valor dos derivativos são mensuradas.

O valor nominal, embora indique as transações em aberto na data do balanço, não informa sobre o risco de mercado ou de crédito.

Descrição	31/12/2012			31/12/2011		
	A receber ¹	A pagar ¹	Valor Referencial	A receber ¹	A pagar ¹	Valor Referencial
Compromissos de venda	-	-	67.244.632	-	-	46.132.605
Moeda estrangeira	-	-	19.510	-	-	16.920
Índices	-	-	67.225.122	-	-	46.115.685
Contratos swaps Posição Ativa	82.128	-	-	-	-	-
Contratos swaps Posição Passiva	-	539	-	-	827	-

1 Valores marcados a mercado.



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	31/12/2012				31/12/2011	
	01 – 90 dias	91 - 180 dias	181 - 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de Mercado	Valor de Mercado
BM&FBovespa						
ATIVO – DI - Futuros - posição vendida	9.562.400	7.877.272	13.163.555	35.805.100	66.408.327	46.115.685
ATIVO DOLAR - Futuros - posição vendida	19.510	-	-	-	19.510	16.920
ATIVO - Swap - posição comprada	-	-	-	82.128	82.128	-
ATIVO - Swap - posição vendida	-	-	-	539	539	827

Derivativos mantidos para negociação

Na data inicial, os derivativos envolvem apenas uma promessa mútua com pouca ou nenhuma transferência de caixa. Porém, esses instrumentos envolvem frequentemente um nível de alavancagem e são voláteis.

A CAIXA negocia todos os seus contratos de derivativos através da BMF&Bovespa e não negociou contratos desse tipo em mercado de balcão, reduzindo assim os riscos associados à falta de mercado ativo para liquidação de posições em aberto.

A exposição a esses contratos de derivativos é cuidadosamente monitorada como parte da política de gestão de risco de mercado da CAIXA.

Margem de garantia

A margem de garantia é o depósito requerido para todos derivativos que detenham posições de risco em aberto, visando assegurar o cumprimento de todos os contratos em aberto.

A margem de garantia de operações com instrumentos financeiros derivativos é a seguinte:

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Títulos públicos	1.684.392	1.059.043
- Notas do Tesouro Nacional	3.601	1.013.889
- Letras do Tesouro Nacional	1.676.135	40.864
- Letras Financeiras do Tesouro	4.656	4.290

Futuros

Contratos de Futuros são acordos contratuais para comprar ou vender um instrumento financeiro a um preço em um momento específico no futuro. Esses contratos são negociados por montante padrão em um mercado regulamentado e são sujeitos a requerimentos diários de margem em caixa.

Swaps

Swaps são acordos contratuais entre duas partes para trocar fluxos de pagamentos ao longo do tempo baseado em valores nominais específicos, relacionados a variações de um índice específico do qual é derivado como, por exemplo, taxa de juros ou variação cambial.

Derivativos mantidos com propósito de *hedge* e negociação

A CAIXA se utiliza de instrumentos derivativos com o propósito de *hedge* a fim de reduzir sua exposição ao risco de mercado e liquidez.

Outras atividades de negociação de derivativos são associadas a acordos com clientes que são normalmente eliminadas por transações com contrapartes.

Hedge Contábil

No dia 05/11/2012, a CAIXA realizou a emissão externa de duas séries de títulos com vencimento em 2017 (1ª série – US\$ 1.000.000.000) e 2022 (2ª série – US\$ 500.000.000), em dólares estadunidenses e com pagamento de juros prefixados semestrais de 2,375% a.a. e 3,5% a.a., respectivamente.

Adicionalmente, os pagamentos semestrais exigem o pagamento de 15% sobre cada parcela de juros a título de tributo a ser pago no país da emissão.

Mantido no país da emissão, a operação expõe a CAIXA ao risco de variação da taxa de cupom de dólar, no entanto, a internalização dos recursos captados adiciona ao risco da variação do dólar, o que resultou na realização de operações de swap para a proteção destes riscos. Até 31/12/2012 foram internalizados um total de US\$ 700 milhões com a realização da respectiva operação de swap classificada como *hedge* de fluxo de caixa com o objetivo de proteger os fluxos de pagamentos resultantes da emissão externa da variação da taxa de câmbio.

Características:

- Objeto do *hedge*:
 - Variação cambial do cupom da emissão, 2,375% a.a. sobre US\$ 700 milhões ou US\$ 9,553 milhões semestrais, com vencimentos entre 2013 e 2017;
 - Variação cambial do principal, US\$ 700 milhões, com vencimento em 2017;
 - Variação cambial do imposto devido, 15% sobre o cupom a pagar ou US\$ 1,686 milhões semestrais.
- Instrumentos de *hedge*:
 - Ponta Ativa Swap: variação do Dólar + cupom;
 - Ponta Passiva Swap: % da variação do CDI.

A parcela da emissão externa internalizada, objeto do *hedge*, apresentou em 31/12/2012 marcação a mercado de R\$ 1.671.098 (R\$ 1.631.440 na data do *hedge*). A marcação a mercado da ponta ativa do swap no dia 31/12/2012 foi de R\$ 1.670.972 (R\$ 1.622.286 na data do *hedge*) e da ponta passiva do swap R\$ 1.658.570 (R\$ 1.625.011 na data do *hedge*), gerando ajuste a valor de mercado livre dos efeitos tributários de R\$ 15.127. Pelo fato de haver o casamento dos fluxos futuros do objeto do *hedge* e da ponta ativa do swap, a efetividade da operação se manteve próximo de 100%.



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 8 – Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Ativos Financeiros mantidos para negociação	75.540.390	55.092.930
Títulos públicos – Brasil	75.464.749	55.014.787
Letras Financeiras do Tesouro	2.972.975	4.544.287
Letras do Tesouro Nacional	64.592.013	39.609.341
Notas do Tesouro Nacional	7.899.761	10.861.159
Títulos privados	75.641	78.143
Debêntures	41.175	55.266
Cotas de fundos	34.466	22.877
Ativos Financeiros mantidos para negociação dados em garantia	4.623	45.154
Títulos públicos – Brasil	4.623	45.154
Letras Financeiras do Tesouro	4.623	4.290
Letras do Tesouro Nacional	-	40.864
Ativos designados ao Valor Justo	3.304.677	4.551.886
Títulos públicos – Brasil	3.304.677	4.551.886
Letras Financeiras do Tesouro	3.304.677	4.551.886
Derivativos	82.128	-
Total	78.931.818	59.689.970



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 9 – Investimentos financeiros – Títulos e Valores Mobiliários

(a) Ativos financeiros disponíveis para venda

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Títulos públicos - Brasil	95.724	886.344
Letras Financeiras do Tesouro	75.487	152.848
Notas do Tesouro Nacional	8.393	6.516
Certificado Financeiro do Tesouro	-	-
Títulos CVS	11.844	726.451
Títulos da dívida agrária	-	279
Outros	-	250
Títulos privados	17.204.427	5.240.012
Letras de Crédito Imobiliário	324.831	-
Letras Financeiras	82.403	-
Ações	9.177.900	2.776.370
Debêntures	6.554.266	2.036.507
Notas Promissórias	-	-
Cotas de fundos	52.351	7.864
Certificados de Recebíveis Imobiliários	779.029	419.271
Outros	233.647	-
Dados em garantia	2.602	-
Notas do Tesouro Nacional	2.602	-
Total	17.302.753	6.126.356

(b) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Títulos públicos - Brasil	41.075.763	52.884.567
Letras do Tesouro Nacional	7.361.760	4.765.860
Letras Financeiras do Tesouro	-	4.552.399
Notas do Tesouro Nacional	33.714.003	43.566.308
Títulos privados	212.534	197.238
Certificados de Recebíveis Imobiliários	212.534	197.238
Dados em garantia	1.677.134	1.030.765
Notas do Tesouro Nacional	1.677.134	1.030.765
Total	42.965.431	54.112.570

Nota 10 – Ativos não correntes mantidos para venda

Os ativos não correntes são classificados como mantidos para venda quando é altamente provável que a venda ocorra em até um ano desta classificação.

Este grupo de ativos inclui, principalmente, imóveis adjudicados oriundos de financiamentos habitacionais, imóveis recebidos em dação de pagamento de empréstimos e imóveis que não são mais usados nas operações da CAIXA.

Descrição	Bens não de uso
Saldo em 31 de dezembro de 2010	692.125
Adições (alienações) líquidas	11.184
Provisão para desvalorização	(122.953)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	580.356
Adições (alienações) líquidas	193.538
Provisão para desvalorização	(103.028)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	670.866

(a) Provisão para perdas com desvalorização de imóveis

Descrição	2012	2011
	Exercício	Exercício
Saldo inicial	(122.953)	(149.482)
Constituição	(18.662)	(18.795)
Baixas	38.587	45.324
Saldo final	(103.028)	(122.953)

Nota 11 – Investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto

A carteira de participações societárias do grupo CAIXA é composta por empresas coligadas e com controle conjunto, sobre as quais a CAIXAPAR exerce influência significativa ou possui controle compartilhado, sendo avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os investimentos da CAIXAPAR apresentam indicadores financeiros e econômicos satisfatórios e não apresentam indicativos de perda no seu valor recuperável.

Carteira de participações societárias do grupo CAIXA

Descrição	Quantidade de ações		Participação	
	O.N.	P.N.	No capital votante %	No capital social %
CAIXA Seguros Holding S.A. (1)	8.161.452	-	48,21	48,21
Banco Panamericano	143.307.056	54.802.722	49,00	37,00
Capgemini	61.423.000	-	24,40	22,00
Elo Serviços	62.754	836.698.278	0,005	33,32
CIBRASEC – Cia Brasileira de Securitização	6.000	-	9,09	9,09
BIAPE	820.933	8.209	15,44	15,44

(1) Em dezembro de 2011, foi implementada a reorganização societária do Grupo Caixa Seguros que apresenta a Caixa Seguros Holding S.A. (Holding de Controle) como controladora integral da Caixa Consórcios S.A., da Caixa Saúde S.A., da Caixa Seguradora Assessoria e Consultoria Ltda. e da Caixa Seguros Participações Securitárias Ltda. (Holding SUSEP). A Caixa Seguros Participações Securitárias Ltda. (Holding SUSEP) controla integralmente a Caixa Vida & Previdência S.A. e a Caixa Seguradora S.A. Também controla a Caixa Capitalização S.A com 51% do capital social total

Composição da carteira de participações societárias do grupo CAIXA

Descrição	Investimento		Resultado de equivalência patrimonial	
	31/12/2012	31/12/2011	2012	2011
			Exercício	Exercício
CAIXA Seguros Holding S.A.	1.918.861	1.403.825	534.343	408.857
Banco Panamericano	893.482	560.099	(318.057)	(50.181)
Capgemini	306.826	-	(22.772)	-
Elo Serviços	10.788	18.278	(7.489)	-
CIBRASEC – Cia Brasileira de Securitização	7.692	6.858	834	193
BIAPE	1.248	990	163	25
Total	3.138.897	1.990.050	187.022	358.894

(a) Participações no Banco Panamericano

Em 1º de dezembro de 2009, a CAIXAPAR adquiriu 36,56% do total do capital social do Banco Panamericano S.A., no valor de R\$ 739.272 – 49% do capital social votante e 21,97% das ações preferenciais do referido banco. Em 9 de novembro de 2010, a Diretoria de Normas e Organização do Sistema Financeiro do BACEN aprovou a alteração do grupo de controle societário do Banco Panamericano, com a entrada da CAIXAPAR conforme publicação no Diário Oficial da União.



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de janeiro de 2011, a Silvio Santos Participações S.A. ("SSP") e BF Utilidades Domésticas Ltda. ("BF") celebraram com o Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual") contrato de compra e venda de ações e outras avenças. Em 30 de março de 2011, a Diretoria Colegiada do BACEN manifestou-se favoravelmente à alteração no grupo de controle do Banco Panamericano, com a entrada do BTG Pactual. Em 27 de maio de 2011, o BTG Pactual, após a verificação de determinadas condições precedentes, concluiu a aquisição das ações do Banco Panamericano não pertencentes à CAIXAPAR.

(a.1) Alocação do preço de compra pela CAIXAPAR

A alocação do preço de compra, com base em laudos de consultores independentes datado de 15/06/2011, considerou o balanço de abertura do Banco Panamericano de 30/11/2010 que inclui os ajustes nas bases contábeis, conforme fato relevante amplamente divulgado no mercado.

O laudo identificou um valor de R\$ 3.002, relativo ao ajuste a valor de mercado de ativos e passivos registrados nas demonstrações contábeis do Banco Panamericano em 30/11/2010, líquido dos correspondentes efeitos tributários, baseado em laudo elaborado por consultores independentes.

Também foi adicionado o valor justo de ativos intangíveis identificados na aquisição e não registrados no Banco Panamericano, líquido dos efeitos tributários no montante de R\$ 162.276, discriminados a seguir:

Ativos intangíveis identificados na aquisição			
Descrição	Banco Panamericano	Participação CAIXA (1)	Prazo de amortização
Marcas	148.996	32.684	Indefinido
Relacionamentos comerciais	518.882	113.822	3 anos
Contratos	59.433	13.037	5 anos
Tecnologia	12.459	2.733	5,63 anos
Valor total	739.770	162.276	

(1) líquida dos efeitos tributários

O ágio fundamentado em rentabilidade futura e outras razões econômicas (sinergia, força de trabalho, etc.) apurado na aquisição do Banco Panamericano pela CAIXAPAR foi de R\$ 176.358.

Movimentação do ágio – Panamericano				
Realização	Valor alocado	Amortização 2011	Amortização 2012	Valor líquido
Ajustes a mercado de ativos e passivos registrados (1)	3.002	(3.002)	-	-
Ativos intangíveis identificados na aquisição (1)	162.276	(44.450)	(41.030)	76.796
Ágio remanescente fundamentado em rentabilidade futura	176.358	-	-	176.358
Saldo	341.636	(47.452)	(41.030)	253.154

(1) líquido dos efeitos tributários



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a.2) Capitalização e aquisição de participações – Banco Panamericano

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de junho de 2012, o Banco Panamericano aprovou o aumento do seu capital social, com a CAIXAPAR subscrevendo R\$ 658.094. Após esta subscrição e com a opção dos minoritários de não realizar seu direito de aporte, a participação da CAIXAPAR no Banco Panamericano passou de 36,56% para 37,00% em junho de 2012. O aumento de capital social realizado teve como objetivo: (i) viabilizar o crescimento das atividades do banco; (ii) otimizar o aproveitamento do estoque de créditos fiscais atualmente detidos pela Instituição; e (iii) possibilitar a realização de novos investimentos e aquisições estratégicas. O Banco Central do Brasil aprovou em junho de 2012 o aumento de capital, a reforma estatutária do Banco Panamericano deliberada em 1º de junho de 2012.

Em 31 de janeiro de 2012, o Banco Panamericano celebrou com a TPG-Axon BFRE Holding, LLC, Coyote Trail LLC e os acionistas da Ourinvest os documentos definitivos para a aquisição indireta de 100% do capital social da Brazilian Finance & Real Estate S.A. (“BFRE”).

O valor da aquisição da BFRE e suas controladas BM Sua Casa, Brazilian Mortgages e Brazilian Securities, é de R\$ 940.361. Este valor representa um ágio de R\$ 140.361 sobre o patrimônio líquido da BFRE estimado em R\$ 800.000 ao final do exercício social de 2011. O Banco Central do Brasil aprovou em junho de 2012 a transferência indireta do controle da Brazilian Mortgages para o Banco Panamericano.

(a.3) Saldo do Investimento

Investimento Banco Panamericano		
Descrição	31/12/2012	31.12.2011
Patrimônio líquido contábil consolidado do Panamericano	2.365.979	972.594
Participação indireta da CAIXA, através da CAIXAPAR (1)	875.412	355.580
Resultados não realizados nas transações entre CAIXA e Panamericano (2)	(228.769)	(89.665)
Investimento	646.643	265.915
Ágio líquido na alocação do preço de compra	253.154	294.184
Saldo	899.797	560.099

(1) Em 2012 37%, em 2011 36,56%.

(2) Créditos comerciais do Banco Panamericano adquiridos pela CAIXA em um montante acumulado de R\$ 618.295 até 31/12/2012 (31/12/2011 – R\$ 245.255), que geraram uma receita de R\$ 373.040 em 2012. Para o cálculo da participação indireta da CAIXA, os resultados não realizados intercompanhias são desconsiderados.

(b) Participações na Capgemini

Em 27 de junho de 2012, visando os investimentos previstos para o ano de 2012, foi aprovada a integralização de capital social da CAIXAPAR no montante de R\$ 300.000, dentro do limite de capital social autorizado para a Companhia.

O aporte possibilitou a CAIXAPAR adquirir 22% de participação no capital social da Capgemini. A aquisição se deu por meio de compra de ações e aporte de capital na investida nos valores de R\$ 200.267 e R\$ 121.403, respectivamente, totalizando R\$ 321.670. O principal objetivo desta aquisição está pautado na busca de parceria com a investida para atender a grande demanda por desenvolvimento de novas soluções de TI, a atualização das soluções já em ambiente produtivo e à necessidade de integração e internalização de soluções de mercado adquiridas nos últimos anos pela CAIXA.

(b.1) Alocação do preço de compra pela CAIXAPAR

A alocação do preço de compra, com base em laudos de consultores independentes datado de 08/01/2013, considerou na avaliação a análise de Ativos Intangíveis adquiridos na data-base (30/06/2012). O valor justo de ativos intangíveis identificados na aquisição da Capgemini são os seguintes:

Ativos intangíveis identificados na aquisição				
Descrição	Capgemini	Participação CAIXA	Participação CAIXA (1)	Prazo de amortização
Marcas	1.126.007	247.721	163.496	10 anos
Contratos	185.466	40.803	26.930	10 anos
Valor total	1.311.473	288.524	190.426	

(1) Líquida dos efeitos tributários.

A carteira de contratos da Capgemini é composta por mais de 200 empresas de diversas regiões do País, além de ser diversificada em segmentos da economia e tipo de atendimento, produtos e serviços. Os saldos recompostos na aquisição de 22% de participação na Capgemini estão assim apresentados:

Investimento Capgemini	
Descrição	30/06/2012
Investimento em 30/06/2012 (Valor Contábil)	51.963
Ativos intangíveis identificados na aquisição	190.426
Ágio remanescente fundamentado em rentabilidade futura	79.281
Valor do investimento em 30/06/2012	321.670

O ágio fundamentado em rentabilidade futura e outras razões econômicas (sinergia, força de trabalho, etc.) apurado na aquisição da Capgemini pela CAIXAPAR foi de R\$ 79.281.

Movimentação dos Ativos/ ágio identificados na aquisição			
Realização	Valor alocado	Amortização 2012	Valor líquido
Ativos intangíveis identificados na aquisição (1)	190.426	(9.521)	180.905
Ágio remanescente fundamentado em rentabilidade futura	79.281	-	79.281
Saldo	269.707	(9.521)	260.186

(1) Líquida dos efeitos tributários

(b.2) Saldo do Investimento

Os saldos registrados na rubrica "Investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto" ao investimento na Capgemini estão assim apresentados:

Descrição	31/12/2012
Participação indireta da CAIXA, através da CAIXAPAR (22%)	46.640
Ativos intangíveis identificados na aquisição	180.905
Ágio remanescente fundamentado em rentabilidade futura	79.281
Saldo	306.826



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 12 – Imobilizado

O ativo imobilizado da CAIXA corresponde aos bens móveis e imóveis para uso próprio. A CAIXA não possui ativos imobilizados mantidos como propriedades para investimento ou arrendados sob a condição de arrendamentos operacionais, nem contrato de arrendamento financeiro, durante os exercícios fiscais encerrados em 31 de dezembro de 2012 e de 2011. As despesas de depreciação foram contabilizadas em “depreciação ativo imobilizado” na demonstração consolidada de resultado.

Os detalhes, por categoria de ativo, dos ativos imobilizados nos balanços patrimoniais consolidados são os seguintes:

Descrição	Imobilizado de uso			31/12/2011		
	31/12/2012			31/12/2011		
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido
Imóveis de uso	1.062.788	(249.668)	813.120	1.095.877	(195.504)	900.373
Edificações	809.167	(249.668)	559.499	825.355	(195.504)	629.851
Terrenos	253.621	-	253.621	270.522	-	270.522
Outras imobilizações de uso	4.697.398	(3.343.320)	1.354.078	4.028.123	(2.948.557)	1.079.566
Imobilizações em curso	30.959	-	30.959	10.111	-	10.111
Inst., móveis e equip. de uso	1.065.680	(572.416)	493.264	856.752	(499.011)	357.741
Sistema de comunicação	84.315	(66.209)	18.106	81.660	(62.481)	19.179
Sistema de proc.de dados	3.254.641	(2.489.587)	765.054	2.862.568	(2.206.725)	655.843
Sistema de transporte e segurança	261.803	(215.108)	46.695	217.032	(180.340)	36.692
Total	5.760.186	(3.592.988)	2.167.198	5.124.000	(3.144.061)	1.979.939

Descrição	Movimentação do imobilizado de uso					
	31/12/2011	Adições	Baixas	Depreciação	31/12/2012	
Imóveis de uso	900.373	139.646	(149.646)	(77.253)	813.120	
Edificações	629.851	118.365	(111.464)	(77.253)	559.499	
Terrenos	270.522	21.281	(38.182)	-	253.621	
Outras imobilizações de uso	1.079.566	683.872	(14.599)	(394.761)	1.354.078	
Imobilizações em curso	10.111	35.394	(14.546)	-	30.959	
Inst., móveis e equip. de uso	357.741	208.939	(11)	(73.405)	493.264	
Sistema de comunicação	19.179	2.655	-	(3.728)	18.106	
Sistema de proc.de dados	655.843	392.115	(42)	(282.862)	765.054	
Sist. de transp./segurança	36.692	44.769	-	(34.766)	46.695	
Total	1.979.939	823.518	(164.245)	(472.014)	2.167.198	

Nota 13 – Intangível

Os ativos intangíveis estão representados por softwares de computadores adquiridos de terceiros (projetos logiciais – software) e por valores pagos para aquisição de carteiras de folha de pagamento que asseguram serviços bancários de processamento de crédito de folha de pagamento e crédito consignado, manutenção de carteira de cobrança, serviços e pagamento a fornecedores e outros serviços bancários mediante contratos de parceria comercial com setores público e privado.

Teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis

Os ativos intangíveis foram submetidos ao teste de redução ao valor recuperável por meio de projeção dos fluxos de caixa futuros descontados, durante a vida estimada de cada ativo, mensurado ao valor presente, com base na taxa Selic projetada para o período e a taxa de retorno esperada.

Os contratos que apresentaram indicativos de perda do valor recuperável foram provisionados e os que apresentaram recuperação do valor anteriormente provisionados foram ajustados apresentando, no montante, recuperação no valor provisionado em períodos anteriores.

Todos os ativos intangíveis reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas possuem vida útil definida.

Descrição	31/12/2012			31/12/2011		
	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Custo	Amortização Acumulada	Líquido
Aquisição de folha de pagamento	2.318.971	(777.678)	1.541.293	2.109.217	(478.614)	1.630.603
Outros ativos intangíveis	324.200	(15.402)	308.798	324.200	(1.089)	323.111
Projetos logiciais - Software	359.044	(86.202)	272.842	157.005	(32.217)	124.788
Total	3.002.215	(879.282)	2.122.933	2.590.422	(511.920)	2.078.502

Descrição	31/12/2011	31/12/2012			Líquido
	Líquido	Movimentação			
		Adições	Baixas	Amortizações	
Aquisição de folha de pagamento	1.630.603	458.367	(139.808)	(407.869)	1.541.293
Outros ativos intangíveis	323.111	-	-	(14.313)	308.798
Projetos logiciais – Software	124.788	198.201	-	(50.147)	272.842
Total	2.078.502	656.568	(139.808)	(472.329)	2.122.933

Nota 14 – Ativo fiscal diferido

A constituição do ativo fiscal diferido está baseada em estudo técnico quanto à expectativa de realização de créditos tributários em até 10 exercícios sociais:

Descrição	31/12/2012				31/12/2011			
	IRPJ	CSLL	PASEP/ COFINS	TOTAL	IRPJ	CSLL	PASEP/ COFINS	TOTAL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.036.378	1.851.150	-	4.887.528	1.968.184	1.210.093	-	3.178.277
Provisão SFH	753.805	452.283	-	1.206.088	739.125	443.475	-	1.182.600
Provisão para contingências	1.590.475	954.285	-	2.544.760	1.596.887	958.132	-	2.555.019
Outros	991.245	525.243	-	1.516.488	976.907	486.691	-	1.463.598
Provisão Saúde CAIXA - NPC 26	1.521.876	913.126	-	2.435.002	1.419.452	851.671	-	2.271.123
Ajuste a Valor de Mercado – Resultado	186.822	112.091	24.251	323.164	168.396	101.037	16.771	286.204
Ajuste a Valor de Mercado – PL	171.156	102.694	33.388	307.238	131.970	79.182	25.734	236.886
Ajuste IFRS	165.707	99.424	-	265.131	150.795	90.477	-	241.272
Subtotal das diferenças temporárias	8.417.464	5.010.296	57.639	13.485.399	7.151.716	4.220.758	42.505	11.414.979
Prejuízo fiscal	2.973.570	-	-	2.973.570	2.973.570	-	-	2.973.570
Baixas até o período	(1.010.391)	-	-	(1.010.391)	(862.070)	-	-	(862.070)
Base negativa até 2000	-	701.139	-	701.139	-	701.139	-	701.139
Baixas até o período	-	(467.635)	-	(467.635)	-	(378.821)	-	(378.821)
Crédito a 18% - 1998	-	624.515	-	624.515	-	624.515	-	624.515
Baixas até o período	-	(327.344)	-	(327.344)	-	(265.175)	-	(265.175)
Total dos créditos tributários	10.380.643	5.540.971	57.639	15.979.253	9.263.216	4.902.416	42.505	14.208.137
Total da provisão com créditos tributários	(2.206.717)	(1.277.630)	-	(3.484.347)	(2.923.819)	(1.353.548)	-	(4.277.367)
- Diferença Temporária	(2.112.722)	(1.277.630)	-	(3.390.352)	(2.239.286)	(1.353.548)	-	(3.592.834)
- Prejuízo Fiscal / Base Negativa	(93.995)	-	-	(93.995)	(684.533)	-	-	(684.533)
Total dos créditos tributários líquidos de provisão	8.173.926	4.263.341	57.639	12.494.906	6.339.397	3.548.868	42.505	9.930.770

(a) Conciliação do ativo fiscal diferido

Descrição	Em 31/12/2011	Debitado (creditado) à Demonstração do Resultado	Debitado (creditado) diretamente ao Patrimônio	Em 31/12/2012
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.178.277	1.709.251	-	4.887.528
Outras provisões	7.713.612	253.856	-	7.967.468
Prejuízos fiscais	2.111.499	(148.320)	-	1.963.179
Base negativa - CSLL	681.658	(150.983)	-	530.675
Ajuste a valor de mercado	480.586	(181.673)	273.850	572.763
Outros	42.505	7.481	7.654	57.640
Total dos ativos	14.208.137	1.489.612	281.504	15.979.253
Total da provisão do ativo fiscal diferido	(4.277.367)	793.020		(3.484.347)
Total do ativo líquido de provisão	9.930.770			12.494.906

(b) Efeitos fiscais dos ajustes IFRS

Ajustes no ativo fiscal diferido	Impacto tributário	
	31/12/2012	31/12/2011
Saldo inicial – BRGAAP	16.438.825	13.611.298
Reclassificação de carteira TVM	-	78
Impacto no patrimônio líquido	-	78
Reversão PDD/Prejuízo - Critérios IFRS	(4.209.107)	(3.921.923)
Diferimento de Receitas - Taxa de Juros Efetiva	219.689	138.354
Provisão renegociações de operações de crédito	-	34.903
Baixa do Ativo Diferido	7.433	33.124
Rendas de operações de crédito - Critério Default IFRS	38.008	34.891
Marcação a mercado de derivativos	58	45
Ajuste de consolidação	-	-
Impacto no resultado	(3.943.919)	(3.680.606)
Total	12.494.906	9.930.770

Nota 15 – Despesas antecipadas e adiantamentos concedidos

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Dividendos antecipados	5.188.673	2.768.488
Antecipação das contribuições ordinárias ao FGC	161.217	337.089
Pagamentos a ressarcir	94.856	66.790
Adiantamentos concedidos	879.480	237.098
Impostos a compensar	150.436	47.893
Outras despesas antecipadas	99.000	30.289
Total	6.573.662	3.487.647

Nota 16 – Outros ativos

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Administração de fundos e programas sociais	448.473	956.363
Valores a apropriar (1)	1.412.988	866.409
Seguros a receber	50.880	119.947
Relações de interdependência	713.650	126.699
Dividendos e bonificações em dinheiro a receber	140.337	123.973
Material em estoque	24.332	39.684
Câmbio	114.195	16.809
Outros	236.066	2.295
Total	3.140.921	2.252.179

(1) Valores correlacionados com registros credores de mesma natureza indicados na Nota 24 (a).

Nota 17 – Depósitos
(a) Depósitos de instituições financeiras

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Depósitos à vista	34.459	28.038
Depósitos Interfinanceiros	10.293.433	5.103.608
Total	10.327.892	5.131.646

(b) Depósitos de clientes

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Depósitos à Vista – sem remuneração	27.346.640	22.914.965
Pessoas Físicas	10.606.762	9.054.422
Pessoas Jurídicas	12.418.160	11.197.723
Vinculados	1.567.155	978.871
Governo	2.128.596	1.344.704
Moedas Estrangeiras	817	1.642
Entidades públicas	553.771	287.650
Outros	71.379	49.953
Depósitos de Poupança – remuneração pós fixada	175.566.036	150.362.663
Pessoas Físicas	172.507.033	148.003.373
Pessoas Jurídicas	3.056.103	2.356.350
Vinculados	2.900	2.940
Depósitos a prazo	96.534.780	68.164.843
Remuneração Prefixada	38.931.448	13.533.709
Depósitos a prazo em moeda nacional	38.931.448	13.533.709
Remuneração Pós-fixada	57.603.332	54.631.134
Depósitos a prazo em moeda nacional	20.078.208	25.663.864
Depósitos judiciais com remuneração	37.525.124	28.967.270
Depósitos especiais e de fundos e programas	9.265.546	13.254.921
Sem Remuneração	215.002	179.280
Remuneração Prefixada	406.556	358.379
Remuneração Pós-fixada	8.643.988	12.717.262
Total	308.713.002	254.697.392

Nota 18 – Recursos para destinação específica

Referem-se às obrigações decorrentes de recursos de operações relacionadas com loterias, obrigações decorrentes de recursos de fundos e programas sociais geridos pela CAIXA e recursos de fundos ou programas especiais alimentados com recursos do Governo ou entidades públicas, administradas pela CAIXA.

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Operações com loterias	1.237.388	725.499
Fundos e programas sociais	5.893.513	4.718.055
Fundos de financiamento e desenvolvimento	498.703	945.469
Recursos do FGTS para amortizações	205.721	123.859
Total	7.835.325	6.512.882

Nota 19 – Instrumentos de dívida e dívidas subordinadas

Instrumentos de Dívida	Indexador	Valor contábil líquido	
		31/12/2012	31/12/2011
Títulos de dívida subordinada		12.190.735	8.550.802
Dívida subordinada elegível a capital	-	12.190.735	8.550.802
Outros Instrumentos de dívida		28.452.993	13.884.459
Instrumentos híbridos de dívida elegíveis a capital	IPCA	28.452.993	13.884.459
Títulos de dívida não subordinada		49.003.194	21.077.544
Obrigações por TVM no exterior	-	3.126.683	-
Letra Hipotecária	IGP-M	568.713	527.589
Letra Hipotecária	INPC	12.052	11.361
Letra Hipotecária	TR	17.958	26.386
Letra Imobiliária	IGP-M	8.236	16.177
Letra Imobiliária	INPC	-	37.264
Letra Imobiliária	CDI	26.586.977	15.257.819
Letra de Crédito do Agronegócio	-	1.055.828	-
Letra Financeira	CDI	17.626.747	5.200.948
Total		89.646.922	43.512.805

Dívidas subordinadas elegíveis a capital

Parte da dívida existente referente às obrigações de empréstimos da CAIXA junto ao FGTS foi convertida em dívida subordinada, conforme Resolução CMN nº 2.837/01.

Em 11 de outubro de 2005, o BACEN aprovou a contratação de R\$ 3.439.717. O início de retorno dessa dívida será a partir de 20 de março de 2013. Sobre o valor total da dívida, durante o período de carência ou de desenquadramento da CAIXA em relação ao mínimo de capitalização exigido pela legislação vigente, incidirão atualização monetária, mediante a aplicação de coeficiente de atualização idêntico ao utilizado para a remuneração das contas vinculadas do FGTS e juros capitalizados mensalmente, calculados à taxa nominal de 6,125% a.a., correspondente à taxa efetiva de 6,3% a.a.

Em agosto de 2011, o BACEN aprovou operação de R\$ 3.000.000. O início do retorno dessa contratação será a partir de 20 de junho de 2019. Sobre o valor total da dívida, durante o período de carência ou de desenquadramento da CAIXA em relação ao mínimo de capitalização exigido pela legislação vigente, incidirão atualização monetária, mediante a aplicação de coeficiente de atualização idêntico ao utilizado para a remuneração das contas vinculadas do FGTS e juros capitalizados mensalmente, calculados à taxa nominal de 5,837% a.a., correspondente à taxa efetiva de 5,996% a.a.

Em junho de 2012, o BACEN aprovou nova operação de R\$ 3.000.000. O início do retorno dessa dívida será a partir de 20 de julho de 2020. Sobre o valor total da dívida atualizada incidirão juros capitalizados mensalmente, calculados à taxa anual nominal de 4,967%, a.a. correspondente à taxa efetiva de 5,082% a.a.

Estas contratações apresentam um saldo devedor de R\$ 12.190.735 (31/12/2011 – R\$ 8.550.802).

Instrumentos híbridos de capital e dívida elegíveis a capital

A União foi autorizada, por meio da Medida Provisória nº 347, de 22 de janeiro de 2007, convertida em Lei sob o nº 11.485/2007, a conceder crédito à CAIXA no valor de R\$ 5.200.000 em condições financeiras e contratuais que permitam o enquadramento da operação como instrumento híbrido de capital e dívida, conforme definido pela Resolução CMN nº 3.444/2007, objetivando a ampliação de seus limites operacionais. A concessão foi formalizada em 24 de maio de 2007, por meio de contrato particular celebrado entre a União e a CAIXA, e o crédito financeiro foi integralizado em 13 de junho de 2007. O BACEN, por meio do Ofício Deorf/Cofin II 2007/5808, de 2 de julho de 2007, autorizou a CAIXA a considerar os recursos ora contratados elegíveis ao Nível II de capital.

A dívida não possui data de vencimento e, mensalmente, são incorporados ao saldo devedor, com pagamentos anuais de acordo com as premissas do contrato, juros à taxa efetiva média anual da primeira etapa (*cash*) dos leilões de Notas do Tesouro Nacional, série B, com vencimento em 15 de maio de 2045, ponderadas pelas quantidades desses títulos negociadas pelo Tesouro Nacional nos leilões imediatamente anteriores à data de liberação de cada uma das parcelas, incidente sobre o valor nominal atualizado da dívida, e atualização monetária calculada com base na variação do IPCA.

Em 13 de outubro de 2009, por meio da Medida Provisória nº 470, uma nova contratação de crédito entre a CAIXA e a União foi autorizada no montante de até R\$ 6.000.000. Dessa forma, no 4º trimestre de 2009, houve a liberação de R\$ 2.000.400 e no 1º trimestre de 2010 houve a liberação de R\$ 3.999.599. O BACEN, por meio do Ofício Deorf/Cofin I 2009/10136, de 13 de novembro de 2009, autorizou a CAIXA a considerar a referida captação elegível ao Nível I, até o limite regulamentar, e o restante no capital Nível II, na categoria de instrumento híbrido de capital e dívida ora contratados.

Em 20 de setembro de 2012, por meio da Medida Provisória nº 581, uma nova contratação de crédito entre a Caixa e a União foi autorizada no montante de até R\$ 13.000.000, em condições financeiras e contratuais que permitam o enquadramento da operação como instrumento híbrido de capital e dívida. Os recursos visam à ampliação das margens operacionais da CAIXA. O BACEN, por meio dos Ofícios Deorf/Cofin II 09053/2012 e 09054/2012, autorizou a CAIXA a considerar R\$ 3.850.472 captação elegível aos Níveis I e II do Patrimônio de Referência, a partir de setembro 2012; R\$ 4.413.201 a partir de outubro 2012 e o restante a partir da monetização dos títulos recebidos da União.

Discriminação de principal, atualização monetária e juros dos créditos:

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Medida provisória nº 347/07	5.200.000	5.200.000
Atualização monetária e juros – MP nº 347/07	1.849.933	1.484.328
Medida provisória nº 470/09	5.999.999	5.999.999
Atualização monetária e juros – MP nº 470/09	2.125.600	1.200.132
Medida provisória nº 581/12	12.999.998	-
Atualização monetária e juros – MP nº 581/12	277.463	-
Total	28.452.993	13.884.459

Nota 20 – Obrigações por empréstimos e repasses

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Repasses no país	123.737.439	91.615.724
FGTS	104.796.216	80.599.183
BNDES	17.556.030	10.272.737
Tesouro Nacional - PIS	755.602	567.622
Outras instituições	629.591	176.182
Empréstimos no exterior	43.300	4.601
Tomados junto a instituições financeiras no exterior	40.803	-
Demais linhas de crédito	2.497	4.601
Total de obrigações por empréstimos e repasses	123.780.739	91.620.325

a) Repasses no país

Compostos, principalmente, por recursos repassados pelo FGTS para aplicação em operações de infraestrutura, desenvolvimento urbano e crédito imobiliário, estão sujeitos à atualização monetária, de acordo com a variação da Taxa Referencial (TR), e à incidência de juros médios de 6,17% ao ano. O prazo médio para o vencimento das operações é de 8 anos.

b) Empréstimos no exterior

O saldo dos empréstimos no exterior é composto, substancialmente, por captação de linhas de crédito adquiridas com instituições financeiras estrangeiras. Os demais empréstimos tomados no exterior estão sujeitos a juros de até 2,00% ao ano e à variação cambial da moeda a que estão vinculados, substancialmente atreladas ao dólar estadunidense, com vencimentos até 2014.

c) Despesas com obrigações por empréstimos e repasses

Descrição	2012	2011
FGTS	(5.793.739)	(5.398.832)
BNDES	(686.868)	(426.784)
Tesouro Nacional - PIS	(37.159)	(43.363)
Empréstimos no exterior	(1.591)	(31.263)
Outras instituições	(36.683)	(46.152)
Total	(6.556.040)	(5.946.394)

Nota 21 – Benefícios a empregados**(a) Composição da provisão para benefícios a empregados**

Provisão para benefícios a empregados		
Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Benefícios de curto prazo	2.218.210	2.390.941
Natureza salarial	1.832.488	1.599.975
Participação dos empregados no lucro (1)	385.722	790.966
Benefícios pós-emprego	6.770.511	6.328.531
Saúde CAIXA (cálculo atuarial)	6.087.506	5.677.807
Auxílio e cesta alimentação (cálculo atuarial)	627.977	607.075
PREVHAB (cálculo atuarial)	42.468	43.649
Planos de benefícios – Previdência Privada	12.560	-
Total	8.988.721	8.719.472

(1) Classificado no passivo como “Outras Obrigações”

(a.1) Benefícios de curto prazo:

As provisões relacionadas com benefícios de curto prazo são compostas predominantemente por salários a pagar, 13º salário, férias, licença prêmio, abono assiduidade e participação dos empregados nos lucros.

(a.2) Benefícios pós-emprego:

- (i) A CAIXA é patrocinadora de planos de previdência denominados planos de benefícios que são administrados e executados pela Fundação dos Economistas Federais – FUNCEF.
- (ii) A CAIXA administra os compromissos com os assistidos EX-PREVHAB, relativos a benefícios pós-emprego.
- (iii) O Saúde CAIXA é um programa instituído pela CAIXA sob a modalidade de autogestão e tem por finalidade o atendimento médico, hospitalar, laboratorial, radiológico, odontológico, psicológico, fisioterápico, fonoaudiológico, terapêutico ocupacional, nutricional e de serviços sociais, aos titulares (empregados e aposentados vinculados à FUNCEF, ao PREVHAB, ao Fundo PMPP e ao INSS) e seus respectivos dependentes.
- (iv) O PAMS – Programa de Assistência Médica Supletiva é um benefício concedido pela CAIXA aos titulares e respectivos dependentes que se encontram sob liminar judicial. O PAMS foi instituído pela CAIXA e é por ela administrada, sob a modalidade de autogestão, oferecendo cobertura médica, hospitalar, odontológica e psicológica, com atendimento por uma rede de credenciados, em âmbito nacional, obedecidas às normas e a tabela do PAMS.
- (v) A CAIXA administra os benefícios pós-emprego Auxílio Alimentação/Cesta-Alimentação.

(b) Plano de benefícios - Previdência privada

(b.1) REG/REPLAN

O plano, estruturado na modalidade de Benefício Definido, agrega os regulamentos instituídos em 1977 (REG) e 1979 (REPLAN), considerados como um só plano, cuja última alteração regulamentar ocorreu em 14 de junho de 2006.

O referido plano teve o saldamento de benefícios definido por meio de alteração em seu regulamento. Tal procedimento implica que o valor do Benefício saldado, calculado e reajustado com base no índice do plano (INPC/IBGE), com a desvinculação do salário de participação e da concessão e manutenção do benefício por órgão oficial de previdência, resulta no cancelamento da contribuição normal para este Plano e na adesão no caso do Participante, a outro Plano de Benefícios oferecido pelo patrocinador.

(b.2) REB

O Plano de benefícios REB é patrocinado pela CAIXA e FUNCEF e administrado pela FUNCEF. Este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Variável. A contribuição normal do participante, inclusive do participante autopatrocinado, é calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o Salário de participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 2% (dois por cento).

Com a criação deste Plano, foram interrompidas novas adesões ao REG/REPLAN e, em 4 de fevereiro de 2002, seu regulamento foi alterado para permitir a migração de participantes do REG/REPLAN para o REB. Essa experiência influenciou o processo de elaboração da proposta do REG/REPLAN Saldado e da criação do Plano de Benefícios Novo Plano.

Para os eventos programáveis, cujo modelo adotado pelo Plano é na modalidade de Contribuição Definida – CD é registrada a parte correspondente à CD, do Total das contribuições efetuadas pelo Patrocinador.

(b.3) Novo Plano

O Plano de benefícios Novo Plano foi aprovado por órgão competente em 16 de junho de 2006, tendo seu início operacional em 1º de setembro de 2006. Este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, com contribuição definida na fase de formação de reservas e benefício definido na etapa de recebimento de benefícios e nos casos de risco – como invalidez e pensão por morte.

O Novo Plano adota também nova base de contribuição, aumentando a parcela destinada pela CAIXA ao saldo de conta do associado. A contribuição normal do participante, inclusive do participante autopatrocinado, será calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o salário de participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 5% (cinco por cento). O valor de contribuição da patrocinadora é paritário com as contribuições normais dos participantes, limitado a 12% do Total da folha de salários de participação e ao somatório das contribuições normais feitas pelos participantes, inclusive pelos assistidos.

O custeio das despesas administrativas será de responsabilidade paritária entre patrocinador e participantes, inclusive assistidos, devendo ser aprovado pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo da FUNCEF, observados os limites e critérios estabelecidos pelo órgão regulador.

(b.4) Taxa de desconto aplicada

A taxa de desconto empregada no cálculo atuarial corresponde à taxa dos Títulos Públicos Federais NTN-B de primeira linha por serem aderentes às normas IFRS. A taxa de juros do Plano foi apurada considerando a posição em 30/09/2012, com vencimento em 15/05/2035. Os investimentos do Plano estão alocados de forma diversificada, sendo a maior parte aplicada em Fundos de Investimentos. A taxa de retorno anual dos ativos é de 9,91% e de 5,5% a.a. para a inflação.

(b.5) Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais

A administração da CAIXA adotou como procedimento não registrar ganhos atuariais face (1) aos compromissos previdenciários remanescentes desses planos; (2) às oscilações que poderiam afetar o valor justo dos ativos dos planos; e (3) à capacidade de realização de ganhos atuariais à luz da legislação vigente.

De acordo com a legislação vigente, o resultado superavitário do plano de benefícios será destinado à constituição de reserva de contingência, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor das reservas matemáticas, para garantia dos benefícios contratados, em face de eventos futuros e incertos e após a constituição da reserva de contingência, no montante integral de 25% (vinte e cinco por cento) do valor das reservas matemáticas, os recursos excedentes serão empregados na constituição da reserva especial para a revisão do plano de benefícios.

(i) Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial dos planos de aposentadoria

Premissas Financeiras - %						
Descrição	REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Taxa de juros de desconto atuarial anual (1)	9,91	11,60	9,91	11,60	9,91	11,60
Projeção de aumentos salariais - média anual	2,41	2,41	2,89	2,89	2,89	2,89
Projeção de aumentos dos benefícios média anual	1,00	1,00	-	-	-	-
Taxa de inflação média anual	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50
Retorno real anual dos ativos do plano	9,91	11,30	9,91	11,30	9,91	11,30

(1) Inclui a taxa de inflação do período

Premissas Demográficas						
Descrição	REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Taxa de rotatividade	Experiência FUNCEF		Experiência FUNCEF		Experiência FUNCEF	
Tábua de mortalidade	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 83 M e AT 83 F

(ii) Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial

Montante Líquido Reconhecido no BP						
Descrição	REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	(44.902.581)	(35.033.289)	(596.455)	(412.518)	(487.760)	(254.250)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	45.650.669	41.498.618	426.035	343.455	285.803	277.166
Valor presente da obrigação atuarial: (sem cobertura) / em excesso	748.088	6.465.329	(170.420)	(69.063)	(201.957)	22.916
Montante não reconhecido c/ ativo / (passivo) (1)	374.044	3.232.664	85.210	34.531	100.979	(11.458)
Ganhos/(Perdas) atuariais não reconhecidos	(2.889.894)	647.073	(202.861)	(167.759)	(88.419)	19.435
(Passivo) / ativo atuarial líquido no final do exercício	-	-	-	-	(12.560)	(7.977)

(1) Calculado em conformidade com as disposições da Lei Complementar Nº 109/2001, Resolução CGPC 26/08 e IAS 19, observando-se as contribuições atuais e futuras, de patrocinadoras e participantes, inclusive assistidos, de acordo com as regras estabelecidas no Plano de Custeio vigente.

(iii) Evolução dos passivos atuariais

Evolução dos passivos atuariais						
Descrição	REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Valor Presente da obrigação atuarial: Início do exercício	(35.033.289)	(31.330.322)	(412.518)	(358.031)	(254.250)	(283.896)
Custo do serviço corrente	(28.123)	(58.484)	(2.850)	(3.482)	(25.060)	(18.602)
Custo de juros	(3.871.909)	(3.622.039)	(47.312)	(32.082)	(27.967)	(30.593)
Ganhos / (Perdas) atuariais	(7.621.453)	(1.493.888)	(151.848)	(35.357)	(189.014)	66.711
Benefícios pagos pelo plano	1.652.193	1.471.444	18.072	16.434	8.532	12.130
Valor presente da obrigação atuarial: Final do exercício	(44.902.581)	(35.033.289)	(596.455)	(412.518)	(487.760)	(254.250)

iv) Evolução dos ativos líquidos

Evolução dos ativos líquidos						
Descrição	REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Valor Justo dos ativos do plano no início do exercício	41.498.618	37.230.243	343.455	447.248	277.166	230.424
Retorno esperado dos ativos do plano	5.222.680	4.692.039	43.938	56.538	36.981	29.666
Ganhos / (Perdas) atuariais	547.518	1.018.447	56.117	(144.478)	(25.679)	23.206
Contribuições/Pagamentos do empregador	17.023	14.666	597	580	5.867	6.000
Contribuições de participantes do plano	17.023	14.666	-	-	-	-
Benefícios pagos pelo plano	(1.652.1923)	(1.471.444)	(18.072)	(16.434)	(8.532)	(12.130)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	45.650.669	41.498.618	426.035	343.455	285.803	277.166

(v) Despesa Total reconhecida na demonstração consolidada do resultado

Despesa Total reconhecida no resultado						
Descrição	REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Custo do serviço corrente	(28.123)	(58.484)	(2.850)	(3.482)	(25.060)	(18.602)
Responsabilidade dos participantes	(661.324)	(505.758)	3.111	(10.486)	8.024	9.764
Custo de juros	(3.871.909)	(3.622.039)	(47.312)	(32.082)	(27.967)	(30.593)
Retorno esperado dos ativos do plano	5.222.680	4.692.039	43.938	56.538	36.981	29.666
Amortização de ganhos / (perdas) atuariais	-	-	(12.763)	(4.895)	506	(1.212)
Efeito do não reconhecimento do ativo	(678.347)	(520.424)	-	-	-	-
Total da despesa reconhecida	(17.023)	(14.666)	(298)	(290)	(7.517)	(10.976)

(vi) Despesa / receita e pagamentos esperados para o exercício seguinte

Despesa / Receita e Pagamentos esperados – exercício 2013			
Descrição	REG/REPLAN	REB	NOVO PLANO
Custo do serviço corrente	(15.289)	(2.186)	(44.032)
Responsabilidades dos participantes	-	-	29.807
Custo de juros	(2.181.716)	(29.308)	(47.872)
Retorno esperado dos ativos do plano	2.541.979	27.465	32.290
Amortização dos ganhos / (perdas) atuariais	(597.713)	16.436	(5.417)
Efeito do não reconhecimento do ativo	234.780	20.137	-
Total da despesa a reconhecer	(17.959)	(328)	(35.225)

(c) Plano de benefícios - Assistidos PREVHAB

A CAIXA administra o saldo remanescente dos recursos garantidores das reservas técnicas dos assistidos oriundos da PREVHAB, Fundo de Pensão responsável por complementar os benefícios previdenciários dos empregados do extinto BNH. Portanto, os valores dos benefícios pagos aos assistidos são debitados dos Recursos Garantidores das Reservas dos Assistidos oriundos da PREVHAB.

(c.1) Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais
(i) Principais premissas utilizadas

Premissas utilizadas PREVHAB - %		
Descrição	2012	2011*
Taxa de juros de desconto atuarial anual (1)	9,91	11,60
Projeção de aumentos salariais - média anual	-	-
Projeção de aumentos dos benefícios média anual	-	-
Taxa de inflação média anual	5,50	5,50
Retorno real anual dos ativos do plano	9,91	11,30

(1) Inclui a taxa de inflação do período

(ii) Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial

Montante Líquido Reconhecido no BP – PREVHAB		
Descrição	2012	2011
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	(47.121)	(37.535)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	42.019	43.649
Valor presente da obrigação atuarial em excesso/ (sem cobertura)	(5.102)	6.114
Ganhos/ (perdas) atuariais não reconhecidos	(5.102)	2.430
Ativo atuarial líquido no final do exercício (1)	-	3.684

(1) A CAIXA optou por não registrar o Ativo resultante, face da não existência de certeza de haver reembolso ou redução efetiva de contribuições futuras.

(iii) Evolução dos passivos atuariais

Evolução dos passivos atuariais – PREVHAB		
Descrição	2012	2011
Valor Presente da obrigação atuarial no Início do exercício	(37.535)	(36.607)
Custo do serviço corrente	-	-
Custo de juros	(4.041)	(4.034)
Ganhos / (Perdas) atuariais	(9.442)	(80)
Benefícios pagos pelo plano	3.897	3.187
Passivos (adquiridos) / transferidos de outros planos por transação	-	-
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	(47.121)	(37.535)

(iv) Evolução dos ativos líquidos

Evolução dos ativos líquidos - PREVHAB		
Descrição	2012	2011
Valor Justo dos ativos do plano no início do exercício	43.649	43.635
Retorno esperado dos ativos do plano	6.125	6.149
Perdas atuariais	(3.858)	(2.948)
Contribuições/Pagamentos (PREVHAB) do empregador	-	-
Contribuições de participantes do plano	-	-
Benefícios pagos pelo plano	(3.897)	(3.187)
Despesas administrativas	-	-
Ativos (adquiridos) / transferidos de outros planos por transação	-	-
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	42.019	43.649

(v) Despesa Total reconhecida na demonstração consolidada do resultado

Despesa Total reconhecida no resultado - PREVHAB		
Descrição	2012	2011
Custo do serviço corrente	-	-
Responsabilidade dos participantes	-	-
Custo de juros	(4.041)	(4.034)
Retorno esperado dos ativos do plano	6.125	6.149
Amortização de ganhos / (perdas) atuariais	-	68
Efeito do limite	(5.767)	-
Total da (despesa) / receita reconhecida no exercício	(3.684)	2.183

(vi) Despesa / receita e pagamentos esperados para o exercício seguinte

Despesa / receita e pagamentos esperados - PREVHAB	
Descrição	2013
Custo do serviço corrente	-
Responsabilidades dos participantes	-
Custo de juros	(4.224)
Retorno esperado dos ativos do plano	5.251
Amortização dos ganhos / (perdas) atuariais	(26)
Efeito do limite	-
Total da (despesa) / receita a reconhecer	1.001

(d) Plano de Saúde – Saúde CAIXA e PAMS

Desde 1977, a CAIXA oferece assistência à saúde aos seus empregados e familiares, por meio do Saúde CAIXA - um programa instituído e administrado pela CAIXA, sob a modalidade de autogestão, oferecendo assistência médica, hospitalar, odontológica, psicológica, fisioterápica, fonoaudiológica, terapêutica ocupacional, nutricional e de serviços sociais, com atendimento realizado por rede de credenciados e sistema de reembolsos de abrangência nacional. É um benefício concedido pela CAIXA aos titulares optantes e respectivos dependentes inscritos, entendendo-se por titulares, os empregados e aposentados vinculados à FUNCEF, a PREVHAB, ao Fundo PMPP e ao INSS.

O custeio do Plano de Saúde CAIXA, de responsabilidade da CAIXA, é realizado através de contribuições equivalentes a 70% das despesas assistenciais, com o mínimo de participação de 3,5% sobre a despesa com pessoal, incluindo encargos sociais. O beneficiário titular contribui com 30% das despesas assistenciais, mediante mensalidade de 2% sobre a remuneração base, pelo grupo familiar, mais co-participação de 20% sobre a utilização da assistência, limitada ao teto de co-participação, e mensalidade por dependente indireto inscrito.

O plano Saúde CAIXA não possui ativos financeiros, portanto a provisão calculada corresponde ao valor da obrigação atuarial. A obrigação atuarial, que representa o valor presente atuarial dos benefícios pós-emprego, relativa aos atuais aposentados e pensionistas, foi calculada considerando que esses grupos já cumpriram integralmente o tempo de serviço.

Quanto aos empregados ainda em atividade a provisão atuarial foi calculada considerando-se a proporção entre o tempo de serviço na data da avaliação e o tempo de serviço na data da aposentadoria.

O montante da provisão atuarial obtido pelo cálculo a valor presente de todos os fluxos de despesas assistenciais relativos aos atuais e futuros aposentados e pensionistas é de R\$ 6.087.506 (31/12/2011 – R\$ 5.677.807) e a despesa para o período acumulado até 31 de dezembro de 2012 foi de R\$ 262.871 (31/12/2011 - R\$ 682.261).

O PAMS é custeado com Recursos da CAIXA, anualmente correspondente a 3,5% do valor da folha de pagamento dos empregados, incluindo-se no cálculo os encargos sociais, e com recursos da participação de seus titulares nas despesas efetuadas. É um formato financeiro em extinção e sua vigência se vincula às liminares judiciais pendentes de julgamento e ações judiciais.

(d.1) Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais
(i) Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial do plano

Premissas utilizadas SAÚDE CAIXA - %		
Descrição	2012	2011*
Taxa de juros de desconto atuarial anual (1)	9,91	11,60
Projeção de aumentos salariais - média anual	2,89	2,89
Projeção de aumentos real dos custos de saúde (HCTR) média anual	1,50	1,50
Taxa de inflação média anual	5,50	5,50
Retorno real anual dos ativos do plano	-	-
Taxa de rotatividade	3,06	1,93
Tábua de mortalidade	AT2000M e AT2000F	AT2000M e AT2000F

(1) Inclui a taxa de inflação do período

(ii) Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial

Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial SAÚDE CAIXA		
Descrição	2012	2011
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	(6.317.036)	(4.637.896)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	-	-
Valor presente da obrigação atuarial sem cobertura	6.317.036	4.637.896
Ganhos/ (perdas) atuariais não reconhecidos	(188.660)	994.472
Passivo atuarial líquido reconhecido no final do exercício	6.128.377	5.632.367

(iii) Evolução dos passivos atuariais

Evolução dos passivos atuariais SAÚDE CAIXA		
Descrição	2012	2011
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	(4.637.896)	(4.387.210)
Custo do serviço corrente	(288.161)	(191.397)
Custo de juros	(525.743)	(490.865)
Ganhos / (Perdas) atuariais	(1.134.176)	246.517
Benefícios pagos pelo plano	268.938	185.059
Reduções	-	-
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	(6.317.036)	(4.637.896)

(iv) Evolução dos ativos líquidos

Evolução ativos líquidos SAÚDE CAIXA		
Descrição	2012	2011
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	-	-
Retorno esperado dos ativos do plano	-	-
Ganhos / (Perdas) atuariais	-	-
Pagamentos / Contribuições do empregador	268.938	185.059
Contribuições de participantes do plano	-	-
Benefícios pagos pelo plano	(268.938)	(185.059)
Ativos (adquiridos) / transf. de outros planos por transação	-	-
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	-	-

(v) Despesa Total reconhecida na demonstração consolidada do resultado

Despesa Total reconhecida no resultado SAÚDE CAIXA		
Descrição	2012	2011
Custo do serviço corrente	(288.161)	(191.397)
Contribuição dos participantes	-	-
Custo de juros	(525.743)	(490.865)
Retorno esperado dos ativos do plano	-	-
Retorno esperado de direitos de ativos	-	-
Amortização de ganhos / (perdas) atuariais	48.956	30.902
Efeito de qualquer redução ou liquidação	-	-
Total da despesa no exercício	(764.947)	(651.359)

(vi) Despesa/receita e pagamentos esperados para o exercício seguinte

Despesa/receita e pagamentos esperados SAÚDE CAIXA	
Descrição	2013
Montante de:	
Custo do serviço corrente	(352.180)
Contribuições dos participantes	-
Custo de juros	(611.146)
Retorno esperado dos ativos do plano	-
Amortização do (ganhos) / perdas atuariais	-
Total da despesa a reconhecer	(963.326)

(vii) Efeito decorrente de aumento ou redução de um ponto percentual dos custos médicos

Efeito decorrente dos custos médicos - SAÚDE CAIXA		
Descrição	Decréscimo 1%	Aumento 1%
Valor Total do custo de juros	(609.595)	(615.762)
Valor Total do custo do serviço corrente	(314.132)	(317.242)
Valor presente da obrigação atuarial do plano	(6.285.841)	(6.348.079)
Percentual do valor Total do custo de juros	(0,25)%	0,76%
Percentual do valor Total do custo do serviço corrente	(0,49)%	0,49%
Percentual do valor presente da obrigação atuarial do plano	(0,49)%	0,49%

(e) Auxílio Alimentação e Cesta Alimentação

Os benefícios do Auxílio-Alimentação e Cesta-alimentação fornecidos pela CAIXA aos empregados e dirigentes possuem valor mensal definido em setembro de cada ano. Para o período de setembro de 2012 a agosto de 2013 o valor do auxílio-alimentação/refeição é de R\$ 472,12 para aquisição de refeições prontas em restaurantes e similares. O auxílio cesta-alimentação referente a setembro de 2012 a agosto de 2013 é de R\$ 367,92 para a aquisição de gêneros alimentícios em supermercados ou em estabelecimento comercial do mesmo gênero.

O montante da provisão atuarial obtido pelo cálculo a valor presente de todos os fluxos de despesas relativos aos atuais e futuros aposentados e pensionistas com auxílio e cesta alimentação é de R\$ 627.977 (31/12/2011 – R\$ 607.075) e a despesa para o período acumulado foi de R\$ 33.316 (31/12/2011 - R\$ 35.996).

(i) Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial dos planos

Principais premissas – Auxílio e Cesta Alimentação - %		
Descrição	Auxílio e Cesta Alimentação	
	2012*	2011*
Taxa de juros de desconto atuarial anual (1)	9,91	11,60
Projeção de aumentos salariais - média anual	-	-
Projeção de aumentos dos benefícios média anual	-	-
Taxa de inflação média anual	5,50	5,50
Retorno real anual dos ativos do plano	-	-
Taxa de rotatividade	-	-
Tábua de mortalidade	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 2000 M e AT 2000 F

(1) Inclui a taxa de inflação do período

(ii) Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial

Principais premissas – Auxílio e Cesta Alimentação		
Descrição	Auxílio e Cesta alimentação	
	2012	2011
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	(844.804)	(624.440)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	-	-
Valor presente da obrigação atuarial (sem cobertura)/ em excesso	(844.804)	(624.440)
Ganhos/(Perdas) atuariais não reconhecidos	(216.827)	13.916
Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido no final do exercício	627.977	638.356

(iii) Evolução dos passivos atuariais

Evolução dos passivos atuariais – Auxílio e Cesta Alimentação		
Descrição	Auxílio e Cesta Alimentação	
	2012	2011
Valor Presente da obrigação atuarial no início do exercício	(624.440)	(651.502)
Custo do serviço corrente	-	-
Custo de juros	(68.856)	(71.992)
Ganhos / (Perdas) atuariais	(230.743)	4.432
Benefícios pagos pelo plano	79.235	94.623
Reduções	-	-
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	(844.804)	(624.440)

(iv) Despesa Total reconhecida na demonstração consolidada do resultado

Despesa Total reconhecida no resultado – Auxílio e Cesta Alimentação		
Descrição	Auxílio e Cesta Alimentação	
	2012	2011
Custo do serviço corrente	-	-
Contribuição dos participantes	-	-
Custo de juros	(68.856)	(71.992)
Retorno esperado dos ativos do plano	-	-
Retorno esperado de direitos de ativos	-	-
Amortização de (ganhos) / perdas atuariais	-	-
Efeito de qualquer redução ou liquidação	-	-
Total da (despesa) / receita no exercício	(68.856)	(71.992)

(v) Despesa/receita e pagamentos esperados para o exercício seguinte

Despesa/receita e pagamentos esperados – exercício 2013	
Descrição	Auxílio e Cesta Alimentação
Montantes de:	
Custo do serviço corrente	-
Contribuições dos participantes	-
Custo de juros	(75.413)
Retorno esperado dos ativos do plano	-
Amortização dos ganhos / (perdas) atuariais	(8.549)
Total da despesa a reconhecer	(83.963)

Nota 22 – Provisões para causas judiciais

A CAIXA é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de seus negócios. Com base em pareceres dos assessores jurídicos e levando em consideração que os procedimentos adotados pela CAIXA guardam conformidade com as previsões legais e regulamentares, a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para contingenciar os riscos de eventuais decisões desfavoráveis nesses processos, bem como que nenhum processo pendente de julgamento causaria, individualmente, efeito material adverso relevante.

Considerando o elevado número de processos administrativos e judiciais, a metodologia adotada pela CAIXA, para cálculo da contingência decorrente de ações rotineiras, é baseada no valor médio histórico de condenação pago em processos similares, nos últimos 36 meses (atualizado pelo IPCA). Contingências decorrentes de processos relevantes, por outro lado, são calculadas de forma individualizada. Além disso, ações rotineiras têm seu risco sempre classificado como provável. A probabilidade de perda em ações relevantes, diferentemente, é classificada como provável, possível ou remota.

(a) Classificação:

(i) Risco Provável:

Descrição	31/12/2011	Acumulado dezembro 2012		31/12/2012
		Adições	Reversões/ Baixas	
Demandas Fiscais (Nota 18 (b))	268.242	209.559	(216.930)	260.871
INSS	47.506	95.859	(95.683)	47.682
ISS	186.617	74.387	(105.633)	155.371
Outros	34.119	39.313	(15.614)	57.818
Demandas Cíveis (Nota 18 (f))	3.582.717	3.136.192	(3.207.287)	3.511.622
Perdas e danos	1.441.561	1.673.326	(1.803.414)	1.311.473
Poupança	1.342.666	270.663	(394.113)	1.219.216
Loterias	8.917	16.603	(13.934)	11.586
Crédito imobiliário	214.790	242.889	(353.585)	104.094
Contingenciamento do FGTS	574.783	932.711	(642.241)	865.253
Demandas Trabalhistas (Nota 18 (f))	2.812.886	2.275.551	(2.459.259)	2.629.178
Outras (Nota 18 (f))	41.671	1.637	-	43.308
Total	6.705.516	5.622.939	(5.883.476)	6.444.979

(ii) Risco possível

As contingências classificadas como de perdas possíveis são dispensadas de constituição de provisão:

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Demandas Fiscais	4.761.175	4.641.123
Demandas Cíveis	2.172.118	1.114.021
Demandas Trabalhistas	49.449	46.749
Total	6.982.742	5.801.893

(iii) Composição dos depósitos judiciais:

Os saldos dos depósitos em garantia constituídos para as causas judiciais passivas prováveis, possíveis e/ou remotas:

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Demandas Fiscais	7.869.183	7.401.564
Demandas Cíveis	592.193	632.466
Demandas Trabalhistas	1.881.421	1.474.686
Total	10.342.797	9.508.716

(b) Ações trabalhistas e cíveis

A CAIXA é parte passiva em ações ajuizadas por empregados, ex-empregados próprios ou de prestadoras de serviços e sindicatos, relacionadas com a atividade laboral, planos de cargos, acordos coletivos, indenizações, benefícios, aposentadorias, subsidiariedade.

Em 31 de dezembro de 2012, a CAIXA era parte em aproximadamente 53.761 processos trabalhistas provisionados, ajuizados por empregados e ex-empregados, bem como empregados de terceiros prestadores de serviços e por sindicatos, com relação a jornadas de trabalho, acordos coletivos, indenizações, benefícios, planos de previdência e subordinação.

O Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Município do Rio de Janeiro moveu um processo trabalhista (processo nº 00809002820085010004) contra a CAIXA alegando o pagamento de hora-extra devida a empregados que desempenham serviços técnicos. O valor envolvido em tal processo é de R\$ 102 milhões, em 31 de dezembro de 2012 e uma provisão no mesmo valor foi constituída com base em uma recente análise técnica e jurídica sobre a perspectiva provável de perda neste caso.

As ações cíveis passíveis de provisionamento, em 31 de dezembro de 2012, representam cerca de 300 mil processos, relacionadas a seus produtos, operações e serviços, principalmente serviços bancários, cadastros restritivos, financiamento do crédito imobiliário, loterias, dentre outros.

De um modo geral, as ações têm natureza indenizatória, patrimonial ou moral, ou questionam cláusulas contratuais, mormente no tocante à taxa de juros e saldos devedores ou remanescentes das operações de crédito contratadas.

Quantitativamente, sobressaem demandas que contestam os indexadores de planos econômicos em operações ativas e passivas, principalmente depósitos em cadernetas de poupança, que se encontram provisionadas aos critérios descritos na norma vigente. O resultado de tais processos depende de recursos que continuam aguardando julgamento no STJ e no STF, sendo que referida decisão deverá ser vinculativa a todos os casos relacionados que discutam a mesma matéria. O valor envolvido nesses processos totaliza, em 31 de dezembro de 2012, aproximadamente R\$ 3,2 bilhões e foi estabelecida provisão, quando tais processos envolvem probabilidade de perda considerada provável, no montante total de R\$ 1,2 bilhão.

No que tange a valores, sob a ótica de grupo de ações, são financeiramente significativos os processos que questionam pretensa reparação de danos decorrente do contingenciamento da liberação de recursos do FGTS para atividades de financiamento imobiliário, ocorrido de acordo com as normas vigentes à época. O valor relacionado a tais processos totaliza, em 31 de dezembro de 2012, o equivalente a R\$ 12 bilhões e a provisão correspondente, quando tais processos envolvem probabilidade de perda considerada provável, totaliza R\$ 860 milhões, na mesma data.

A CAIXA é parte em uma ação revocatória (processo nº 00526287420068090051), movida por Encol S.A., buscando o cancelamento de uma venda de imóvel para a FUNCEF e de um contrato de empréstimo.

Em tal processo é requerida a devolução dos valores desembolsados no âmbito do referido contrato de empréstimo. A CAIXA obteve decisão judicial desfavorável e também não logrou êxito em sua apelação, sendo que atualmente aguarda julgamento de recurso especial pelo STJ. O valor envolvido em tal processo é de R\$ 112 milhões, em 31 de dezembro de 2012, com uma provisão no mesmo valor foi constituída, baseada em recente análise técnica e jurídica sobre a perspectiva provável de perda neste caso.

(c) Ações fiscais

As ações fiscais dizem respeito a tributos federais, estaduais e municipais, tais quais, Imposto de Renda, CPMF, CSLL, PASEP, Contribuição de Melhoria, Contribuições Previdenciárias, IOF, ICMS, ITBI, IPTU, ISSQN, Taxas e Multas.

A CAIXA foi autuada pela fiscalização do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para o recolhimento de contribuições previdenciárias sobre pagamentos efetuados a seus empregados no período de janeiro de 1982 a agosto de 1999, cujos valores reposicionados para 31 de dezembro de 2012, montam a R\$ 1.390.798 (31/12/2011 - R\$ 1.390.718), para as quais a provisão constituída com base no histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, sopesados em recente análise técnica e jurídica acerca da matéria, é de R\$ 47.682 (31/12/2011 - R\$ 47.506).

As fiscalizações municipais atuaram a CAIXA em diversos Municípios da Federação sob a alegação de falta de recolhimento ou recolhimento a menor de ISS, cujo valor total, em 31 de dezembro de 2012, corresponde ao montante de R\$ 336.734 (31/12/2011 - R\$ 235.989). Em face do histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, sopesados em análise técnica e jurídica acerca da matéria, ultimou-se na provisão ora constituída de R\$ 155.371 (31/12/2011 - R\$ 184.343).

A CAIXA vem discutindo perante o Conselho de Contribuintes a materialidade do débito de CSLL decorrente de 2 processos de PERD/COMP não homologadas no valor de R\$ 6.236 (31/12/2011- R\$ 5.968), e com base nos pronunciamentos jurisdicionais sobre a matéria, a análise dos consultores foi pela constituição da provisão integral do valor.

A CAIXA, em 6 de dezembro de 1996, foi autuada pela Receita Federal sob o argumento de insuficiência no recolhimento do PIS/PASEP relativo ao período de janeiro de 1991 a dezembro de 1995, época em que vigiam os Decretos-Leis nº. 2.445 e 2.449/1988, e compensação, supostamente indevida, de recolhimentos efetuados a maior no período de janeiro de 1992 a maio de 1993. A CAIXA recorreu em âmbito administrativo, junto ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, contestando referida autuação, tendo o respectivo processo administrativo fiscal tramitado até Nov/10, e, nesse interregno, a CAIXA teve parte de seus argumentos providos, em sede de Recurso Voluntário (Acórdão 202-17402), tendo sido negado o pleito discutido em sede de Recurso Especial. A CAIXA foi cientificada quanto à decisão de última instância, da qual não cabia mais nenhum recurso administrativo, sendo intimada a recolher o montante recalculado para o auto de infração composto por R\$ 667.691 de principal, R\$ 500.768 de multa e R\$ 3.097.400 de juros, os quais totalizam R\$ 4.265.859 a valores de 31 de dezembro de 2012 (31/12/2011 - R\$ 4.179.478, valor total).

Dado o esgotamento das possibilidades de discussão da autuação na esfera administrativa, a CAIXA decidiu por ajuizar ação, visando à reversão da autuação, pelo que foi promovido o depósito do montante integral, conforme previsão da legislação tributária para que haja suspensão da exigibilidade do respectivo crédito tributário. A administração da CAIXA, com base na opinião de seus consultores jurídicos, classificou essa autuação como probabilidade de perda possível.

A CAIXA possui 29 processos relativos a Imposto de Renda, CPMF, CSLL, Contribuições Previdenciárias e ISSQN e ICMS, os quais, de acordo com a análise dos consultores jurídicos, foram considerados como probabilidade de perda possível e somam R\$ 495.316, em 31 de dezembro de 2012 (31/12/2011 - R\$ 461.645).

Nota 23 – Passivo fiscal diferido

(a) Conciliação do passivo fiscal diferido

Descrição	Em 31/12/2011	Debitado (creditado) ao Resultado	Debitado (creditado) no PL	Em 31/12/2012
Ajuste a valor de mercado	333.243	221.622	-	554.865
Reserva de reavaliação	187.787	-	(25.162)	162.625
Demais ajustes IFRS	48.655	(9.014)	-	39.641
Outros	61.331	2.902	73.829	138.062
Total	631.016	215.510	48.667	895.193

(b) Efeitos dos ajustes IFRS no passivo fiscal diferido

Ajustes no passivo fiscal diferido	Impacto tributário	
	31/12/2012	31/12/2011
Saldo – BRGAAP	710.681	511.253
Ajuste de consolidação	144.870	71.041
Impacto no patrimônio líquido	144.870	71.041
Baixa da amortização acumulada do Diferido	7.643	28.286
Rendas de operações de crédito - critério <i>default</i> IFRS	31.412	18.890
Reclassificação de carteira TVM	-	67
Diferimento de despesas - Taxa de Juros Efetiva (TJE)	587	1.479
Impacto no resultado	39.642	48.722
Total	895.193	631.016

Nota 24 – Outras obrigações

Descrição	2012	2011
Sociais e Estatutárias	5.660.303	1.507.016
Fiscais e Previdenciárias	857.252	683.476
Programa de Recompensas	81.452	50.442
Relações com correspondentes	13.424	10.201
Cobranças e arrecadações de tributos e contribuições	258.984	207.391
Câmbio	93.105	17.002
Obrigações por convênios	287.114	442.124
Recursos em trânsito de terceiros	1.390.447	1.228.013
Credores diversos – país (Nota 24 (a))	9.504.385	7.433.144
Financiamentos imobiliários a liberar	4.742.900	3.619.426
Obrigações por operações vinculadas a cessão	2.485.104	-
Participação dos empregados no lucro (Nota 21)		
Outros pagamentos	2.326.999	1.686.358
Total	27.701.469	16.884.593

(a) Credores diversos – País

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Cartões de crédito	4.604.588	3.253.801
Empresa Gestora de Ativos (EMGEA) (1)	253.687	256.408
Fornecedores	755.547	631.395
Aquisição de folhas de pagamento - valores a liberar	495.448	744.989
Crédito comercial – repasses	395.629	249.648
Crédito imobiliário – repasses	607.165	606.034
Obrigações com a União – repasses	35.247	32.509
Outros credores – poupança simplificada	499.944	499.983
Contas a pagar	87.317	56.842
Fundo Garantidor de Créditos – FGC	34.669	28.135
Valores a restituir – penhor	147.547	127.283
Valores a apropriar (2)	1.412.988	787.866
Outros credores diversos	174.609	158.251
Total	9.504.385	7.433.144

(1) Empresa Gestora de Ativos (EMGEA): referem-se aos valores financeiros de prestação de contas das arrecadações e contratos recebidos.

(2) Valores correlacionados com registros devedores de mesma natureza apresentados na Nota 16.

Nota 25 – Patrimônio líquido
a) Capital social

O Decreto nº 6.473 da Presidência da República, de 5 de junho de 2008, que aprovou o Estatuto da CAIXA, em seu artigo 7º instituiu o Capital Social no montante de R\$ 9.292.000, exclusivamente integralizado pela União Federal.

Por meio dos Decretos 7.439 de 16 de fevereiro de 2011 e 7.653 de 23 de dezembro de 2011 foi autorizado o aumento de Capital Social da Caixa cujo montante foi elevado para R\$ 15.154.802.

Em 30 de agosto de 2012, o Tesouro Nacional transferiu 68.274.920 ações PETROBÁS ON para a posição da Caixa, totalizando o montante de R\$ 1.500.000. O Decreto nº 7.880 da Presidência da República, de 28 de dezembro de 2012, autorizou o aumento de capital da CAIXA no montante de até R\$ 5.400.000, conforme discriminado a seguir:

Aumento do Capital Social	
Descrição	Capital Social
Saldo em 31/12/2011	15.154.802
Mediante transferência de ações – agosto 2012	1.500.000
Mediante transferência de ações – dezembro 2012	5.400.000
Saldo em 31/12/2012	22.054.802

b) Enquadramento nos níveis exigidos pela Resolução do CMN nº 2.099/1994 (Acordo de Basileia)

Conforme determinações da Resolução CMN nº 2.099/1994 e regulamentações posteriores, que estabelecem os níveis mínimos de patrimônio de referência para as instituições financeiras, com base nos volumes de suas operações, a CAIXA apresenta índice de 12,99%, sendo o mínimo exigido no Brasil de 11%.

c) Reservas

As reservas são constituídas por reserva legal, calculada à base de 5% sobre o lucro líquido contabilizado segundo as práticas contábeis brasileiras aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, reserva estatutária - loterias e reserva de margem operacional.

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Reserva legal	1.669.327	1.366.024
Reserva estatutária - loterias	928.299	407.196
Reservas margem operacional	95.438	2.306.561
Total	2.693.064	4.079.781

d) Dividendos

São assegurados dividendos sobre o lucro líquido ajustado de no mínimo 25%, após apuração de resultado semestral.

Para efeito do cálculo da obrigação com dividendos são computados os juros sobre o capital próprio, calculado pela remuneração da TJLP do período sobre o patrimônio líquido ajustado, limitado a 50% do lucro líquido do período.

Foi repassado à União, em 2012, o montante de R\$ 5.188.673, a título de antecipação de dividendos, relativos ao exercício de 2012 e R\$ 2.306.561, a título de dividendos complementares relativos aos exercícios de 2010 e de 2011.

Base de cálculo dos dividendos obrigatórios de 2012:

Descrição	2012	2011
Lucro líquido segundo as práticas contábeis aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen	6.066.054	5.182.525
Reserva legal	(303.303)	(259.125)
Realização de reserva	42.463	16.020
Reserva de loterias	(521.104)	(407.196)
Base para cálculo dos dividendos	5.284.110	4.532.224
Dividendos propostos	5.188.673	2.768.488
Juros sobre o capital próprio	1.106.451	852.865
Dividendos	4.082.222	1.915.623

(e) Ajustes de avaliação patrimonial

Conforme indicado na Nota 3.4 (f), os instrumentos financeiros disponíveis para venda, após o reconhecimento inicial, são mensurados ao valor justo e os ganhos e perdas não realizados são reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido, em Ajuste de Avaliação Patrimonial, líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

As variações no saldo de ajustes ao valor justo do período são apresentadas na demonstração consolidada de resultado abrangente, onde estão evidenciados os ganhos ou perdas realizados e não realizados no resultado, destacados os respectivos efeitos tributários, determinando o resultado abrangente do período.

(f) Lucros Acumulados

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Efeito acumulado dos ajustes IFRS no lucro líquido segundo as práticas contábeis aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN	3.407.696	2.996.987
Ajustes patrimoniais no ativo imobilizado anteriores à adoção ao IFRS	423.165	464.595
Ajustes de 1ª Adoção ao IFRS	3.264.992	3.264.992
TOTAL	7.095.853	6.726.574

Nota 26 – Receitas com juros e similares

Descrição	2012	2011
Depósitos interfinanceiros	3.426	-
Empréstimo e recebíveis com instituições financeiras	6.107.695	5.604.211
Empréstimos e recebíveis com clientes	35.251.960	28.411.763
Ativos financeiros disponíveis para venda	528.405	158.897
Ativos financeiros mantidos para negociação	6.272.023	5.569.483
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	5.449.575	6.796.769
Juros de outros ativos financeiros	1.313.966	1.866.949
Outros ativos financeiros – FCVS	1.296.781	1.866.949
Outros ativos financeiros – FGTS	17.185	-
Outras	311.301	236.026
Total	55.238.351	48.644.098

Nota 27 – Despesas com juros e similares

Descrição	2012	2011
Operações com clientes	(17.801.047)	(17.100.885)
Operações com instituições financeiras	(639.969)	(617.967)
Outros depósitos especiais e fundos e programas	(812.381)	(958.266)
Operações compromissadas	(7.688.579)	(7.246.599)
Empréstimos, cessões e repasses (Nota 20 (c))	(6.556.040)	(5.946.394)
Instrumentos híbridos de capital e dívida (1)	(1.968.671)	(1.651.422)
Despesas de obrigações por operações vinculadas a cessão	(63.862)	-
Total	(35.530.549)	(33.521.533)

(1) Despesas com Instrumentos híbridos de capital e dívida classificadas em 2011 em “Outras despesas operacionais”, reclassificadas em 2012 em “Despesas com juros e similares”.

Nota 28 – Receita líquida com taxas e comissões

Descrição	2012	2011
Administração do FGTS	3.166.292	3.129.791
Administração do FCVS	93.292	79.935
Administração do PIS	54.652	51.192
Administração das loterias	1.085.021	903.511
Administração do FIES	158.042	137.238
Administração do FAR	62.500	60.260
Seguro-Desemprego	59.766	57.054
Orçamento Geral da União (OGU)	80.336	59.263
Bolsa Família	286.442	272.676
INSS – Tarifas de arrecadação e pagamento	58.929	59.654
Administração de fundos de investimento	1.045.099	906.675
Tarifas de convênios	2.063.756	1.850.505
Tarifas sobre manutenção de conta corrente	134.688	119.878
TAC	50.010	11.807
Cartão de crédito	880.510	716.651
Cobrança de títulos	527.975	485.871
EMGEA – Administração de Contratos	208.056	223.005
Taxa de risco – Agente financeiro	382.574	300.899
CCFGTS	105.119	144.019
Carta de Crédito FGTS - Programa Minha Casa Minha Vida	16.745	15.211
CONSTRUCARD CAIXA	46.326	75.848
Rendas de serviços s/ operações de crédito imobiliário	77.701	147.957
Rendas de serviços prestados a ligadas	525.888	465.273
Outros serviços	142.629	194.207
Subtotal	11.312.348	10.468.380
Rendas de tarifas bancárias	2.043.246	1.419.989
Pessoa Física	1.995.156	1.308.495
Pessoa Jurídica	48.090	111.494
Total de prestação de serviços e tarifas bancárias	13.355.594	11.888.369

Total de prestação de serviços e tarifas bancárias	13.355.594	11.888.369
Despesas com taxas e comissões	(684.846)	(715.788)
Administração de fundos e programas	(82.175)	(71.643)
Administração de loterias	(165.662)	(193.430)
Tarifa de remuneração FGTS	(400.374)	(443.507)
Provisão de risco agente operador FGTS	(9.801)	(356)
Prov. p/ risco de crédito agente operador FGTS	(26.834)	(6.852)
Receita líquida com taxas e comissões	12.670.748	11.172.581

Nota 29 – Ganhos e perdas com a negociação e valor justo de ativos e passivos financeiros

(a) Ganhos e perdas com a negociação de ativos e passivos financeiros

Descrição	2012	2011
Ativos Financeiros para negociação	150.120	51.423
Títulos públicos - Brasil	149.332	51.424
- Notas do Tesouro Nacional	3.458	5.066
- Letras Financeiras do Tesouro	136	25
- Letras do Tesouro Nacional	145.738	46.333
Títulos Privados	788	(1)
- Debêntures	788	(1)
Ativos financeiros disponíveis para venda	33.370	(163.297)
Títulos públicos - Brasil	33.569	19.877
- Notas do Tesouro Nacional	33.426	-
- Certificado Financeiro do Tesouro	-	125
- Títulos CVS	143	19.752
Títulos Privados	(199)	(183.174)
- Cotas de fundos	(199)	(183.174)
Carteiras Comerciais Adquiridas	71.141	(16.222)
Outros	-	(1.029)
Total	254.631	(129.125)

(b) Ganhos e perdas com valor justo de ativos e passivos financeiros

Descrição	2012	2011
Ativos Financeiros para negociação	509.391	685.905
Títulos públicos - Brasil	509.876	685.593
- Notas do Tesouro Nacional	(9.328)	42.639
- Letras Financeiras do Tesouro	274	431
- Letras do Tesouro Nacional	518.852	641.822
- Certificado de Recebíveis Imobiliários	78	701
Títulos Privados	(485)	312
- Debêntures	(485)	312
Instrumentos financeiros derivativos	(1.431.281)	(669.957)
Outros	-	508
Total	(921.890)	16.456

Nota 30 – Ganhos e perdas com operações de câmbio

O resultado de câmbio decorre da variação da taxa de câmbio das disponibilidades em moeda estrangeira.

Descrição	2012	2011
Receita	1.038.570	415.984
Disponibilidade em moeda estrangeira	1.038.570	415.894
Despesa	(1.012.243)	(409.283)
Despesas de variações e diferenças de taxas	(1.012.243)	(409.283)
Resultado de câmbio	26.327	6.701

Nota 31 – Outras receitas operacionais

Descrição	2012	2011
Comissões e taxas sobre operações	3.670.237	3.950.389
Recuperação de despesas	943.366	850.740
Reversão de outras provisões operacionais	1.543.199	1.124.522
Receitas de cartões de crédito	156.367	146.717
Receitas de dividendos	73.207	142.287
Atualização de depósitos em garantia	520.359	646.520
Atualização monet. s/ valores a receber da União	8.720	144.905
Outras receitas operacionais	1.162.023	452.051
Total	8.077.478	7.458.131

Nota 32 – Despesas com pessoal

Descrição	2012	2011
Benefícios	(1.467.081)	(1.340.383)
Encargos sociais:	(3.186.545)	(2.724.894)
FGTS	(600.814)	(517.288)
INSS	(1.843.768)	(1.600.412)
FUNCEF	(550.065)	(443.037)
Outros	(191.898)	(164.157)
Proventos	(8.663.895)	(7.398.200)
Salários e proventos	(7.969.610)	(6.866.142)
Indenizações trabalhistas	(694.285)	(532.058)
Outras	(202.332)	(178.756)
Total	(13.519.853)	(11.642.233)

Nota 33 – Outras despesas administrativas

Descrição	2012	2011
Comunicações	(638.815)	(568.915)
Manutenção e conservação de bens	(938.361)	(820.841)
Água e energia	(287.517)	(247.471)
Aluguéis e arrendamento de bens	(923.859)	(693.922)
Material	(232.823)	(257.222)
Processamento de dados	(966.208)	(948.216)
Promoções e relações públicas	(176.273)	(179.159)
Propaganda e publicidade	(413.860)	(383.648)
Sistema financeiro	(319.710)	(273.331)
Serviços de terceiros	(1.171.672)	(881.744)
Serviços especializados	(506.877)	(441.406)
Vigilância e segurança	(686.719)	(553.944)
Outras despesas administrativas	(355.956)	(285.965)
Total	(7.618.650)	(6.535.784)

Nota 34 – Perdas com ativos financeiros

a) Composição – Demonstrações Consolidadas do Resultado

Descrição	2012	2011
Constituição PDD - Empréstimos e Recebíveis (Nota 34 (b)) (1)	(7.005.606)	(3.934.212)
Resultado com renegociações	(488.862)	(444.983)
Outros ganhos (perdas) com instrumentos financeiros	247.824	(52.509)
Total	(7.246.644)	(4.431.704)

(1) Provisão para redução ao valor de recuperação.

b) Perdas com Empréstimos e Recebíveis com Clientes
Em 2012

Descrição	Empréstimos e títulos descontados	Financiamentos	Financiamentos rurais e agroindustriais	Financiamentos Imobiliários (Habitação)	Financiamentos de infraestrutura	Outros créditos	Total
Movimentação							
Em 1º janeiro de 2012	3.118.985	1.338.939	-	2.043.126	1.946	543.425	7.046.421
Constituição (reversão) de provisão no exercício	4.128.571	1.663.467	2.878	1.240.443	(1.804)	(27.949)	7.005.606
Recuperação de (transferência para) prejuízo	(1.898.605)	(935.656)	-	(879.604)	-	(19.182)	(3.733.047)
Em 31 de dezembro de 2012	5.348.951	2.066.750	2.878	2.403.965	142	496.294	10.318.980
Composição							
Provisão individual	117.657	21	-	64.122	-	33.944	215.744
Provisão coletiva	5.231.294	2.066.729	2.878	2.339.843	142	462.350	10.103.236
Total	5.348.951	2.066.750	2.878	2.403.965	142	496.294	10.318.980

Em 2011

Descrição	Empréstimos e títulos descontados	Financiamentos	Financiamentos Imobiliários (Habitação)	Financiamentos de infraestrutura	Outros créditos	Total
Movimentação						
Em 1º janeiro de 2011	2.226.225	1.077.261	1.526.102	99.877	447.580	5.377.045
Constituição (reversão) de provisão no exercício	1.901.628	953.588	1.080.432	(103.368)	101.932	3.934.212
Recuperação de (transferência para) prejuízo	(1.008.868)	(691.910)	(563.408)	5.437	(6.087)	(2.264.836)
Em 31 de dezembro de 2011	3.118.985	1.338.939	2.043.126	1.946	543.425	7.046.421
Composição						
Provisão individual	76.656	-	64.122	-	33.944	174.722
Provisão coletiva	3.042.329	1.338.939	1.979.004	1.946	509.481	6.871.699
Total	3.118.985	1.338.939	2.043.126	1.946	543.425	7.046.421

Nota 35 – Outras despesas operacionais

Descrição	2012	2011
Contribuição ao SFH	(997)	(382.635)
FCVS a receber - provisão/perdas	(330.236)	(324.075)
Obrigações com fundos e programas	(225.958)	(231.101)
EMGEA/UNIÃO	(5.215)	(20.063)
Despesas com loterias	(34)	-
Despesas com cartão	(838.635)	(690.767)
Serviços automatizados	(159.508)	(151.060)
Correspondente não bancário	(1.512.304)	(1.212.132)
FGTS - Arrecadação/pagamento	(45.750)	-
Benefícios sociais	(68.322)	(81.666)
Alavancagem de negócios	(279.453)	(165.325)
Condenações judiciais	(143.890)	(241.921)
Créditos administrados por terceiros	(40.029)	(37.286)
Gestão financ c/ fundo de previdência	(292.461)	(260.354)
Benefício pós-emprego	(593.285)	(562.857)
Operações de Financiamentos Imobiliários	(470.973)	(358.303)
Desp. revendedor lotérico	(164.717)	(129.056)
Desp. provisões operacionais	(572.949)	(361.818)
Ágio na aquisição de carteiras comerciais	(87.891)	(17.279)
Indenizações por perdas e danos	(132.905)	(82.408)
Prejuízo com saque eletrônico fraudulento	(153.215)	(234.486)
Perdas de capital	(45.090)	(11)
Atualização monetária s/ restituição e recolhimento	(264.686)	(17.704)
Outras	(617.324)	(475.786)
Total	(7.045.827)	(6.038.093)

Nota 36 – Impostos
a) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

Descrição	2012	2011
Lucro operacional antes da tributação	4.634.302	6.740.322
Impostos correntes	(652.923)	(697.898)
Impostos diferidos	2.495.384	1.242.034
Total	6.476.763	7.284.458

b) Impostos correntes

Descrição	2012		2011	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Despesa corrente	(318.951)	(139.816)	(324.864)	(140.373)
Encargo total do IRPJ (25%) e CSLL (15%)	(1.229.815)	(737.904)	(1.092.019)	(655.226)
Efeitos tributários das adições e exclusões	215.933	130.157	231.305	139.252
Juros sobre Capital Próprio	276.613	165.968	213.216	127.930
Participações dos empregados nos lucros	237.500	142.500	197.742	118.645
Ativo Fiscal IRPJ e CSLL Diferido	148.321	150.983	130.082	132.444
Incentivo fiscal	24.697	-	19.519	-
Reserva de Reavaliação	18.277	10.966	6.675	4.005
Participação em controladas e coligadas	101.968	61.181	59.727	35.837
Outros	(112.445)	(63.667)	(91.111)	(43.260)
Despesa diferida/marcação a mercado	(121.347)	(72.809)	(145.413)	(87.248)
Despesa Total	(440.298)	(212.625)	(470.277)	(227.621)

A CAIXA partiu da premissa de não recalculer o tributo corrente ao adotar o IFRS, portanto, os valores do quadro acima estão de acordo com a legislação vigente.

c) Despesas tributárias

Descrição	2012	2011
Contribuição COFINS	(1.358.896)	(1.200.481)
PIS/PASEP	(221.052)	(195.603)
Imp. s/ Serviços de Qualquer Natureza – ISS	(386.473)	(330.419)
Despesas com IPTU	(44.400)	(41.203)
Outras	(33.592)	(40.788)
Total	(2.044.413)	(1.808.494)

Nota 37 – Gestão de Riscos

37.1 Considerações iniciais

A CAIXA adota as melhores práticas nacionais e internacionais no gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional, incluindo uma gestão ativa de capital, em consonância aos princípios, valores, diretrizes e limites estabelecidos pelo Conselho de Administração.

A gestão de riscos é percebida pela Alta Administração como fator de diferencial competitivo no mercado financeiro e principal meio para preservação da solvência, liquidez e rentabilidade da CAIXA.

As estruturas de gerenciamento de riscos estão em conformidade com a regulação vigente. Estão adequadas à natureza e à complexidade dos instrumentos financeiros, produtos, serviços e operações da CAIXA e às boas práticas de governança corporativa, permitindo à Alta Administração identificar o comprometimento do capital para fazer frente aos riscos, avaliar os impactos sobre os resultados e decidir prontamente sobre limites de exposição aceitos.

A Política de Gerenciamento de Riscos e os limites de exposição são revisados, no mínimo, anualmente de acordo com a estratégia da Instituição, fatores macroeconômicos, ambiente de negócios e a capacidade da CAIXA de assumir risco.

A CAIXA, visando sensibilizar os seus empregados quanto à política de risco da instituição, disponibiliza todas as diretrizes acerca desse tema por meio de sistema interno de divulgação normativa.

37.2 Estrutura de Gestão de Riscos

As estruturas de gerenciamento dos riscos de crédito, mercado e operacional da CAIXA, compostas por políticas, processos, práticas, procedimentos, modelos e sistemas adequados à natureza e à complexidade dos seus produtos, serviços, atividades, processos e sistemas são responsáveis por identificar, mensurar, avaliar, monitorar, controlar, mitigar e comunicar as exposições a esses riscos.

As atividades de administração de riscos são segregadas das atividades negociais e de auditoria, com estruturas de desenvolvimento e monitoramento dos modelos independentes, de forma a evitar conflitos de interesses e resguardar a imparcialidade dos trabalhos executados.

Participam diretamente da administração dos riscos da CAIXA: o Conselho de Administração, o Conselho Diretor, o Comitê de Risco, a Vice-Presidência de Controladoria e Risco, a Diretoria Executiva de Controladoria, a Diretoria Executiva de Riscos, as Superintendências Nacionais de Administração de Riscos Corporativos, de Controles Institucionais e de Risco de Crédito do Tomador e de Operação e a Auditoria Interna.

As demais unidades da Instituição complementam o papel das mencionadas anteriormente e são unidades indiretas de gerenciamento dos riscos.

A descrição detalhada das estruturas de gerenciamento de riscos, incluindo responsabilidades, práticas, processos, procedimentos e modelos, está disponível na rede mundial de computadores (internet), no endereço <http://www.caixa.gov.br>, menu “SOBRE A CAIXA”.

Responsável pela aprovação da política de riscos e respectivos limites de exposição ao risco, manifestando-se expressamente acerca da correção tempestiva de deficiências apontadas nos relatórios sobre a estrutura de gerenciamento de cada risco tratado na Política.

Conselho Diretor

Responsável por aprovar e encaminhar ao Conselho de Administração a Política e os limites de exposição a risco; manifestar-se expressamente sobre a correção tempestiva das deficiências apontadas nos relatórios sobre a estrutura de gerenciamento de cada risco tratado na Política; e indicar, ao Banco Central do Brasil, o Vice-Presidente responsável pelo gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional.

Comitê de Risco

De caráter propositivo e deliberativo, elabora a proposta de Política e limites de exposição aos riscos, decide sobre a matriz de riscos globais, cenários econômicos e modelos para mensuração de riscos e avalia os níveis de exposição aos riscos da CAIXA.

Vice-Presidência de Controladoria e Riscos

Responsável por implantar políticas, metodologias, procedimentos e sistemas de controle, risco, monitoramento e avaliação de custos e desempenho da CAIXA, bem como avaliar o risco de clientes tomadores de crédito e respectivas operações.

Diretoria Executiva de Controladoria

Responsável por administrar, supervisionar e coordenar a execução das estratégias na área de controle, de contabilidade e de monitoramento e avaliação de resultados da CAIXA, dentre elas, a monitoração dos modelos de riscos da empresa.

Diretoria Executiva de Riscos

Responsável por administrar, supervisionar e coordenar a execução das estratégias na área de riscos da CAIXA, dentre elas, a avaliação de risco do tomador de crédito de clientes e operações, a administração do risco corporativo e a manutenção e recuperação dos ativos.

Superintendência Nacional de Administração de Risco Corporativo

Responsável por identificar, mensurar, avaliar, monitorar, controlar, comunicar e propor alternativas de mitigação dos riscos de crédito de carteira, mercado, liquidez e operacional em cenários de normalidade e de estresse e propor ao Comitê de Risco a Política de Gerenciamento de Risco e os limites de exposição a riscos.

Também é responsável pela gestão do capital regulamentar, do Programa de Continuidade de Negócios da CAIXA, da Política de Segurança da Informação da Instituição e pela coordenação das estruturas de gerenciamento dos riscos de crédito, mercado e operacional.

Superintendência Nacional de Risco de Crédito

Responsável por gerir o risco de crédito de clientes e de operações da CAIXA, definir os limites de crédito para cada classificação de risco e prestar serviços de análise de risco de crédito de terceiros.

Superintendência Nacional de Controle Institucional

Responsável por gerir o sistema de controle interno para o cumprimento das políticas e objetivos empresariais, preservar a sustentabilidade da organização e monitorar os modelos usados para avaliação dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional, para a conformidade e controle da CAIXA.

Auditoria Interna

Responsável por realizar, com periodicidade mínima anual, testes de avaliação das práticas, processos, procedimentos, modelos e sistemas implantados para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, controlar, comunicar e mitigar a exposição aos riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional e de modelagem.

Demais unidades

Responsáveis por cumprir e fazer cumprir a Política de Gerenciamento de Risco em seu âmbito de atuação, fomentar cultura que enfatize e demonstre a importância da administração de riscos e a respectiva participação de cada empregado na identificação dos riscos e implantar mecanismos que visem à mitigação dos riscos no âmbito dos seus produtos, serviços e atividades.

37.3 Risco operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrente das atividades desenvolvidas pela CAIXA.

A estrutura de gerenciamento deste risco na CAIXA está em consonância com as diretrizes da Instituição e com a Resolução CMN no 3.380/2006, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento do risco operacional nas instituições financeiras e inclui as atividades de identificação, avaliação, monitoração, controle e mitigação de riscos, incluindo quanto aos serviços terceirizados considerados relevantes para o funcionamento regular da Instituição.

O gerenciamento de risco operacional da CAIXA está pautado nas melhores práticas de mercado e no cumprimento das normas expedidas pelo Banco Central do Brasil.

Identificação

O processo de identificação dos riscos operacionais permeia toda a CAIXA e alcança desde os produtos e serviços a serem lançados até aqueles já disponíveis aos clientes, considerando tanto os fatores externos quanto os fatores internos que podem afetar adversamente os resultados financeiros da CAIXA.

As análises para identificar a exposição ao risco operacional permeiam as diferentes áreas da CAIXA, por meio do mapeamento das atividades e respectivas unidades da CAIXA.

Além do mapeamento, outro instrumento utilizado para a identificação dos riscos operacionais é a autoavaliação, adaptada da metodologia CRSA (*Control & Risk Self Assessment*), conhecida como autoavaliação de riscos e controles. A atividade é realizada em sistema corporativo que captura as informações prestadas pelos gestores, que são questionados sobre a possibilidade da ocorrência de eventos do risco operacional, bem como sobre o nível de criticidade e os controles adotados para reduzir esses riscos.

Avaliação

Os riscos identificados são avaliados qualitativa e quantitativamente.

a) Avaliação Qualitativa

Utiliza-se metodologia que agrega informações de gravidade, urgência e tendência, além de apontar os indicadores-chave de risco, que permitem uma visão antecipada de exposições a ocorrências de eventos de Risco Operacional.

A autoavaliação, em virtude das características de sua aplicação, também permite estimar a frequência e a severidade dos riscos operacionais identificados.

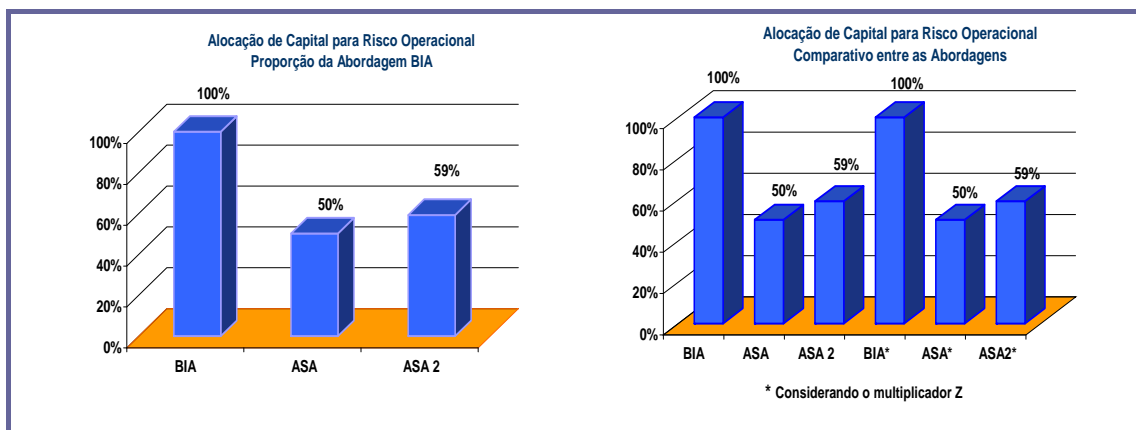
b) Avaliação Quantitativa (Mensuração)

Na avaliação quantitativa são estabelecidas métricas com o objetivo de analisar o histórico das perdas, projetá-las para períodos futuros verificando possíveis impactos financeiros e realizar o cálculo para alocação de capital. A CAIXA utiliza a metodologia Loss Data Distribution - LDA para a realização dessas projeções.

Metodologia de Cálculo Adotada na CAIXA

A Abordagem Padronizada Alternativa – ASA é a atual metodologia de cálculo adotada na CAIXA, sendo que foi desenvolvida uma ferramenta para realização integrada dos cálculos nos três métodos, previstos na Circular 3.383/2008.

Os resultados dos cálculos realizados pelos três métodos estão comparados nos quadros a seguir:



Modelos Internos

As abordagens avançadas de alocação de capital para risco operacional requerem o aperfeiçoamento das técnicas de gestão e controle, e como resultado espera-se reduzir o impacto decorrente de fraudes (internas e/ou externas), falhas de procedimentos operacionais, falha na gestão de contratos trabalhista, entre outros, para mitigar a exposição ao risco operacional. São conhecidas por modelo interno por necessitarem de várias informações da própria Instituição.

O método interno requer maior número de variáveis a serem analisadas, maior eficiência e sofisticação no gerenciamento de risco operacional, o que, conseqüentemente, implicará na diminuição do capital regulamentar a ser alocado, quando comparado com os métodos padronizados.

O método interno requer, no mínimo, o uso e integração de quatro elementos:

- Base de dados internos - A base de dados internos dos eventos associados aos riscos e perdas operacionais deve ser composta com informações das áreas gerenciais em consonância com as da contabilidade.
- Base de dados externos – Essa base auxilia na quantificação dos eventos de risco operacional ocorridos em outras instituições e contribui para a quantificação de eventos nunca ocorridos internamente, aqueles de baixíssima frequência.
- Fatores de controle interno e de ambiente de negócios - Refletem o controle interno e o ambiente operacional e de negócios a que a CAIXA está exposta a riscos operacionais e que servirão como mitigadores da exposição.
- Análise de cenários - Permite representar as mudanças no ambiente de negócio interno e externo incorporando situações que não estão nos dados internos, pois possibilita considerar o impacto de eventos extremos nas suas operações.

Excetuando-se o segundo, os demais elementos acima mencionados são objeto de estudo, desenvolvimento e/ou aprimoramento na área responsável pelo gerenciamento de risco operacional na CAIXA.

Monitoramento, Controle Operacional e Mitigação

As ações de monitoramento são objeto de atenção especial, tendo em vista que estas dão continuidade ao ciclo de gerenciamento e demonstram a efetividade desse gerenciamento, por meio dos índices de solidez e sustentabilidade da CAIXA.

Os registros de perdas decorrentes de eventos de risco operacional são monitorados e apresentados com o objetivo de refinar a tomada de decisão das ações de mitigação. Também são monitoradas sistematicamente as informações provenientes dos indicadores da exposição da CAIXA às ocorrências dos eventos de risco operacional.

O efetivo ciclo de gerenciamento do risco operacional completa-se com a mitigação e o controle dos eventos dessa categoria de risco, buscando conferir solidez e sustentabilidade à Instituição.

O controle operacional de produtos e serviços é realizado por meio de ferramenta específica, onde se encontram consolidados os pareceres de diversas áreas, cuja contribuição perpassa desde a apresentação de projetos até a avaliação do comportamento dos produtos e serviços em relação aos níveis de risco projetados.

As ações de mitigação do risco operacional são registradas em sistema corporativo visando um melhor monitoramento de medidas preventivas, corretivas e o aprimoramento da gestão de risco para que as falhas, caso ocorram, não se repitam, ou tenham as consequências financeiras reduzidas.

Gestão da Continuidade dos Negócios

A gestão da continuidade dos negócios é parte essencial do gerenciamento de risco operacional e tem sido foco de atuação da CAIXA, por meio de seu Programa de Continuidade dos Negócios – PCN CAIXA, pronto para atuar frente às possíveis interrupções nos serviços e atividades, como fator fundamental para o sucesso de qualquer iniciativa de preservação ou recomposição da capacidade de realizar negócios da CAIXA.

Outro elemento-chave no processo de gerenciamento do risco operacional é a gestão da Segurança da Informação, cujo envolvimento de todas as áreas da CAIXA na construção e consolidação de modelos, procedimentos, estrutura, ferramentas e cultura corporativa resultam numa gestão focada fundamentalmente na proteção dos ativos de informações da CAIXA.

Gestão de Crises

A Gestão de Crise é o processo no qual são gerenciadas situações de crise, onde são necessárias tomadas de decisões urgentes e coordenadas, promovendo a alocação de recursos humanos e materiais para minimizar os possíveis impactos financeiros, operacionais e de imagem.

Ressalta-se a importância da adoção dessas ações principalmente com o objetivo de definir estratégias de atuação visando preservar a integridade física dos empregados e clientes da CAIXA, bem como do patrimônio da Instituição.

Numa situação de crise os procedimentos a serem seguidos são precedidos de orientação do Grupo de Gestão em entendimento com as áreas envolvidas, objetivando escolher a melhor alternativa de mitigação possível, para que os impactos negativos sejam minimizados.

Transparência e Divulgação

A transparência e a divulgação de informações sobre o gerenciamento de risco operacional da CAIXA são fatores imprescindíveis para que os participantes do mercado possam avaliar a qualidade desse gerenciamento.

Existe um processo estruturado de comunicação interna e de divulgação ao mercado com o objetivo de integrar a transparência à rotina da CAIXA e demonstrar o seu compromisso com a consistência dos dados, com o ambiente bancário seguro e com a sociedade brasileira.

Estão disponíveis na Universidade CAIXA dois cursos sobre risco operacional, módulos Básico e Avançado de fácil acesso para os empregados da Instituição, com o objetivo de disseminar internamente a cultura de gerenciamento dessa categoria de risco. Nesta mesma linha, estão disponíveis manuais normativos referentes à Política de Risco Operacional, bem como a procedimentos associados ao ciclo de gestão deste risco.

37.4 Risco de crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte ou parte intermediadora ou conveniente de operações de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados no instrumento contratual, à desvalorização de contratos de crédito originada da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O controle e o acompanhamento do risco de crédito são realizados pela identificação, mensuração, avaliação e monitoramento de indicadores de atraso e exposição, limites por tomador, operação, segmento, região geográfica e setor de atividade econômica, perdas realizada, esperada e inesperada, provisão, *rating* das operações, exigência de capital regulatório e econômico, proposição de alternativas à mitigação do risco de crédito e reportes aos gestores de produtos e serviços e às instâncias deliberativas da Instituição.

Objetivando ainda gerir o risco de crédito, todas as exposições de crédito da CAIXA são submetidas à avaliação de risco em modelos baseados em critérios consistentes e verificáveis, capazes de mensurar e classificar os riscos envolvidos em cada operação.

Ademais, as novas operações são avaliadas a partir de modelos de *Credit Scoring* ou de análise especialista, a depender das características do tomador e da operação. As operações em carteira recebem reavaliações periódicas, as operações de varejo utilizam modelos de *Behaviour Scoring* e nas demais exposições aplica-se a reavaliação de *rating*.

A CAIXA possui rotina anual de revisão dos modelos, políticas, estratégias, limites de exposição ou extrapolação para reporte e aprovação pelo Conselho Diretor e Conselho de Administração como parte do aprimoramento contínuo do processo de controle e acompanhamento do risco de crédito.

As revisões periódicas das políticas, estratégias, práticas, processos, modelos e sistemas visam manter a CAIXA aderente às melhores práticas do mercado e ao atendimento aos requerimentos do Novo Acordo de Capitais e dos órgãos supervisores. Todos os processos e modelos utilizados são avaliados e homologados previamente por unidade interna e autônoma de monitoração e validação de modelos, tendo sua capacidade preditiva permanentemente monitorada.

Mensuração de risco de crédito

Os modelos de mensuração dos indicadores de monitoramento das exposições são avaliados e homologados previamente por unidade interna e autônoma, tendo sua capacidade preditiva permanentemente monitorada.

Todas as exposições de crédito da CAIXA são submetidas à avaliação de risco por meio de modelos baseados em critérios consistentes, com o objetivo de inferir o risco esperado em uma operação.

As novas operações são avaliadas a partir de modelos de *Credit Scoring* (CS) ou de análise de especialista, a depender das características do tomador e da operação.

As operações em carteira são reavaliadas periodicamente, no mínimo anualmente, sendo aplicados modelos de *Behaviour Scoring* (BS) nas exposições com perfil de varejo e reavaliação de *rating* nas demais.

Exposição máxima ao risco de crédito antes de garantias e instrumentos de melhoria de crédito:

Descrição	Exposição Máxima	
	31/12/2012	31/12/2011
Empréstimos e recebíveis com clientes	352.454.775	249.399.163
Empréstimos e títulos descontados	101.275.524	56.660.723
Financiamentos	18.316.603	16.113.983
Financiamentos de infraestrutura/desenvolvimento	23.536.627	16.726.151
Financiamentos imobiliários	203.756.485	157.127.465
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	154.642	-
Operações de crédito vinculadas à cessão	2.425.267	-
Outros Créditos	2.989.627	2.770.841
Empréstimos e recebíveis com instituições financeiras	88.364.997	39.260.759
Depósitos interfinanceiros	3.078.676	2.063.590
Operações compromissadas	72.104.596	27.683.377
Direitos a receber	2.838.928	5.077
Devedores por depósito em garantia	10.342.797	9.508.715
Outros empréstimos e recebíveis	18.776.893	18.333.916
Outros recebíveis (SFH)	18.776.893	18.333.916
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	78.931.818	59.689.970
Títulos públicos	75.469.372	55.059.941
Títulos privados	75.641	78.143
Derivativos	82.128	-
Designados ao valor justo	3.304.677	4.551.886
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	17.302.753	6.126.356
Títulos públicos	331.973	1.083.769
Títulos privados	16.970.780	5.042.587
Ativos mantidos até o vencimento	42.965.431	54.112.570
Títulos públicos	42.752.897	53.915.332
Títulos privados	212.534	197.238

Empréstimos e recebíveis

2012								
	Empréstimos e títulos descontados	Financiamentos	Financiamentos de infraestrutura/desenvolvimento	Financiamentos imobiliários	Financiamentos Rurais e Agroindustriais	Operações de crédito vinculadas à cessão	Outros Créditos	Total
Em dia e sem <i>impairment</i>	93.653.905	17.763.542	23.101.893	151.901.675	156.980	2.107.477	3.444.603	292.130.075
Vencidos, mas não em <i>impairment</i>	10.418.310	1.862.039	434.876	53.063.953	540	317.790	36.048	66.133.556
Vencidos em <i>impairment</i>	2.552.260	757.772	-	1.194.822	-	-	5.270	4.510.124
Total da carteira	106.624.475	20.383.353	23.536.769	206.160.450	157.520	2.425.267	3.485.921	362.773.755
Provisão:	5.348.951	2.066.750	142	2.403.965	2.878	-	496.294	10.318.980
Provisão individual	117.657	21	-	64.122	-	-	33.944	215.744
Provisão coletiva da carteira	5.231.294	2.066.729	142	2.339.843	2.878	-	462.350	10.103.236
Carteira líquida de provisão	101.275.524	18.316.603	23.536.627	203.756.485	154.642	2.425.267	2.989.627	352.454.775

2011								
	Empréstimos e títulos descontados	Financiamentos	Financiamentos de infraestrutura/desenvolvimento	Financiamentos imobiliários	Financiamentos Rurais e Agroindustriais	Operações de crédito vinculadas à cessão	Outros Créditos	Total
Em dia e sem <i>impairment</i>	53.212.326	14.857.408	16.166.293	114.723.444	-	-	10.327.309	209.286.780
Vencidos, mas não em <i>impairment</i>	5.039.317	1.017.149	224.689	37.379.612	-	-	300.390	43.961.157
Vencidos em <i>impairment</i>	1.608.039	805.783	2.422	763.282	-	-	18.121	3.197.647
Total da carteira	59.859.682	16.680.340	16.393.404	152.866.338	-	-	10.645.820	256.445.584
Provisão:	3.118.985	1.338.939	2.043.126	1.946	-	-	543.425	7.046.421
Provisão individual	76.656	-	64.122	-	-	-	33.944	174.722
Provisão coletiva da carteira	3.042.329	1.338.939	1.979.004	1.946	-	-	509.481	6.871.699
Carteira líquida de provisão	56.740.697	15.341.401	14.350.278	152.864.392	-	-	10.102.395	249.399.163

Empréstimos por faixa de rating

2012								
	Empréstimos e títulos descontados	Financiamentos	Financiamentos de infraestrutura	Financiamentos imobiliários	Financiamentos Rurais e Agroindustriais	Operações de crédito vinculadas à cessão	Outros Créditos	Total
Rating AA	16.427.415	5.677.318	8.404.135	1.684.739	1.989	-	30.163	32.225.759
Rating A	35.775.677	6.558.050	7.966.410	128.373.547	2.452	2.319.869	3.668.161	184.664.166
Rating B	21.873.822	2.795.004	2.841.022	24.736.413	98.748	30.072	2.663.696	55.038.777
Rating C	14.643.317	1.366.384	2.906.337	43.167.267	54.030	9.902	692.958	62.840.195
Rating D	5.826.509	956.702	816.182	2.660.774	301	7.275	359.228	10.626.971
Rating E	1.251.749	273.860	32.586	947.421	-	5.311	26.858	2.537.785
Rating F	754.146	199.301	-	741.020	-	3.746	13.268	1.711.481
Rating G	530.122	151.728	-	569.242	-	3.471	8.652	1.263.215
Rating H	2.910.888	1.137.186	-	7.691.009	-	45.621	80.702	11.865.406
Total	99.993.645	19.115.533	22.966.672	210.571.432	157.520	2.425.267	7.543.686	362.773.755

2011								
	Empréstimos e títulos descontados	Financiamentos	Financiamentos de infraestrutura	Financiamentos imobiliários	Financiamentos Rurais e Agroind	Operações de crédito vinculadas à cessão	Outros Créditos	Total
Rating AA	14.778.236	7.111.044	4.188.369	2.012.929	-	-	228.596	28.319.174
Rating A	26.087.495	5.597.731	6.593.842	89.827.447	-	-	2.156.414	130.262.929
Rating B	9.091.869	1.968.187	2.356.605	25.384.123	-	-	472.662	39.273.446
Rating C	4.582.890	879.901	2.340.543	29.623.467	-	-	224.517	37.651.318
Rating D	1.578.821	469.856	1.032.517	2.124.210	-	-	242.378	5.447.782
Rating E	724.863	214.982	121.714	930.812	-	-	45.616	2.037.987
Rating F	462.521	166.535	-	778.603	-	-	12.580	1.420.239
Rating G	311.488	130.314	-	564.403	-	-	5.483	1.011.688
Rating H	2.241.499	1.213.907	97.405	7.408.035	-	-	60.175	11.021.021
Total	59.859.682	17.752.457	16.730.995	158.654.029	-	-	3.448.421	256.445.584

Contratos vencidos

Descrição	Até 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2012	31/12/2011
Empréstimos e títulos descontados	709.029	299.722	268.834	489.643	448.490	3.977	2.219.695	5.844.982
Financiamentos	123.828	56.676	123.473	274.979	323.062	2.971	904.989	1.724.078
Financiamentos rurais e agroindustriais	-	-	-	-	-	-	-	-
Financiamentos imobiliários	494.991	124.485	186.411	399.362	515.697	5.940	1.726.886	1.722.483
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	1.509	249	-	15.247	-	-	17.005	2.016
Operações de crédito vinculadas à cessão	514	315	136	41	-	-	1.006	-
Outros Créditos	6.475	5.456	2.266	2.729	2.733	1.991	21.650	22.235
31/12/2012	1.336.346	486.903	581.120	1.182.001	1.289.982	14.879	4.891.231	-
31/12/2011	4.075.360	1.096.659	777.052	1.567.658	1.650.194	148.871	-	9.315.794

Empréstimos Renegociados

Carteira	2012	2011
Operações renegociadas	3.796.415	3.484.299
Comercial	2.850.959	939.768
Habitacional	945.456	2.544.531
Operações Recuperadas	951.941	1.457.644
Operações Comerciais	300.594	907.409
Operações Habitacionais	651.347	550.235

Os montantes destacados acima representam os contratos renegociados e que, de outra forma, teriam acarretado evidência de *Impairment*.

Instrumentos financeiros

A tabela abaixo apresenta a análise dos instrumentos de dívida pelo rating atribuído de acordo com os modelos internos.

Faixas de <i>rating</i>	Mantidos para Negociação		Disponíveis para Venda		Mantidos até o Vencimento	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Rating AA	78.915.068	59.667.093	8.874.235	2.095.168	42.965.431	54.112.570
Rating A	-	-	4.060.419	2.526.010	-	-
Rating B	-	-	3.545.492	759.462	-	-
Outros ¹	16.750	22.877	822.607	745.716	-	-
Total	78.931.818	59.689.970	17.302.753	6.126.356	42.965.431	54.112.570

(1) Instrumentos financeiros constituídos por fundos de investimentos em participações (FIP) e fundos de investimentos imobiliários (FII) que não possuem categorização em faixas de *rating* para fins de provisão, uma vez que a exposição a esses veículos é o próprio volume de recursos investidos e cujo risco de crédito já está refletido no valor das cotas. Tais valores estão classificados como Disponíveis para Venda.

Recuperação de Garantias

A CAIXA obteve ativos por meio de tomada de posse de garantias de contratos celebrados, conforme demonstrado a seguir:

Carteira	2012	2011
Comercial	3.360	4.004
Habitacional	278.343	136.830

37.5 Risco de mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição, incluídas as operações sujeitas à variação cambial, de taxas de juros, de preços de ações e de mercadorias (commodities).

A estrutura de gerenciamento de risco de mercado da CAIXA é compatível à natureza e complexidade dos instrumentos financeiros, produtos e operações e à dimensão de sua exposição a este risco. As atividades de administração do risco de mercado são segregadas das atividades negociais e de auditoria, sendo mantidas estruturas independentes de desenvolvimento e monitoração de modelos, de forma a evitar conflitos de interesses e resguardar a imparcialidade dos trabalhos executados.

A Política de Gerenciamento de Risco de Mercado, aprovada pelo Conselho de Administração, estabelece os princípios, valores e diretrizes adotadas no gerenciamento desta categoria de risco, e define os limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição.

Os riscos inerentes a novos instrumentos financeiros, produtos e operações são identificados previamente, com análise de sua adequabilidade aos procedimentos e controles adotados pela CAIXA e os limites de exposição e concentração a riscos de mercado, abrangendo todas as fontes relevantes deste risco. São monitorados, com reporte tempestivo às instâncias deliberativas, assegurando menor volatilidade dos resultados da Instituição, alinhamento às melhores práticas de mercado e atendimento à exigência legal.

Mensuração do Risco de Mercado

A mensuração do risco de mercado inicia-se com a marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários, ou seja, com o cálculo dos preços de negociação destes instrumentos no mercado secundário, a partir da identificação de todas as posições mantidas pela CAIXA e do cálculo dos seus fluxos de caixa, descontados pelas taxas de juros de mercado de cada instrumento.

Essas taxas de juros são demonstradas por meio da estrutura a termo de taxas de juros, que é a representação gráfica do relacionamento entre as taxas de juros de instrumentos de mesma qualidade de crédito, mas de diferentes prazos, tendo como principal finalidade servir de base para a precificação de instrumentos de renda fixa. Na CAIXA estas estruturas são estimadas a partir de informações das taxas ou preços negociados no mercado secundário de títulos e nos mercados de derivativos ou, no caso de ativos sem negociação, por metodologia apropriada.

Value at Risk - VaR

A CAIXA utiliza a abordagem Delta-Normal para o cálculo do VaR modelo interno, metodologia paramétrica baseada no modelo analítico de matriz de covariância, que supõe que os retornos da carteira são normalmente distribuídos.

As volatilidades e as correlações são calculadas diariamente para um período histórico de dados de 252 dias úteis a partir da série dos retornos das curvas de mercado dos diversos fatores de risco.

Para o cálculo do VaR, o sistema de mensuração de risco de mercado utiliza técnica de ponderação dos dados EWMA – Exponentially Weighted Moving Average, método de suavização exponencial que pondera as observações conforme o parâmetro de decaimento escolhido, desde que o resultado do VaR seja mais conservador que o resultado calculado pela variância amostral.

A acurácia desse modelo é monitorada diariamente por meio da execução do programa de testes de aderência, utilizando-se duas metodologias que contam o número de violações, um procedimento padrão estabelecido no Novo Acordo de Basiléia e o teste de proporção de falhas proposto por Kupiec. Esses testes verificam se os ganhos ou perdas não realizados são menores que o VaR calculado para os níveis de 95%, 97,5% e 99%.

A contagem de violações para aplicação dessas metodologias é realizada por meio da mensuração das perdas não realizadas e resultados efetivos. Na primeira, é considerado violação o resultado negativo decorrente de perdas não realizadas maior que o VaR projetado para o dia. Na segunda, é considerado violação o resultado negativo decorrente da variação do valor da carteira, considerando as negociações realizadas no dia, maior que o VaR projetado para o dia. Nos dois casos, essa contagem de violações em determinado período deve estar de acordo com o intervalo de confiança estabelecido para o modelo.

Carteira *trading* por tipo de Risco

A tabela a seguir apresenta o VaR da carteira de negociação da CAIXA.

Valores em risco em cenário de normalidade (em milhões – R\$)

Valor em Risco em Cenário de Normalidade			
Fatores de Risco	31/12/2012	31/12/2011	
PRE	9,5	10,4	
Cupom IGP	-	-	
Cupom IPCA	8,0	0,1	
Cupom SELIC	0,1	-	
VaR sem ED ⁽¹⁾	17,6	10,6	
VaR com ED ⁽¹⁾	18,7	10,7	

Risco de Moedas

A CAIXA não apresenta exposição relevante à variação cambial. Os quadros abaixo apresentam o balanço por moedas totalizando os saldos de ativos e passivos em moeda estrangeira.

Descrição	Dólar	Euro	Iene	Outros	Total
Disponibilidades	1.478.851	9.748	12.413	859	1.501.871
Outros direitos	34.434	5.220	-	-	39.654
Total do Ativo	1.513.285	14.968	12.413	859	1.541.525
Depósitos	817	-	-	-	817
Obrigações	21.791	8.828	905	517	32.041
Empréstimos no Exterior	43.300	-	-	-	43.300
Saldo a classificar	224	337	-	3	564
Total do Passivo	66.132	9.165	905	520	76.722
Posição Líquida	1.447.153	5.803	11.508	339	1.464.803

b) Testes de Estresse

O Programa de Testes de Estresse, que complementa a visão fornecida pelo cálculo do VaR, adota cenários históricos, prospectivos e análise de sensibilidade de forma a reproduzir períodos históricos, simular adversidades baseadas em características da carteira e do ambiente macroeconômico que representem condições severas e as variações graduais nas curvas de mercado, respectivamente.

A análise de cenários históricos utiliza os piores cenários de curvas de juros já ocorridos para mensurar seus impactos sobre o valor do portfólio da CAIXA. São utilizados dois cenários para avaliação dos impactos: o primeiro consiste em encontrar a pior data existente na base de dados para definir o valor em risco de estresse, e o segundo, em encontrar a pior data para cada fator de risco existente na carteira e somar esses resultados, considerando dessa maneira uma possível quebra de premissa.

A análise de cenários prospectivos consiste em verificar os impactos no valor do portfólio da CAIXA, caso o cenário projetado ocorra.

Na CAIXA, os cenários prospectivos são propostos pela Vice-Presidência de Finanças com a explicação das premissas e hipóteses adotadas para cada variável explicativa dos modelos e aprovados pelo Comitê de Risco, para que possam ser utilizados como insumos para os modelos de risco.

Atualmente são utilizados três tipos de cenários prospectivos para o gerenciamento do risco de mercado:

- Básico, considerando a trajetória mais provável das variáveis e indicadores macroeconômicos;
- Estresse de alta, ponderando possíveis adversidades internas e externas que impactem em elevação da taxa de juros acima do considerado no cenário Básico; e
- Estresse de baixa, considerando hipóteses alternativas que impactem em redução da taxa de juros para patamares abaixo do considerado no cenário Básico.

A análise da sensibilidade da carteira a possíveis alterações nas taxas dos fatores de risco é realizada com a aplicação de pontos percentuais à estrutura a termo de cada um dos fatores de risco, de maneira a simular a elevação nas taxas e a conseqüente redução dos preços dos ativos.

Os resultados dos testes de estresse são considerados em todo o processo de gerenciamento do risco de mercado, inclusive para estabelecer ou rever as políticas e limites de exposição a risco.

37.6 Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como:

- I - A possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- II - A possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

As regras para administração do risco de liquidez envolvendo práticas, processos, procedimentos, modelos e reportes foram estabelecidas pelo Comitê de Risco visando manter a exposição a este risco em níveis aceitáveis e evitar que ocorram desequilíbrios entre os ativos negociáveis e os passivos exigíveis que possam afetar a capacidade de pagamento da CAIXA.

O gerenciamento deste risco é realizado por meio de modelos internos de projeção dos fluxos financeiros dos produtos, serviços e operações da CAIXA, em situação de normalidade e de estresse.

Para enfrentar situações de estresse, foi estabelecido Plano de Contingência de Liquidez com o objetivo de identificar antecipadamente e aumentar a capacidade da CAIXA para enfrentar crises de liquidez internas ou externas, minimizando seus potenciais efeitos na continuidade dos negócios da CAIXA, na sua capacidade de geração de resultado e na sua imagem.

O Plano sistematiza os indicadores utilizados para a identificação das situações de crise, as responsabilidades das unidades e instâncias envolvidas na sua execução e os procedimentos a serem seguidos para conduzir a CAIXA a uma situação aceitável ou restabelecer o seu nível de liquidez anterior ao início da crise.

A mensuração e o monitoramento dos níveis de exposição ao risco de liquidez são reportados diariamente às Vice-Presidências de Controladoria e Riscos e de Finanças, mensalmente, ao Comitê de Risco e, semestralmente, ao Conselho de Administração.

Passivos financeiros para gerenciamento do risco de liquidez

Em 2012

Passivos Financeiros	Sem Vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 720 dias	Acima de 720 dias	31/12/2012
Captação no mercado ⁽¹⁾	261.508.069	106.384.249	18.632.837	63.936.611	36.817.202	487.278.968
Depósitos ⁽¹⁾	261.508.069	13.663.848	4.818.189	17.872.620	21.178.168	319.040.894
Depósitos à vista	27.381.099	-	-	-	-	27.381.099
Depósitos de poupança	175.566.036	-	-	-	-	175.566.036
Depósitos Interfinanceiros	-	10.248.074	12.618	8.641	24.100	10.293.433
Depósitos a prazo (CDB/RDB)	11.744.569	3.415.774	4.805.571	17.863.979	21.154.068	58.983.961
Depósitos judiciais	37.525.124	-	-	-	-	37.525.124
Depósitos especiais	9.265.546	-	-	-	-	9.265.546
Outros depósitos	25.695	-	-	-	-	25.695
Recursos aceites e emissões (LH/LCI/LF) ⁽¹⁾	-	3.385.863	10.738.763	30.761.562	990.323	45.876.511
Captação no mercado aberto (Compromissadas) ⁽¹⁾	-	88.553.031	2.232.123	3.043.239	80.177	93.908.570
Instrumento Híbrido de Capital e Dívida⁽²⁾	-	781.507	843.762	12.259.190	14.568.534	28.452.993

Em 2011

Passivos Financeiros	Sem Vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 720 dias	Acima de 720 dias	31/12/2011
Captação no mercado ⁽¹⁾	235.613.727	58.900.567	20.351.647	19.541.241	15.791.817	350.198.999
Depósitos ⁽¹⁾	235.613.727	7.654.071	4.737.917	8.863.675	2.959.648	259.829.038
Depósitos à vista	22.943.003	-	-	-	-	22.943.003
Depósitos de poupança	150.362.663	-	-	-	-	150.362.663
Depósitos Interfinanceiros	-	5.089.474	8.070	6.064	-	5.103.608
Depósitos a prazo (CDB/RDB)	20.058.622	2.564.597	4.729.847	8.857.611	2.959.648	39.170.325
Depósitos judiciais	28.967.270	-	-	-	-	28.967.270
Depósitos especiais	13.254.921	-	-	-	-	13.254.921
Outros depósitos	27.248	-	-	-	-	27.248
Recursos aceites e emissões (LH/LCI/LF) ⁽¹⁾	-	2.054.786	10.911.566	7.538.213	572.979	21.077.544
Captação no mercado aberto (Compromissadas) ⁽¹⁾	-	49.191.710	3.920.657	2.295.591	-	55.407.958
Instrumento Híbrido de Capital e Dívida⁽²⁾	-	-	781.507	843.762	12.259.190	13.884.459

(1) Valores contratuais, não descontados; (2) Os valores do pagamento de juros referentes ao instrumento híbrido foram projetados para 10 anos.

37.7 Valor justo de ativos e passivos financeiros

a) Instrumentos Financeiros mensurados ao custo amortizado

Operações	Valor Contábil		Valor Justo	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Aplicações em depósitos Interfinanceiros	3.078.676	2.063.590	3.078.676	2.063.590
Aplicações em operações Compromissadas	72.104.596	27.683.377	72.104.596	27.685.856
TVM mantidos até o vencimento	42.965.431	54.112.570	54.485.948	61.245.581
Operações de crédito e outros créditos	361.239.369	252.890.299	371.360.456	253.887.001
Comercial	124.413.843	79.750.293	139.088.074	87.684.038
Habitação	205.788.891	152.870.586	203.587.803	148.897.621
Infraestrutura/desenvolvimento	23.536.769	16.927.897	21.184.713	13.963.819
Outros créditos	7.499.866	3.341.523	7.499.866	3.341.523
Captações de recursos	104.860.472	60.293.053	108.506.447	61.745.016
CDB/RDB	58.983.961	39.215.509	59.025.575	39.524.657
LCI LH	45.876.511	21.077.544	49.480.872	22.220.359
Captação em operações compromissadas	93.908.570	56.291.291	92.167.879	57.915.402
Obrigações p/ empréstimos e repasses e outras obrigações	109.156.752	84.169.782	100.466.752	71.395.765
Exterior	40.803	4.601	43.560	4.597
Tesouro	34.231	32.509	35.471	32.735
FGTS	104.796.216	80.599.183	95.104.544	67.091.999
BNDES	2.526.878	1.730.226	3.636.129	2.698.519
Depósitos com remuneração	1.758.624	1.803.263	1.647.048	1.567.915
Instrumento híbrido de capital e dívida	28.452.993	13.884.459	26.953.028	15.829.703

b) Hierarquia do *Fair Value*

O IFRS 7 especifica uma hierarquia de técnicas de avaliação com base no critério utilização de dados observáveis ou não observáveis.

Dados observáveis refletem informações obtidas no mercado via fontes independentes e os dados não observáveis refletem as premissas de mercado utilizadas pela Instituição.

Estes dois tipos de dados criaram a seguinte hierarquia de valor justo:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) nos mercados de ativos para ativos e passivos idênticos. Este nível inclui títulos listados e instrumentos de dívida em negociação na bolsa de valores, mercadorias e futuros, por exemplo.

Nível 2 – outros dados observáveis para ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivada de preços), exceto os do nível 1, incluindo a maioria dos contratos de balcão de derivativos, empréstimos negociados e emissão de dívida estruturada.

Nível 3 – dados para mensurar o ativo ou passivo que não se baseiam em informações de mercado observáveis (dados não observáveis). Este nível inclui instrumentos de patrimônio e dívida composto significativamente por dados não observáveis.

No Nível 1, o preço de títulos de renda fixa é determinado pela média dos preços praticados nas transações diárias, desde que obedecida a condição de ocorrência de uma quantidade mínima de negócios no dia da apuração. Para as ações listadas em bolsa e para derivativos padronizados o preço de mercado corresponde ao preço de fechamento no dia.

Na inexistência de divulgação de negociações em mercado, consideram-se os preços e taxas indicativas apuradas e divulgadas por entidades de mercado confiáveis e representativas, tais como ANBIMA. Tal situação se enquadra na hierarquia de valor do Nível 2.

Quando as técnicas de avaliação não se enquadram nos Níveis 1 e 2, o valor justo é baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e passivos e das estruturas a termo de taxas de juros de mercado.

Os fluxos de caixa são construídos a partir das características das operações, com utilização de modelos estatísticos para aquelas que não possuem vencimento definido. Estes fluxos são descontados pelas estruturas a termo estimadas a partir de informações disponíveis de taxas e preços de negociação de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de swap.

A estrutura a termo será composta pela agregação à taxa ou sobretaxa do papel do spread entre uma curva de taxa de juros de títulos públicos e uma curva da BM&F com características semelhantes, ou ainda, será utilizada a curva de um ativo com mesma característica e que possua liquidez no mercado secundário.

Esta hierarquia requer o uso de dados de mercado observáveis, quando disponível.

A CAIXA considera os preços de mercado relevantes e observáveis em suas mensurações, sempre que possível.

c) Ativos mensurados ao valor justo por nível de hierarquia
Em 2012

Ativos mensurados ao valor justo	Níveis de valor justo		(R\$ milhões)
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado			
Títulos Públicos	-	78.774	-
Títulos Privados	72	-	4
Total 1	72	78.774	4
Ativos financeiros disponíveis para venda			
Títulos Públicos	-	8	324
Títulos Privados	9.218	60	7.693
Total 2	9.218	68	8.017
Total	9.290	78.842	8.021

Em 2011

Ativos mensurados ao valor justo	Níveis de valor justo		(R\$ milhões)
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado			
Títulos Públicos	-	57.130	-
Títulos Privados	49	6	2.505
Total 1	49	57.136	2.505
Ativos financeiros disponíveis para venda			
Títulos Públicos	-	4	1.021
Títulos Privados	2.153	125	2.823
Total 2	2.153	129	3.844
Total	2.202	57.265	6.349

Não existiram transferências significativas entre Nível 1 e Nível 2 durante os exercícios de 2012 e 2011.

d) Análise de Sensibilidade das Posições Relevantes

A análise de sensibilidade permite verificar o impacto sobre os preços dos ativos e passivos, por fator de risco, devido a variações nas taxas de juros. Estes estudos hipotéticos tornam-se ferramenta de gestão do risco de mercado, possibilitando a definição de medidas de mitigação em caso de concretização de tais cenários, uma vez que as exposições são monitoradas diariamente e movimentos adversos do mercado produzem a imediata atuação das unidades envolvidas no processo visando minimizar eventuais perdas que venham a ocorrer.

As análises para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Alta Administração incluíram todas as operações com instrumentos financeiros e consideraram as maiores perdas em cada um dos cenários a seguir:

Cenário I: Cenário provável considerando a trajetória mais provável das variáveis e indicadores macroeconômicos;

Cenário II: Cenário eventual que considera um choque paralelo no cenário I de mais ou menos 25% nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço;

Cenário III: Segundo cenário eventual que considera um choque paralelo de mais ou menos 50% no cenário I nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço, sendo consideradas as piores perdas resultantes.

Os resultados apurados estão sintetizados no quadro a seguir:

Análise de Sensibilidade das Posições Relevantes - Instrução CVM nº 475				
Instrumentos Financeiros – 31/12/ 2012				
Descrição	Risco	Cenário Provável	Variação de 25%	Variação de 50%
Prefixado	Aumento de taxa de juros	(60.178)	(1.668.885)	(3.522.335)
Índice de preços	Aumento de cupons de índice de preços	(15.910)	(378.376)	(721.479)
TR/TBF/TJLP	Aumento de cupom de TR	(377.600)	(8.665.583)	(15.976.656)
Variação cambial	Queda nas taxas de câmbio	(3.119)	(80.924)	(168.337)

37.8 Gestão de Capital

A CAIXA considera a gestão de riscos e de capital para a tomada de decisão em acordo com as normas vigentes e melhores práticas de mercado. Para tal, conta com uma estrutura de riscos que engloba uma Superintendência Nacional de Risco Corporativo com unidades dedicadas ao gerenciamento do capital e dos riscos de crédito, operacional e mercado, inclusive taxa de juros e liquidez.

A CAIXA considera que o processo de gerenciamento de capital deve abranger o monitoramento e controle do capital através da avaliação da necessidade de capital para fazer frente aos riscos aos quais está exposta, inclusive de forma prospectiva, elaborando plano de capital em acordo com suas metas e considerando os objetivos estratégicos em cenários de normalidade e estresse.

A estrutura de gerenciamento de capital da CAIXA conta com mecanismos que auxiliam na identificação e avaliação dos riscos relevantes.

A CAIXA possui Política de Gerenciamento de Capital documentada, aprovada pela Alta Administração e divulgada em sistema interno, descrevendo procedimentos com o intuito de manter o capital compatível com os riscos assumidos.

Os Relatórios de Gestão de Capital são encaminhados periodicamente ao Comitê de Riscos englobando o Plano de Capital prospectivo aderente ao Plano Estratégico e ao Plano de Negócios da CAIXA.

37.9 Exigência de capital regulatório

O quadro a seguir apresenta o detalhamento do cálculo da exigência de capital regulamentar, conforme esta as Resoluções CMN nº 3.444/07 e 3.490/07, que definem a metodologia de apuração do Patrimônio de Referência e do Patrimônio de Referência Exigido:

Cálculo da exigência de capital Regulatório		
Descrição	31/12/2012	31/12/2011
PR - PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (NÍVEL I + NÍVEL II - DEDUÇÕES)	56.328.755	39.540.314
NÍVEL I	28.689.489	21.466.776
Patrimônio Líquido	25.056.944	19.561.381
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida Habilitados a Integrar o Nível I do PR	4.303.423	2.800.014
Reservas de Reavaliação	(423.165)	(464.595)
Créditos Tributários Excluídos do Nível I do PR	(154.673)	(168.926)
Ativo Permanente Diferido	(2.425)	(22.825)
Ajuste ao Valor de Mercado	(90.615)	(187.247)
Excesso de Crédito Tributário em Relação ao PR de Nível I	-	(51.026)
NÍVEL II	28.689.490	18.683.916
Reservas de Reavaliação	423.165	464.595
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	15.984.975	9.481.272
Instrumentos de Dívida Subordinada	12.190.735	8.550.802
Ajuste ao Valor de Mercado	90.615	187.247
DEDUÇÕES DO PR	(1.050.224)	(610.378)
Ações emitidas por Instituições Financeiras	(1.048.976)	(609.388)
Participação em instituição financeira no exterior	(1.248)	(990)
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA EXIGIDO (PRE)	47.706.037	32.605.806
Risco de Crédito (PEPR)	45.140.008	30.714.623
Risco de Mercado – Carteira de Negociação (P _{JUR} , P _{COM} e P _{ACS})	563.901	61.126
Taxa de Juros – PJUR	563.901	61.126
Commodities – PCOM	-	-
Ações – PACS	-	-
Câmbio – PCAM	-	-
Risco Operacional (POPR)	2.002.128	1.830.057
Risco de Mercado – Carteira de não negociação (R_{BAN})	2.473.008	2.385.646
MARGEM DE CAPITAL (PR - PRE)	6.149.710	4.548.862
ÍNDICE DE BASILÉIA (PR x 100) / (PRE / 0,11)	12,99%	13,34%

37.10 Basileia II

As ações necessárias à implantação do Novo Acordo de Capitais de Basileia II são coordenadas por um projeto estratégico e supervisionadas pela unidade de risco corporativo da Vice-Presidência de Controladoria e Riscos. O Projeto foi aprovado pelo Conselho Diretor e reflete o devido reconhecimento e a priorização estratégica atribuída pela Administração à implantação das melhores práticas de gestão de riscos.

O Projeto visa assegurar o aprimoramento, desenvolvimento, implantação e certificação dos modelos básicos/padronizados e internos/avançados de risco de mercado, risco de crédito e risco operacional, além de diversas ações de capacitação de recursos humanos e disseminação da cultura de gerenciamento de riscos na CAIXA.

A CAIXA atendeu integralmente as exigências do Banco Central do Brasil - BACEN relacionadas às etapas de implantação do Novo Acordo no Brasil, o que lhe permitiu apresentar sua candidatura para uso de modelo interno de risco de mercado, e continua a evoluir suas práticas, processos, modelos e sistemas com o objetivo de habilitar a CAIXA a adotar os modelos internos nas demais categorias de riscos, em conformidade com o cronograma de implantação definido pelo BACEN.

A CAIXA reconhece que os ganhos oriundos da implantação completa do Novo Acordo vão além dos eventuais benefícios de redução da exigência de capital e reforçam a prioridade estratégica dada ao gerenciamento de riscos como pilar essencial da sustentabilidade, da responsabilidade empresarial e do cumprimento de sua missão estratégica.

Nota 38 – Análise de vencimento de ativos e passivos

a.1) Análise de vencimento de ativos

Em 2012

Ativo	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Ajuste ao valor de mercado	31 de dezembro
Disponibilidades e reservas no BACEN	80.235.473	247.478	-	-	-	80.482.951
Ativos financeiros ao valor justo	34.466	13.365.016	21.188.012	43.191.537	1.152.787	78.931.818
Ativos financeiros mantidos para negociação	34.466	11.875.327	21.166.946	41.315.229	1.153.045	75.545.013
Derivativos	-	-	-	82.128	-	82.128
Designados ao valor justo	-	1.489.689	21.066	1.794.180	-258	3.304.677
Empréstimos e recebíveis com inst. financeiras	-	72.104.596	13.421.473	2.838.928	-	88.364.997
Empréstimos e recebíveis com clientes	-	21.255.384	37.109.804	294.089.587	-	352.454.775
Empréstimos e títulos descontados	-	12.461.166	24.062.649	70.554.138	-	107.077.953
Financiamentos	-	8.703.945	20.622.512	223.345.563	-	252.672.020
Outros recebíveis com clientes	-	90.273	2.743.623	189.886	-	3.023.782
Provisão para perdas com redução ao valor recuperável	-	-	(10.318.980)	-	-	(10.318.980)
Outros empréstimos e recebíveis	-	-	-	18.776.893	-	18.776.893
Ativos financeiros disponíveis p/ venda	9.230.251	-	736.630	7.692.653	-356.781	17.302.753
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	-	1.265.150	6.109.840	35.590.441	-	42.965.431
Invest. em colig. e empr. controlados em conjunto	3.138.897	-	-	-	-	3.138.897
Ativo intangível	2.122.933	-	-	-	-	2.122.933
Ativo imobilizado	2.167.198	-	-	-	-	2.167.198
Outros ativos	-	-	3.140.921	-	-	3.140.921
Ativos não correntes mantidos p/ venda	670.866	-	-	-	-	670.866
Ativo fiscal diferido	-	-	6.665.971	5.828.935	-	12.494.906
Disp. antecipadas e adiantamentos concedidos	-	1.234.552	5.339.110	-	-	6.573.662
Total de ativos	97.600.084	109.472.176	93.711.761	408.008.974	796.006	709.589.001

Em 2011

Ativo	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Ajuste ao valor de mercado	31 de dezembro
Disponibilidades e reservas no BACEN	67.114.361	157.485	-	-	-	67.271.846
Ativos financeiros ao valor justo	22.877	8.202.522	15.432.629	35.388.484	643.458	59.689.970
Ativos financeiros mantidos para negociação	22.877	8.200.725	13.760.579	32.509.914	643.989	55.138.084
Derivativos	-	-	-	-	-	-
Designados ao valor justo	-	1.797	1.672.050	2.878.570	(531)	4.551.886
Empréstimos e recebíveis com inst. financeiras	-	27.683.377	11.572.305	5.077	-	39.260.759
Empréstimos e recebíveis com clientes	-	13.847.657	20.942.161	214.609.345	-	249.399.163
Empréstimos e títulos descontados	-	4.025.562	6.614.199	55.225.459	-	65.865.220
Financiamentos	-	9.202.341	19.595.662	159.313.002	-	188.111.005
Outros recebíveis com clientes	-	619.754	1.778.721	70.884	-	2.469.359
Provisão para perdas com redução ao valor recuperável	-	-	(7.046.421)	-	-	(7.046.421)
Outros empréstimos e recebíveis	-	-	-	18.333.916	-	18.333.916
Ativos financeiros disponíveis p/ venda	2.593.205	2.558	318.494	3.530.058	(317.959)	6.126.356
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	7.779.961	-	12.634.283	31.118.944	2.579.382	54.112.570
Invest. em colig. e empr. controlados em conjunto	1.990.050	-	-	-	-	1.990.050
Ativo intangível	2.078.502	-	-	-	-	2.078.502
Ativo imobilizado	1.979.939	-	-	-	-	1.979.939
Outros ativos	-	-	2.252.179	-	-	2.252.179
Ativos não correntes mantidos p/ venda	580.356	-	-	-	-	580.356
Ativo fiscal diferido	-	-	3.548.868	6.381.902	-	9.930.770
Desp. antecipadas e adiantamentos concedidos	-	2.876.834	610.813	-	-	3.487.647
Total de ativos	84.139.251	52.770.433	67.311.732	309.367.726	2.904.881	516.494.023

a.2) Análise de vencimento de passivos

Em 2012

Passivo	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima 360 dias	31 de dezembro
Depósitos de instituições financeiras	-	10.282.532	12.618	32.742	10.327.892
Depósitos de clientes	261.473.484	3.415.774	4.805.571	39.018.173	308.713.002
Depósitos à vista	27.345.823	-	-	-	27.345.823
Depósitos de poupança	175.566.036	-	-	-	175.566.036
Depósitos a prazo	49.295.262	3.415.774	4.805.571	39.018.173	96.534.780
Depósitos especiais	9.265.546	-	-	-	9.265.546
Outros depósitos	817	-	-	-	817
Recursos para destinação específica	-	1.237.388	6.597.937	-	7.835.325
Obrigações de operações com loterias	-	1.237.388	-	-	1.237.388
Obrigações por fundos e programas sociais	-	-	5.893.513	-	5.893.513
Obrigações p/ fundos financ. e de desenvolvimento	-	-	498.702	-	498.702
Recursos do FGTS para amortizações	-	-	205.722	-	205.722
Derivativos	-	683	-	-	683
Empréstimos de tít. e op. Compromissadas	-	93.908.570	-	-	93.908.570
Instrumentos de dívida	-	3.103.209	10.605.627	63.747.351	77.456.187
Recursos de letras imobiliárias	-	3.103.209	10.605.627	32.167.675	45.876.511
Obrigações por instrumentos híbridos	-	-	-	28.452.993	28.452.993
Obrigações por TVM no exterior	-	-	-	3.126.683	3.126.683
Benefícios a empregados	-	-	1.832.211	6.770.788	8.602.999
Obrigações por empréstimos e repasses	-	-	2.399.414	121.381.325	123.780.739
Provisões para passivos contingentes	-	-	-	6.444.979	6.444.979
Provisão para riscos fiscais	-	-	-	260.870	260.870
Provisão para contingências cíveis	-	-	-	3.554.931	3.554.931
Provisão para contingências trabalhistas	-	-	-	2.629.178	2.629.178
Passivo fiscal diferido	-	-	-	895.193	895.193
Outras obrigações	-	-	6.566.407	21.135.062	27.701.469
Dívidas subordinadas elegíveis a capital	-	-	-	12.190.735	12.190.735
Total de Passivos	261.473.484	111.948.156	32.819.785	271.616.348	677.857.773

Em 2011

Passivo	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima 360 dias	31 de dezembro
Depósitos de instituições financeiras	28.039	5.089.473	8.070	6.064	5.131.646
Depósitos de clientes	235.603.626	2.564.597	4.729.847	11.799.322	254.697.392
Depósitos à vista	22.913.323	-	-	-	22.913.323
Depósitos de poupança	150.362.663	-	-	-	150.362.663
Depósitos a prazo	49.071.077	2.564.597	4.729.847	11.799.322	68.164.843
Depósitos especiais	13.254.921	-	-	-	13.254.921
Outros depósitos	1.642	-	-	-	1.642
Recursos para destinação específica	-	725.499	5.787.383	-	6.512.882
Obrigações de operações com loterias	-	725.499	-	-	725.499
Obrigações por fundos e programas sociais	-	-	4.718.055	-	4.718.055
Obrigações p/ fundos financ. e de desenvolvimento	-	-	945.469	-	945.469
Recursos do FGTS para amortizações	-	-	123.859	-	123.859
Derivativos (Nota 6)	-	940	-	-	940
Empréstimos de tit. e op. Compromissadas	-	55.407.958	-	-	55.407.958
Instrumentos de dívida	-	2.054.786	8.906.576	24.000.641	34.962.003
Recursos de letras imobiliárias	-	2.054.786	8.906.576	10.116.182	21.077.544
Obrigações por instrumentos híbridos	-	-	-	13.884.459	13.884.459
Obrigações por TVM no exterior	-	-	-	-	-
Benefícios a empregados	-	-	1.599.973	6.328.533	7.928.506
Obrigações por empréstimos e repasses	-	-	810.500	90.809.825	91.620.325
Provisões para passivos contingentes	-	-	-	6.705.516	6.705.516
Provisão para riscos fiscais	-	-	-	268.242	268.242
Provisão para contingências cíveis	-	-	-	3.624.388	3.624.388
Provisão para contingências trabalhistas	-	-	-	2.812.886	2.812.886
Passivo fiscal diferido	-	-	-	631.016	631.016
Outras obrigações	-	2.240.934	13.966.942	676.717	16.884.593
Dívidas subordinadas elegíveis a capital	-	-	-	8.550.802	8.550.802
Total de Passivos	235.631.665	68.084.187	35.809.291	149.508.436	489.033.579

a.3) Análise de vencimentos (líquida)

Em 2012

Saldos	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Ajuste ao valor de mercado	31 de dezembro
Total de ativos	97.600.084	109.472.176	93.711.761	408.008.974	796.006	709.589.001
Total de passivos	261.473.483	111.948.156	32.819.785	271.616.349	-	677.857.773
Líquido (Ativo – Passivo)	(163.873.399)	(2.475.980)	60.891.976	136.392.625	796.006	31.731.228

Em 2011

Saldos	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Ajuste ao valor de mercado	31 de dezembro
Total de ativos	84.139.251	52.770.433	67.311.732	309.367.726	2.904.881	516.494.023
Total de passivos	235.631.665	68.084.187	35.809.291	149.508.436	-	489.033.579
Líquido (Ativo – Passivo)	(151.492.414)	(15.313.754)	31.502.441	159.859.290	2.904.881	27.460.444

b) Detalhamento dos títulos e valores mobiliários

b.1) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Em 2012

Descrição	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	> 360 dias	Custo	Valor de Mercado
Ativos Financeiros mantidos para negociação	34.466	11.875.327	21.166.946	42.468.274	74.391.642	75.545.013
Títulos públicos Brasil	-	11.848.557	21.166.946	42.453.869	74.316.768	75.469.372
Letras Financeiras do Tesouro	-	1.489.689	21.066	4.767.385	6.277.882	6.278.140
Letras do Tesouro Nacional	-	3.959.770	21.145.880	36.185.822	60.155.196	61.291.472
Notas do Tesouro Nacional	-	6.399.098	-	1.500.662	7.883.690	7.899.760
Títulos privados	34.466	26.770	-	14.405	74.874	75.641
Debêntures	-	26.770	-	14.405	40.408	41.175
Cotas de fundos	34.466	-	-	-	34.466	34.466
Designados ao valor justo	-	5.959	22.480	3.276.238	3.305.191	3.304.677
Títulos públicos Brasil	-	5.959	22.480	3.276.238	3.305.191	3.304.677
Letras Financeiras do Tesouro	-	5.959	22.480	3.276.238	3.305.191	3.304.677
Derivativos (ativo)	-	-	-	82.128	82.128	82.128
Derivativos (passivo)	-	683	-	-	-	683
TVM e Derivativos (ativo)	34.466	11.881.286	21.189.426	45.826.640	77.778.961	78.931.818
TVM e Derivativos (passivo)	-	683	-	-	-	683

Em 2011

Descrição	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	> 360 dias	Custo	Valor de Mercado
Ativos Financeiros mantidos para negociação	22.877	8.200.725	13.760.579	33.153.903	54.493.309	55.138.084
Títulos públicos Brasil	-	8.200.725	13.754.183	33.105.033	54.416.592	55.059.941
Letras Financeiras do Tesouro	-	1.797	1.672.050	2.874.730	4.549.108	4.548.577
Letras do Tesouro Nacional	-	-	12.082.133	27.568.072	39.031.724	39.650.205
Notas do Tesouro Nacional	-	8.198.928	-	2.662.231	10.835.760	10.861.159
Títulos privados	22.877	-	6.396	48.870	76.717	78.143
Debêntures	-	-	6.396	48.870	53.840	55.266
Cotas de fundos	22.877	-	-	-	22.877	22.877
Designados ao valor justo	-	247.380	1.168.064	3.136.442	4.551.886	4.551.886
Títulos públicos Brasil	-	247.380	1.168.064	3.136.442	4.551.886	4.551.886
Letras Financeiras do Tesouro	-	247.380	1.168.064	3.136.442	4.551.886	4.551.886
Derivativos (ativo)	-	-	-	-	-	-
Derivativos (passivo)	-	940	-	-	940	940
TVM e Derivativos (ativo)	22.877	8.448.105	14.928.643	36.290.345	59.045.195	59.689.970
TVM e Derivativos (passivo)	-	940	-	-	940	940

b.2) Ativos financeiros disponíveis para venda

Em 2012

Descrição	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	> 360 dias	Custo	Valor de Mercado
Títulos Públicos Brasil	-	-	75.486	22.840	95.327	98.326
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	75.486	-	75.517	75.486
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	10.996	4.496	10.996
Certificado Financeiro do Tesouro	-	-	-	-	-	-
Títulos CVS	-	-	-	11.844	15.314	11.844
Títulos da dívida agrária	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
Títulos Privados	9.463.898	-	68.113	7.672.416	17.327.958	17.204.427
Letras de Crédito Imobiliário	-	-	-	324.831	324.929	324.831
Letras Financeiras	-	-	-	82.403	82.361	82.403
Ações	9.411.547	-	-	-	9.615.566	9.411.547
Debêntures	-	-	68.113	6.486.153	6.569.932	6.554.266
Cotas de fundos	52.351	-	-	-	52.351	52.351
Certificados de Recebíveis Imobiliários	-	-	-	779.029	682.819	779.029
Total	9.463.898	-	143.599	7.695.256	17.423.285	17.302.753

Em 2011

Ativos Disponíveis para Venda	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	> 360 dias	Custo	Valor de Mercado
Títulos Públicos Brasil	-	-	279	886.065	1.025.141	886.344
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	152.848	152.665	152.848
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	6.516	4.187	6.516
Certificado Financeiro do Tesouro	-	-	-	-	-	-
Títulos CVS	-	-	-	726.451	867.765	726.451
Títulos da dívida agrária	-	-	279	-	274	279
Outros	-	-	-	250	250	250
Títulos Privados	2.784.234	2.558	76.745	2.376.475	5.212.850	5.240.012
Letras de Crédito Imobiliário	-	-	-	-	-	-
Letras Financeiras	-	-	-	-	-	-
Ações	2.776.370	-	-	-	2.725.576	2.776.370
Debêntures	-	2.558	76.745	1.957.204	2.035.109	2.036.507
Cotas de fundos	7.864	-	-	-	-	7.864
Certificados de Recebíveis Imobiliários	-	-	-	419.271	452.165	419.271
Total	2.784.234	2.558	77.024	3.262.540	6.237.991	6.126.356

b.3) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Em 2012

Ativos Mantidos até o Vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	> 360 dias	Custo	Valor de Mercado
Títulos Públicos Brasil	1.259.191	6.087.360	35.406.346	42.752.897	49.243.911
Letras do Tesouro Nacional	-	-	7.361.760	7.361.760	7.984.075
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional	1.259.191	6.087.360	28.044.586	35.391.137	41.259.836
Títulos privados	-	-	212.534	212.534	260.737
Certificados de Recebíveis Imobiliários	-	-	212.534	212.534	260.737
Total	1.259.191	6.087.360	35.618.880	42.965.431	49.504.648

Em 2011

Ativos Mantidos até o Vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	> 360 dias	Custo	Valor de Mercado
Títulos Públicos Brasil	7.779.961	12.634.283	33.501.088	53.915.332	61.036.763
Letras do Tesouro Nacional	-	-	4.765.860	4.765.860	4.844.966
Letras Financeiras do Tesouro	-	1.506.138	3.046.261	4.552.399	4.552.233
Notas do Tesouro Nacional	7.779.961	11.128.145	25.688.967	44.597.073	51.639.564
Títulos privados	-	-	197.238	197.238	207.784
Certificados de Recebíveis Imobiliários	-	-	197.238	197.238	207.784
Total	7.779.961	12.634.283	33.698.326	54.112.570	61.244.547

Nota 39 – Partes relacionadas

(a) Transações com partes relacionadas

A CAIXA realiza transações bancárias com as partes relacionadas, como depósitos em conta corrente, depósitos remunerados, prestação de serviços e aluguéis de imóveis. Essas transações são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. As partes relacionadas não consolidadas são as seguintes:

- Banco Panamericano S.A.;
- Caixa Seguros Holding S.A.;
- STN – Secretaria do Tesouro Nacional; e
- FUNCEF.

A CAIXA possui um acordo operacional com o Banco Panamericano que estabelece um limite reutilizável para aquisição de carteiras de crédito e para aplicação em depósitos interfinanceiros.

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
ATIVOS		
Aplicações em depósitos interfinanceiros	2.789.541	2.063.590
Banco Panamericano	2.789.541	2.063.590
Aplicações em operações compromissadas	499.992	300.037
Banco Panamericano	499.992	300.037
Rendas a receber	1.952.475	1.469.305
Caixa Seguros Holding S.A.	334	450
STN – Secretaria do Tesouro Nacional	1.952.141	1.468.855
Créditos adquiridos	3.662.652	2.404.793
Banco Panamericano	3.662.652	2.404.793
Total	8.904.660	6.237.725
PASSIVOS		
Depósitos	584.727	296.191
Caixa Seguros Holding S.A.	19.015	7.100
FUNCEF	879	1.250
STN – Secretaria do Tesouro Nacional	564.833	287.841
Repasses do país - instituições oficiais	16.528	25.222
STN – Secretaria do Tesouro Nacional	16.528	25.222
Obrigações diversas	34.213	31.462
STN – Secretaria do Tesouro Nacional	34.213	31.462
Total	635.468	352.875



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	2012	2011
RECEITAS		
Rendas de depósitos interfinanceiros	173.135	-
Banco Panamericano	173.135	-
Rendas de prestação de serviços	608.224	526.960
Caixa Seguros Holding S.A.	525.888	465.273
STN – Secretaria do Tesouro Nacional	82.336	61.687
Outras receitas operacionais	159.885	137.616
STN – Secretaria do Tesouro Nacional	159.885	137.616
Total	941.244	664.576
DESPESAS		
Despesas administrativas - aluguéis	(52.807)	(44.097)
FUNCEF	(52.807)	(44.097)
Outras despesas operacionais	(3.191)	(3.419)
STN – Secretaria do Tesouro Nacional	(3.191)	(3.419)
Total	(55.998)	(47.516)

As receitas e despesas representam os valores acumulados até a posição informada.

As operações com partes relacionadas são realizadas no contexto das atividades operacionais da CAIXA e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

(b) Remuneração de empregados e dirigentes

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da administração (Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Conselho Diretor e Comitê de Auditoria) são apresentados como segue:

Descrição	2012	2011
Benefícios de curto prazo	11.361	10.253
Proventos	8.508	8.213
Encargos Sociais	2.853	2.040

A CAIXA não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não oferece benefícios pós-emprego aos seus administradores. Os benefícios pós-emprego estão restritos aos funcionários do quadro da CAIXA.

Conforme normas vigentes, a CAIXA não concede empréstimos ou adiantamentos ao pessoal chave da administração.



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 40 – Outras informações

a) Administração de entidades sociais

Patrimônios líquidos dos Fundos e Programas Sociais administrados pela CAIXA:

Entidade	31/12/2012	31/12/2011
PIS	28.581.836	27.241.566
FGTS (1)	46.787.221	41.013.173
FAR (1)	8.058.235	5.381.563
FDS (1)	1.147.428	1.076.326
FAS	27.953	29.318
FGS	65.540	105.641
FGHAB (1)	1.207.139	425.564
CCA	33.333	20.616
CCAM	17	12
FGCN	3.505.323	1.400.154
FCE	15	15
Total	89.414.040	76.693.948
FCVS (1) (3)	(87.053.639)	(79.836.930)

(1) Posição de novembro de 2012.

(2) Posições preliminares em avaliação pela auditoria externa

(3) A obrigação pela cobertura do patrimônio líquido negativo do FCVS é exclusiva da União.

b) Garantias prestadas a terceiros

Registra-se o valor de R\$ 69.554 (2011 - R\$ 69.554), referente aos imóveis patrimoniais e títulos penhorados em garantias prestadas a terceiros, relativo a ações judiciais contra a CAIXA.

c) FGTS

O risco de crédito das operações contratadas a partir de 1º de junho de 2001 é da CAIXA na qualidade de Agente Operador, ficando a União com o risco nas aplicações efetuadas até aquela data, conforme estabelecido no art. 9º da Lei nº 8.036/1990, alterado pelo art. 12 da Medida Provisória nº 2.196-3/2001. O resultado da avaliação desse risco de crédito é reconhecido como provisão na CAIXA na conta de “Obrigações diversas” no montante de R\$ 22.303 (31/12/2011 - R\$ 30.626).

A Lei nº 8.036/1990 institui em seu art. 7º item IX, incluído pela Lei nº 11.491/2007, que cabe à CAIXA na qualidade de Agente Operador garantir aos recursos alocados ao FI – FGTS, em cotas de titularidade do FGTS, a remuneração aplicável às contas vinculadas de TR + 3% a.a. Para tanto, é constituída provisão no montante de R\$ 129.301 (31/12/2011 - R\$ 102.467).

d) FIES

O risco de crédito das operações contratadas a partir de 12 de junho de 2001 é da CAIXA na qualidade de Agente Financeiro e devedor solidário no limite percentual de 25%, conforme estabelecido no art. 5º da Lei nº 10.260/2001, atualizado pela Lei 11.552/2007.

O resultado da avaliação desse risco de crédito é reconhecido como provisão na CAIXA na conta de “Obrigações diversas” no montante de R\$ 160.608 (31/12/2011 - R\$ 166.460).



Jorge Fontes Hereda
Presidente

Fábio Lenza
Vice-presidente

Geddel Quadros Vieira Lima
Vice-presidente

Joaquim Lima de Oliveira
Vice-presidente

José Henrique Marques da Cruz
Vice-presidente

José Urbano Duarte
Vice-presidente

Márcio Percival Alves Pinto
Vice-presidente

Paulo Roberto dos Santos
Vice-presidente

Raphael Rezende Neto
Vice-presidente

Sérgio Pinheiro Rodrigues
Vice-presidente

Marcos Brasiliano Rosa
Superintendente Nacional
Contador CRC 022351/O-1-DF